

WELSON LUIZ PEREIRA

**O MENOR E A MORALIZAÇÃO PELO TRABALHO: Casa do Pequeno Jornaleiro de
Curitiba (1943 a 1962)**

CURITIBA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WELSON LUIZ PEREIRA

O MENOR E A MORALIZAÇÃO PELO TRABALHO: Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)

Dissertação apresentada à linha de pesquisa Cultura e Poder, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Judite Maria Barboza Trindade

CURITIBA
2009

Agradecimentos

- À minha professora e orientadora, Professora Doutora Judite Trindade pela orientação, sugestão e tranquilidade transmitida.
- À minha família pelo apoio.
- À minha noiva Sonia pelo apoio e paciência.
- À professora Cláudia de Souza pelo apoio.
- Aos professores doutores Ana Paula Vosne Martins e Luiz Carlos Ribeiro, membros da banca de qualificação, pelas sugestões e críticas pertinentes.
- Aos funcionários do Museu Paranaense pelas fotos, especialmente à professora Marcia Medeiros pela generosidade e confiança transmitida por vários anos.
- Aos funcionários da Casa da Memória pelas fotos.
- Aos funcionários da Biblioteca Pública.
- À Fundação Darcy Vargas pela foto.

Sumário

Agradecimentos _____	ii
Resumo _____	iv
Introdução _____	01
Primeiro Capítulo _____	15
As instituições para menores nas primeiras décadas da República Brasileira _____	15
Juizado de Menores e a criação do Código de Menores _____	24
Estado Novo e as políticas sociais para a criança _____	29
Casa do Pequeno Jornaleiro _____	39
Segundo Capítulo _____	52
Instituições Disciplinares e a construção do menor _____	53
Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e o pequeno jornaleiro _____	67
O pequeno jornaleiro no espaço e no tempo disciplinar _____	82
Bons e maus jornaleiros _____	98
Terceiro Capítulo _____	111
A construção do trabalho e do trabalhador brasileiro _____	112
Caridade e Filantropia _____	133
A assistência filantrópica e religiosa e suas implicações na Casa do Pequeno Jornaleiro _____	137
Conclusão _____	167
Fontes _____	171
Referências bibliográficas _____	173

Resumo

Esta dissertação analisa a política assistencial realizada pelo Estado, tomando como referência a *Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba* no período de 1943 a 1962. Analisamos, neste sentido, as ações e propostas deste estabelecimento disciplinar para meninos pobres, com base nos relatórios anuais da instituição. A Casa, por meio de sua política social, pretendia moralizar, através da pedagogia, religião, saúde e disciplina, meninos pobres que vendiam jornais pelas ruas descritos nas fontes como *menores*, *pequenos marginais* ou *prováveis futuros delinqüentes*, os quais representavam um perigo social a ser enfrentado pelo poder público, por meio de instituições. A Casa foi criada, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em Curitiba, durante o Estado Novo e se enquadra em um conjunto mais amplo de medidas, pelo qual o Governo Federal pretendia intervir na pobreza, vista como fator que proporcionava o *atraso* no Brasil.

Palavras-chave: Menor, Instituição, Trabalho, Disciplina, Moralismo e Filantropia.

Abstract

This dissertation examines the assistance policy held by the state, taking as reference the *Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba* during 1943 to 1962. We analyzed, in this sense, the actions and proposals for the establishment disciplinary poor children, based on annual reports of the institution. The *Casa*, by its social policy, intended to moralize, through pedagogy, religion, health and discipline, poor boys selling newspapers on the streets described in sources such as children, small marginal or likely future criminals, who represent a social danger to be faced by the public power, by institutions. The *Casa* was created, first in Rio de Janeiro and then in Curitiba, during the New State and fits into a broader package of measures, by which the Federal Government intended to intervene in poverty, seen as a factor that provided the delay in Brazil.

Key words: Minor, Institution, Work, Discipline, morality, and Philanthropy.

Introdução

Quero crer que, como eu, quem vem observando a lida dêsses gurís-homens, colaboradores anônimos de nossa imprensa, me acompanhará, na homenagem que lhes presto com êste soneto, embora antigo, repleto de verdade, quando, nas ruas da metrópole, proclamam:
Olha O DIA, a GAZETA . . . olha o DIÁRIO! . . .
Em gritos estridentes anuncia
O garoto irrequieto, extraordinário,
Apenas o arrebol debuxa o dia.
Incauto, ao léu da sorte, pelo estuário
Da vida incerta, mesmo sem um guia,
É o sol da rua, o arauto-legionário
Do que a imprensa da terra noticia
E embora caia a chuva, açoitem ventos
E frio gracial lhe tolha os movimentos
Do corpo forte, – enérgico e jovial,
Corre a cidade, em seu mistér honroso,
Voltando à casa, à noite, vitorioso,
Como um cruzado estóico do jornal! . . .¹

Heitor Stockler de França

O objetivo desta dissertação é discutir a política assistencial realizada pelo Estado, tomando como referência a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba no período de 1943 a 1962. De maneira mais específica, analisamos as ações e propostas da Casa com relação aos meninos pobres, com base nos relatórios anuais da própria instituição e por alguns recortes de jornais.

A problemática inicial, na elaboração do projeto, que culminou nesta dissertação, era analisar as ações da Casa em relação aos *menores abandonados* e como estes deveriam ser recuperados: de meninos *desviados* e *futuros delinqüentes* a *cidadãos úteis à pátria*. Entretanto, não poderíamos realizar tal análise, pois não saberíamos se efetivamente os pequenos jornaleiros – meninos pobres acolhidos pela Casa que se dedicavam à venda de jornais pelas ruas – seriam recuperados. Neste sentido, reelaboramos a nossa problemática inicial que, após modificações, analisa a política – esta entendida como um conjunto de práticas especializadas com regras e valores impostos pela Casa – que visava a moralização infanto-juvenil através da disciplina e do trabalho.

A Casa do Pequeno Jornaleiro foi criada, primeiramente em 1940, no Rio de Janeiro por Vargas e, posteriormente em 1943, em Curitiba pelo interventor Manoel Ribas. A instituição foi criada pelo Estado Novo e se enquadra em um conjunto mais amplo de medidas pelas quais Vargas pretendia intervir na pobreza, na qual o menor abandonado se inscreve. A Casa

¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 22.

oferecia, neste sentido, assistência e abrigava exclusivamente meninos que vendiam jornais pelas ruas de Curitiba, dando preferência aos mais necessitados ou órfãos, excluindo, portanto, meninas órfãs e pobres.*

Na questão metodológica, vale a pena ressaltar as reflexões de Keith Jenkins sobre a diferenciação entre passado e História. Para ele, a História se constitui em um discurso entre vários discursos sobre o mundo. Não teríamos, neste sentido, uma única leitura sobre o passado. A História não poderá recuperar a totalidade do passado, pois este é uma gama de acontecimentos e situações que já aconteceram. Como o passado não existe mais, apenas os vestígios que permaneceram, a História será apenas um relato sobre os fragmentos que ainda estão disponíveis do passado.²

Portanto, ao estudar a política da Casa do Pequeno Jornaleiro, estaremos realizando uma leitura entre várias leituras, ou seja, não teremos uma *verdade* absoluta sobre estes fatos, pois, poderemos ter várias interpretações sobre os mesmos fragmentos do passado.

A documentação da Casa, dentro do nosso recorte, é escassa, são apenas os relatórios produzidos anualmente, de 1953 a 1962, e poucas notas na imprensa – estas fontes estão preservadas na Biblioteca Pública e na Casa da Memória. O restante da documentação são artigos de jornais e revistas que divulgavam notícias sobre a instituição. Portanto, são fragmentos do passado ainda existentes e a nossa dissertação é apenas uma leitura, entre tantas outras, destes vestígios. Neste sentido, as nossas fontes são fragmentos de um passado que não existe mais. Para responder a nossa problemática, tivemos que juntar estes fragmentos e analisar os indícios presentes nestes que nos levassem a elaborar conclusões mais amplas sobre a política social implementada pela Casa.

O objetivo dos relatórios descritivos que variam de 60 a 100 páginas cada, era publicar as atividades recorrentes de cada ano e apresentá-los ao Ministro dos Negócios do Interior e Justiça, além de ser distribuído para religiosos, juristas, políticos, empresários e profissionais da imprensa que acusavam o recebimento dos relatórios por meio de *correspondências honrosas* impressas nos relatórios. Embora a instituição fosse criada em 1943, só encontramos relatórios a partir de 1953 até 1962. O relatório de 1962 foi o último produzido pela direção

* Cada relatório possuía uma relação de jornaleiros e ex-jornaleiros e suas respectivas importâncias depositadas na Caixa Econômica Federal. Temos também outra relação de ex-jornaleiros com importâncias já restituídas por atingirem a maioridade. Todos os jornaleiros são do sexo masculino. Somente no começo da década de 1990, quando a instituição era administrada diretamente pela prefeitura de Curitiba, surge a proposta em abrigar meninas, entretanto não sabemos se tal projeto saiu do papel. Conforme artigo publicado pela Gazeta do Povo de 1991, a idéia surgiu da diretora do Departamento da Criança e do Adolescente. (**Casa do Pequeno Jornaleiro pode vir a abrigar meninas**. Gazeta do Povo, 10 de junho de 1991).

² JENKINS, Keith. **História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 24 et seq.

que permaneceu por 19 anos na instituição, deixando-a em agosto de 1962. Neste ano, a direção transferiu a Casa para o Estado, mediante lei estadual *. A instituição deixava, portanto, de ser *Sociedade Civil com utilidade pública* para ser uma instituição estatal, embora fosse criada pelo governo estadual e os profissionais (professoras, médicos e dentistas) lotados na Casa fossem mantidos pelo Estado, era gerenciada por um grupo de pessoas sem vínculo com o governo estadual, eleito a cada três anos.

A Casa expõe, por meio de seus relatórios, já nas suas primeiras páginas, o seu objetivo social de amparar os menores, dando preferência aos *órfãos* e aos *mais necessitados*, que se dedicavam à venda de jornais e revistas, através de uma assistência *moral, material e intelectual*.

As informações oferecidas pelos relatórios, além das suas finalidades, são ações e propostas para a assistência a menores, destacando os perigos que eles poderiam oferecer à sociedade. A ação social da instituição era educação, saúde, tratamento odontológico, religião, alimentação e alojamento aos menores.

Analizamos também alguns recortes de jornais e revistas para aproveitar as informações pertinentes à política implementada na Casa. De um modo geral, a imprensa divulgava informações em momentos festivos como o aniversário da Casa – 25 de dezembro – e descrevia os objetivos, a estrutura e os serviços da Casa no atendimento a crianças pobres que vendiam jornais pelas ruas. A imprensa destacava a figura da primeira-dama, Anita Ribas, como idealizadora e criadora da instituição. A importância em utilizar a imprensa é explorar alguns indícios e informações que não constam nos relatórios da Casa, algumas delas produzidas com base na memória de ex-internos.

Analizamos as fotos contidas nos relatórios que mostram pequenos jornaleiros inseridos no espaço disciplinar da Casa. Além destas fotos, utilizamos as do acervo da Casa da Memória (fotos cedidas pela Casa da Memória), duas fotos de uma peça que mostrava nomes de jornaleiros premiados (gentilmente cedidas pelo Museu Paranaense) e duas fotos de

* As razões pelas quais a Casa se transferiu em 1962 para o Estado foi devido em grande parte pelo artigo 5º do estatuto da Casa que nos diz: *Caso se torne impossível a realização dos fins da associação, o Conselho Administrativo e a Diretoria, com a aprovação de pelo menos dois terços dos sócios, em sessão especialmente convocada, deliberará sobre a sua extinção, passando os seus bens patrimoniais para uma associação mantida pelo Governo do Estado e que tenha finalidade de assistência a menores desamparados.* (Extrato dos Estatutos da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, 21 de setembro de 1942.). Segundo o relatório de 1962, a idade avançada do presidente da Casa e o seu desgaste físico não permitiriam a sua continuação na presidência, e outros diretores não poderiam substituí-lo por não disporem de tempo, além disso, *a falta de auxiliares desprezíveis honestos e capazes, traz dificuldades ao regular funcionamento da Instituição. (...) E somente por essas razões, impossibilidade física do signatário e ausência de elemento à altura, já que a situação econômica e financeira é das mais auspiciosas, é que vem sugerir a encampação desta Entidade, pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social (...).* (CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 8 e 9).

pequenos jornalheiros (uma gentilmente autorizada pela Fundação Darcy Vargas e outra pela Gazeta do Povo).

Segundo as reflexões de Boris Kossoy, a fotografia é um fragmento selecionado da realidade passada, apesar da potencialidade da informação contida na imagem, ela não substitui a realidade tal como ocorreu no passado. A foto traz apenas informações visuais de um fragmento do real, que foi selecionado e organizado de maneira estética e ideológica.³

Mesmo assim, segundo Kossoy, a fotografia deve ser usada como fonte histórica. Entretanto, deve-se ter consciência que o assunto registrado mostra apenas um fragmento da realidade, somente um aspecto da realidade vivida. O conteúdo das fotografias expostas nos relatórios, por exemplo, era o resultado final de uma seleção, cuja decisão coube exclusivamente à diretoria da Casa, que, sendo responsável pela criação e divulgação dos relatórios, selecionou aquela fotografia e não outra. De um modo geral, a direção quis mostrar, por meio das fotos, um espaço moralizador e disciplinador, além de mostrar o nítido sucesso filantrópico da Casa. Talvez a direção se valesse da antiga idéia que a informação visual do fato nunca é colocada em dúvida. Um equívoco que ainda persiste nos dias de hoje, a fidedignidade da imagem aceita a priori, enquanto expressão da verdade, valendo-se mais do que o texto escrito.⁴

Os relatórios, por meio de suas fotos, enfatizavam alguns espaços disciplinares como refeitório, salas de aula, capela de orações e outros espaços que a instituição procurou mostrar, através das fotos, a nítida vantagem da institucionalização dos pequenos jornalheiros. Na discussão do espaço disciplinar, o arqueólogo Andrés Zarankin foi de grande relevância, pois o autor, com base nos conceitos foucaultianos, analisa o espaço escolar na cidade de Buenos Aires com base nas plantas dos estabelecimentos de ensino.

Na análise teórico-metodológica, discutimos o conceito de *disciplina* do filósofo Michel Foucault e do historiador Edward Thompson. Para Foucault, o século XIX se constituiu como sociedade disciplinar, onde uma série de saberes e instituições foram criadas para garantir a *paz social*, através de dispositivos de segurança e controle social. A disciplina dos corpos, do tempo e dos hábitos da população, viabilizada pela escola, clínica, prisões, fábricas, casas de correções, polícia, hospitais psiquiátricos, orfanatos entre outras instituições, se insere no surgimento da sociedade urbano-industrial.⁵

³ KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001, p. 114.

⁴ Ibid., p. 102.

⁵ Apud MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001. p. 33.

Foucault denominou estes estabelecimentos de *Instituições de Seqüestro* que, segundo o autor, se articulavam à produção de saberes e ao exercício de poder, cuja finalidade era fixar indivíduos, ligá-los a um aparelho de correção e introjetar-lhes normas. Enfim, transformá-los em cidadãos produtivos e dóceis. Entretanto, o conceito de disciplina não pode ser aplicado, sem reservas, para o caso brasileiro.

Foucault construiu o conceito de disciplina com base nos regulamentos do Exército Prussiano, de escolas e demais instituições disciplinares da Europa nos séculos XVIII e XIX. Thompson, por sua vez – que difere dos objetivos de Foucault –, discute as mudanças provocadas pelo capitalismo industrial, com a imposição de um tempo disciplinado nos costumes tradicionais na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Neste sentido, para se apropriar do conceito de disciplina deve-se tomar cuidado e ter clareza dos objetivos de Foucault e Thompson, ou seja, deve-se situar os autores e guardar as devidas proporções históricas pelas quais o conceito foi construído.

A principal referência sobre o conceito de disciplina é o livro *Vigiar e Punir* de Foucault. Este autor analisa a genealogia da estrutura carcerária francesa. A genealogia, segundo Foucault, que se apropria de Nietzsche, se opõe à pesquisa da *origem e ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias*. Sendo assim, a genealogia, concepção contrária à evolução linear e teleológica, não analisa a origem, mas, ao contrário, busca nas *meticulosidades e nos acasos dos começos*.⁶ As forças, neste sentido, *que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta*.⁷

A análise de Michel Foucault, portanto, permite a compreensão mais abrangente da sociedade moderna, da constituição da sociedade disciplinar e do processo de controle e correção de indivíduos considerados perigosos. Porém, como veremos no segundo capítulo, este controle apresenta limites, evidenciados em fugas e resistências.

Na presente dissertação, discutimos o conceito de disciplina de Foucault. Mas sabemos da importância de outros autores como Erving Goffman que definiu o conceito de Instituições Totais. Segundo este autor, trata-se de *um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada*.⁸

⁶ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: _____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996. p. 16-19.

⁷ Ibid., p. 28.

⁸ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 11.

Porém, a Casa do Pequeno Jornaleiro não se enquadra nos modelos de *Instituição Total* proposto por Goffman, pois o pequeno jornaleiro não ficava preso na Casa, ele vendia jornais pelas ruas sob a fiscalização de membros da instituição.

A disciplina poderia, neste sentido, ser vivenciada de maneiras e de intensidades diferentes, dependendo da época e das finalidades de cada estabelecimento disciplinar. No caso específico da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, que implementava vários dispositivos disciplinares, vigilância, promoção, punição, elogios, exclusão entre outros, pretendia moralizar o comportamento dos menores que ingressavam na instituição. Pois o menor, vivendo em circunstâncias instáveis, representava um perigo para a sociedade.

Na Casa, o menor era submetido à disciplina, com forte conotação moral. A finalidade pela qual a Casa foi construída era atender meninos pobres que vendiam jornais pelas ruas, conhecidos como pequenos jornaleiros. O trabalho de vender jornais já era praticado por meninos pobres antes da criação da Casa. Conforme a documentação pesquisada era um trabalho desorganizado e os pequenos jornaleiros eram rotulados com alguns atributos imorais, *pequenos marginais, desajustados e futuros delinquentes*, e representavam um perigo social. Neste sentido, a Casa foi criada para disciplinar e moralizar os pequenos jornaleiros, que, após seu ingresso na instituição, continuavam vendendo jornais, mas de forma organizada, disciplinada e vigiada, tanto nas ruas como no interior da Casa, por membros da instituição.

Entretanto, a idéia de amparar pequenos jornaleiros não era nova, pois em Belo Horizonte, em 1934, a presidente da Sociedade Pestalozzi, Helena Antipoff, criava uma Associação de Assistência ao Pequeno Jornaleiro, a qual colaborou na construção de um abrigo para amparar os pequenos jornaleiros desta cidade. Segundo Antipoff, *os vendedores de jornais devem ser objetos de cuidados, pois eles concentram mais que qualquer outro menor, nas suas várias condições, todos os fatores de delinqüência: provêm eles dos meios mais miseráveis (...)*.⁹ A finalidade do Pavilhão de Natal, denominação do abrigo dos pequenos jornaleiros, era de (...) *uma casa de educação, que cuidará da saúde física e moral, da instrução e formação profissional dos pequenos jornaleiros.* (...) ¹⁰

A Casa partia, portanto, da concepção recorrente naquela época, que os menores representavam um perigo social que deveria ser enfrentado pelo poder público, através de

⁹ Secretaria da Educação e Saúde Pública. Boletim nº 16, p. 107. Apud VEIGA, Cynthia Greive e FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 112.

¹⁰ Minas Gerais, 22/02/1935. Apud VEIGA e FARIA, op. cit., p. 114.

estabelecimentos que pudessem, além de oferecer assistência, provocar uma regeneração moral no trabalho infanto-juvenil até então praticado.

A política de moralização se inseria também nas práticas filantrópicas, pelas quais, médicos, através da higiene e educação, pretendiam reintegrar os desajustados à sociedade idealizada como ordeira e harmoniosa. O movimento filantrópico surgiu basicamente em meados do século XIX em oposição à caridade, prática até então monopolizada pela Igreja Católica. No Brasil, os filantropos exigiam uma participação mais efetiva do Estado nas questões envolvendo crianças pobres. Mas não havia uma política central para a criança pobre no final do século XIX e início do século XX, se resumindo apenas na criação de instituições por iniciativa de alguns estados, ou se limitando à Capital Federal. Durante o Estado Novo, entretanto, foram criados órgãos federais para intervir na pobreza, na qual o menor abandonado se insere, incorporando parte dos ideais da filantropia científica. Neste sentido, a criação da Casa do Pequeno Jornaleiro se inscreve em uma proposta mais ampla, no âmbito da filantropia científica e da intervenção do Estado Novo.

O contexto no qual a Casa foi criada se caracterizava por uma forte intervenção do Estado nas questões sociais, culturais e econômicas – esta última considerada essencial para garantir o desenvolvimento do capitalismo. Reflexo, ainda, das críticas geradas pelo esgotamento do liberalismo econômico na década de 1920. A política social implementada naquele momento poderia ser definida como um conjunto de programas governamentais destinados a corrigir as falhas do *liberalismo clássico*, que defendia uma sociedade auto-reguladora capaz de eliminar a pobreza naturalmente.

A política social se estruturou no contexto europeu, durante o século XIX, paralelamente às transformações sofridas pela Revolução Industrial, onde um conjunto de problemas sociais surgiu naquele momento e provocou discussões e demandas em torno da criação de direitos sociais.

Este movimento foi marcado pelo confronto entre os princípios do liberalismo – que defendiam um mercado auto-regulador apoiado numa ideologia individualista – e os novos fundamentos de proteção social e da criação de uma legislação específica que pudessem proteger os trabalhadores.

No decorrer do século XX, o Brasil, com o crescimento demográfico, com a crescente urbanização e com o aumento da industrialização, teve um aumento na pobreza que se tornou mais visível nos centros urbanos, como a multiplicação de habitações precárias, de favelas e de cortiços nas grandes cidades. Esses fatores favoreciam a exploração da mão-de-obra

urbana, despreparada e mal remunerada, principalmente o trabalho feminino e o infanto-juvenil.

Neste sentido, a preocupação com a infância não foi uma característica isolada no Brasil. Ela acompanhava um movimento mais abrangente que já vinha ocorrendo em vários países há várias décadas. Alguns problemas sociais, que já vinham ocorrendo, do início do século XX, como as elevadas taxas de mortalidade infantil, agravadas principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, pela fome, pelo crescimento de doenças e pela utilização precoce do trabalho infantil, levaram alguns países europeus a criarem um sistema de assistência social que pudesse amparar tanto a infância como a mãe. Entre muitas medidas a favor da criança e da mãe, foram aprovadas leis que regulamentassem o trabalho infantil, que garantissem o repouso, antes e depois do parto, da operária gestante e outras medidas para estimular a amamentação.

O contexto no qual a Casa se inscreve, também foi marcado pela valorização do trabalho, com forte conotação moral e ideológica. O trabalho, como símbolo da *lei suprema* da sociedade, já no final do século XIX, buscava a manutenção da estrutura social, se associando à moralidade, à manutenção da *ordem estabelecida* e ao *respeito* à propriedade privada. Na construção do trabalho com atributos morais implicava na criação do conceito de *vadiagem*, com qualificações associadas à *imoralidade* e à *perversão*, visto como ameaça constante à ordem pública.

O trabalho retomado pelo Estado Novo implicava na revalorização do *homem brasileiro*. A implementação dos direitos sociais, naquele momento, estaria ligada a uma política ideológica de revalorização do *trabalho* e do *homem brasileiro*. O trabalho deveria ser, portanto, o direito e o dever do brasileiro, uma obrigação para com o Estado e a sociedade, mas também uma necessidade do próprio indivíduo encarado como cidadão. Portanto, ideologicamente o trabalho não era apenas um meio de sobrevivência, mas um meio de servir à *Pátria*.

A valorização do trabalho é evidenciada nos relatórios da Casa, onde os pequenos jornaleiros vendiam jornais *fardados* pelas ruas e eram simbolizados, em alguns trechos das fontes pesquisadas, como *soldados*. Os relatórios destacam a importância em *forjar* crianças pobres e órfãs em futuros trabalhadores. O trabalho, naquele momento, era considerado uma estratégia pedagógica no combate à delinquência infanto-juvenil.

Na década de 1990, foi publicado o livro *História da Criança no Brasil*, tendo como organizadora Mary Del Priore. Esse livro se constituiu em ensaios de vários autores que se dedicam à temática da criança. Entre eles, Fernando Londoño que analisou, em seu artigo, o

processo de construção do conceito *menor*. A discussão suscitada pelo autor foi de grande relevância para nossa pesquisa, pois o termo *menor* aparece com muita frequência nas fontes pesquisadas.

O menor, portanto, que aparece com certa frequência nos relatórios da Casa como *abandonado, desajustado e futuro delinqüente*, vai fazer parte, no final do século XIX e começo do século XX, do vocabulário judicial. Os juristas procuravam nas legislações, que tratavam do menor, dos países europeus e dos Estados Unidos, modelos que deveriam ser implementados no Brasil.

No final do século XIX, os juristas construíram um novo significado para o conceito *menor* que passava a designar, assim, crianças e adolescentes pobres das cidades, estas por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores eram chamadas pelos juristas de abandonadas – o sentido da expressão menor até o século XIX era para distinguir apenas as faixas etárias. Os menores, portanto, eram as crianças que povoavam as ruas – vista como espaço que provocava *degenerações* à infância abandonada – dos centros urbanos e por incorrerem em delitos freqüentavam a prisão, neste caso eram chamadas de menores criminosos. Portanto, a partir da década de 1920, a palavra menor se refere à criança em sua situação de abandono.

Inicialmente a infância abandonada era tratada como caso de polícia. Mas, nas primeiras décadas do século XX a questão do menor abandonado, pelo menos no âmbito da legislação, deixou de ser um problema de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições, que submetia o menor a um serviço especializado e diferenciado, com a participação da pedagogia, medicina e do direito.

A dicotomia entre menor e criança teve seu ápice na formulação do Código de Menores de 1927 e sobreviveu até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que substituiu o conceito de *menor* pelo sujeito de direitos, criança e adolescente independente de sua situação social.

No decorrer da elaboração desta dissertação, sentimos falta de informações mais abrangentes dos menores acolhidos pela Casa, pois os dados dos pequenos jornaleiros, de um modo geral, são bastante rarefeitos. As informações disponíveis se referem a pequenos jornaleiros que tinham visibilidade nos relatórios e eram chamados de *jornaleiros do ano*. A Casa os denominava como *típico*, sugerindo uma idéia de universalidade. Os jornaleiros destacados nos relatórios, de um modo geral, eram meninos pobres e órfãos que ingressavam na instituição, permanecendo por quatro ou cinco anos, eram alfabetizados e, pela interpretação da Casa, ao saírem da instituição, estavam aptos e moralizados para o mercado

de trabalho. Era um destaque que sugeria um completo sucesso filantrópico da Casa na sua assistência aos meninos.

A única forma de obter algumas informações, como a mobilidade dos pequenos jornaleiros, de todos os meninos que ingressavam na Casa era através da análise dos dados presentes na relação nominal de pequenos jornaleiros e ex-pequenos jornaleiros que a instituição divulgava no final de cada relatório. Nesta relação tinha o nome completo de cada menino, o número e série de sua caderneta e o valor do pecúlio depositado mensalmente de cada menor, a instituição, inclusive, ressaltava que todos os menores tinham caderneta.

Através desta relação de pequenos jornaleiros e ex-pequenos jornaleiros foi possível ter uma noção do fluxo de meninos que entravam e saíam da instituição. Ao todo são duas relações nominais que nos possibilitam ter um indício da movimentação de crianças na instituição. A primeira relaciona todos os ex-pequenos jornaleiros que saíram da instituição e receberam o seu pecúlio por terem adquirido a maioridade, pois cada menor ao ingressar na Casa obtinha uma conta bancária na qual era depositado mensalmente o pecúlio de cada jornaleiro, proveniente da venda de jornais *. Tal prática, no entanto, não era de exclusividade da Casa do Pequeno Jornaleiro, pois, através da literatura pertinente ao nosso tema, já era recorrente a utilização deste artifício em algumas instituições para menores desde o final do século XIX.

A segunda relação nominal tem uma relação bastante longa de todos os pequenos jornaleiros (que ainda pertenciam à Casa) e todos ex-pequenos jornaleiros que passaram pela instituição, com suas respectivas contas e importâncias, que ainda não a receberam por não terem atingido a maioridade – no relatório de 1953 continha 378 nomes, enquanto que no de 1962 apresentava 618 (a quantidade varia de maneira crescente em cada relatório, mostrando o primeiro indício da quantidade expressiva de meninos que entravam e saíam da Casa).

Na relação de pequenos jornaleiros e ex-pequenos jornaleiros é possível perceber duas classificações em ordem alfabética, a primeira com aproximadamente 60 a 70 nomes e outra, logo em seguida, com 300 a 550 nomes. Fazendo a comparação das listas por ano, foi possível verificar que os nomes que permaneciam na primeira classificação apresentavam uma evolução de seu pecúlio bastante expressiva (alguns menores tinham, de um relatório para outro, evoluções que variam de 50% a 1000%, nos sugerindo que estes permaneciam na instituição, pois o acréscimo era bem superior aos juros anuais), diferente dos jornaleiros que

* Ressaltando que o valor do pecúlio de cada menor era descontado Cr\$ 100,00, dividido em duas parcelas, que eram entregues quinzenalmente para os pais ou tutores dos pequenos jornaleiros. A Casa também deduzia do valor de cada pequeno jornaleiro uma importância não mencionada para a sua manutenção.

permaneciam na segunda classificação, que apresentavam uma evolução financeira bem menor, coincidindo com o acréscimo dos juros bancários em torno de 5% ao ano, porcentagem explicitada nos relatórios. Isso nos sugere que o menor não estava mais na Casa, pois provavelmente o depósito de seu pecúlio já não era realizado pela instituição, sofrendo acréscimo apenas dos juros bancários. Esta premissa se sustenta pelo fato de que todos os menores têm poupança e a instituição depositava o seu pecúlio mensalmente, proibindo-os de retirarem antes da maioridade e não permitindo que qualquer pessoa, nem mesmo a instituição, a não ser o próprio menor após atingir a maioridade, retire o valor da poupança dos pequenos jornaleiros.

Deduzimos, a priori, após realizar comparações (como comparar nomes de jornaleiros que receberam em 1954 uma caderneta, para 46 menores selecionados, oferecida pelo *Banco Hipotecario Lar Brasileiro S/A*, coincidindo, com exceção de três nomes, com os meninos da primeira classificação) que a primeira classificação se refere a meninos recém incorporados e de pequenos jornaleiros remanescentes de outros anos que, no momento da elaboração do relatório, ainda permaneciam na Casa. A segunda classificação, por sua vez, se refere a meninos que deixaram ou abandonaram a Casa quando o relatório foi produzido e que ainda não obtiveram a maioridade.

Outro dado relevante é a seqüência crescente da numeração das cadernetas de poupança, percebemos, assim, que os menores que recém ingressavam na Casa recebiam uma numeração de sua poupança em ordem crescente e seqüencial em relação aos demais. Com isso foi possível levantar nomes de menores que entraram naquele ano, pois sua caderneta não constava nos anos anteriores e seus nomes começavam a estar presentes na listagem apenas a partir daquele ano.

Portanto, ao analisar a quantidade do pecúlio de cada menor e calculá-lo, estávamos tentando ver a trajetória de cada menino que ingressou na Casa. E a análise desta listas de pequenos jornaleiros e ex-pequenos jornaleiros sugere que havia na Casa um fluxo significativo de menores.

Após apontarmos questões metodológicas e conceituais, dividimos a nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma discussão mais ampla do contexto no qual a Casa do Pequeno Jornaleiro, como instituição para crianças, se inscreve. Como base bibliográfica, nos fundamentamos, entre outras, na produção de Irene Rizzini e Irma Rizzini. Estas autoras têm uma vasta produção historiográfica, em torno do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância) com apoio de vários autores, sobre a

criança pobre e institucionalizada e as legislações para menores. Além desta produção, nos valem das dissertações e teses historiográficas que tratam da problemática do menor.

Uma referência recorrente na historiografia, que trata da nossa temática, é do livro *História Social da Criança e da Família* de Philippe Ariès. Este autor analisa um sentimento novo, que se cria a partir do século XVII na Europa, sobre a infância, a qual adquiriu especificidade, expressa nas artes. Segundo Ariès, a arte desconhecia ou não representava a criança até o século XII, diferindo apenas no seu tamanho, um *homem reduzido*.

A descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII.¹¹

Jacques Gélis, com um trabalho semelhante ao de Ariès, discute o processo de individualização da criança na Idade Moderna. Segundo ele, a mudança de atitude

com relação à criança, que é fundamentalmente uma mutação cultural, ocorre ao longo de um período extenso. Impossível estabelecer aqui uma cronologia precisa. Na falta de certezas, algumas referências, pois a evolução não se realizou em toda parte no mesmo ritmo, mas, sob o efeito das forças políticas e sociais, sofreu bruscas paradas num lugar, repentinas alterações em outro. Sem dúvida, quem deu o tom foi a cidade, local por excelência da inovação.¹²

Especialmente no contexto dos séculos XIX e XX, inclusive no Brasil, são *descobertas* crianças diferentes: aquelas que viviam em lares constituídos pela família composta por pai e mãe, com acesso à educação religiosa e escolar e alvo de atenção e cuidados médicos; e outras crianças são aquelas que vão constituir o interesse dos juristas e das autoridades, bem como serão alvo da assistência oferecida pelas instituições filantrópicas e depois pelo Estado.

No Brasil, guardando as devidas proporções históricas, a partir do final do século XIX, a criança descoberta como *menor* era alvo de interesse do Estado, por meio de instituições, além da pediatria e da puericultura. Pois no decorrer do século XX era recorrente a utilização no Brasil de instituições para amparar menores, independente do momento político.

Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), foram mais de sessenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens, independentemente de tratar-se de regime político

¹¹ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006. p. 28.

¹² GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Editora Schwaez, 1991. p. 319.

democrático ou autoritário. Em certos momentos, a ênfase esteve na correção de comportamentos, noutros, na educação para a integração social.¹³

A preocupação de criar instituições no começo do século XX, era para atender uma demanda social que aumentava ano a ano, pois a visibilidade da pobreza, do menor abandonado, nas ruas não poderia ser mais ignorada pelo Estado.

No segundo capítulo, discutimos a especificidade da Casa, no que tange o seu espaço disciplinar. Como referencial teórico, utilizamos o conceito de disciplina de Michel Foucault. A Casa do Pequeno Jornaleiro foi criada e construída para atingir um objetivo bem específico e articulado com as questões mais amplas, que pretendia enfrentar o problema do menor, através da moralização do trabalho infanto-juvenil. A moralização já era sentida na utilização de uniformes, além do corte de cabelo, pelos menores, que visavam homogeneizar os pequenos jornaleiros, dissipando as diferenças que os caracterizavam com a imoralidade.

A Casa possuía vários espaços, salas de aula, refeitório, alojamentos, gabinete médico e odontológico. Cada espaço tinha funções específicas para colocar em prática a assistência filantrópica pela qual a instituição foi criada. Espaço para dormir, aprender os valores patrióticos, alfabetizar, se alimentar, receber os ensinamentos religiosos e cuidar da saúde.

O discurso da Casa, enfático e recorrente, era moralizador e se inseria em um projeto político ideológico do Estado, que pretendia intervir no comportamento do menor para transformá-lo, por meio de instituições, em cidadão. Mas como veremos neste capítulo a Casa apresentava limites em impor seu discurso moralizador, evidenciados em raros trechos que a Casa apresentava em seus relatórios.

No terceiro capítulo, focamos especificamente em cada serviço especializado da Casa – educação, saúde, religião e trabalho disciplinado. Estes serviços especializados já eram propostos pelos filantropos desde meados do século XIX que criticavam os asilos de caridade. Os serviços da Casa podem ser assim resumidos: a Casa tinha o departamento de educação, que oferecia o ensino primário aos menores, cujo objetivo era, além de alfabetizar as crianças, ensinar os valores patrióticos aos pequenos jornaleiros; outro serviço criado pela Casa é o departamento religioso, oferecido em parceria com a Igreja Católica, através do qual ensinava os princípios católicos para as crianças, cujo objetivo era formar cristãos *tementes a Deus*; o departamento de saúde, por sua vez, envolvendo o departamento médico e dentário, cuidava da saúde de cada criança.

¹³ PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 358.

Portanto, o objetivo desta dissertação foi discutir a política implementada pela Casa do Pequeno Jornaleiro. Esta política inserida no contexto do Estado Novo permaneceu até 1962 com o mesmo propósito. Estudar a política do Estado tendo como referência uma instituição, nos pareceu bem pertinente, pois resume em seu interior serviços que faziam parte de um contexto mais amplo e que de certa maneira ainda permanecem nos dias de hoje. Um contexto no qual foram criadas medidas para intervir na pobreza no Brasil, do qual o menor fazia parte.

Primeiro Capítulo

*O tratamento da criança é o único sentido da salvação nacional.*¹

Cândido Motta Filho

'Salvar a criança era salvar o Brasil'.^{*}

O objetivo deste capítulo é contextualizar o nosso objeto, a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, no conjunto das políticas sociais para menores. Buscar também nexos entre as discussões mais amplas, envolvendo políticas de intervenção para menores, com o objeto de pesquisa. Neste sentido, verificar-se-á em que medida o projeto político do Estado, inserido na criação de instituições e nas políticas públicas, influenciou a criação de instituições como a Casa do Pequeno Jornaleiro. A Casa foi idealizada e construída durante o Estado Novo e permaneceu praticamente com a mesma política de assistência ao menor até 1962, quando sofreu significativas mudanças até o seu gradativo fechamento no final do século XX.

As instituições para menores nas primeiras décadas da República Brasileira

O Brasil tem uma longa tradição de internação de menores em instituições. Desde o período colonial, foram criadas no país várias instituições, como colégios internos, asilos, seminários, escola de aprendizes artífices, educandários, reformatórios e etc., ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época.²

Entretanto, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, inaugurou-se novas reformas e preocupações com a infância *desvalida*^{**} e *viciosa* no Brasil, cujo predomínio higienista, nas discussões e nas ações assistencialistas – forma de *readaptar* os pobres ao *convívio social* –, é evidente e marcante. Porém, a assistência pública para a infância surgiu como uma espécie de *caridade oficial*, expressão pejorativa do jurista Ataulpho de Paiva em 1903, que denunciava a desorganização da assistência pública naquele momento. Neste sentido, boa parte dos intelectuais e filantropos brasileiros criticavam a falta de organização do Estado e Municípios frente ao problema da assistência, que segundo Paiva produzia efeitos *nefastos e degenerava a raça*.

¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 19.

^{*} Pensamento recorrente entre os intelectuais brasileiros no decorrer do final do século XIX e início do século XX. (RIZZINI, Irene. **O século perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1997. p. 31).

² RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 22.

^{**} O termo *desvalido*, comumente utilizado no final do século XIX, significa, segundo o dicionário de Candido de Figueiredo de 1899, aquele “*que não tem valimento*”, “*desgraçado, miserável*”.

As preocupações dos juristas e demais intelectuais do começo do século XX eram motivadas, principalmente, pelo aumento da criminalidade infantil. A preocupação com a infância *desvalida*, todavia, já era tema de discussão no Segundo Império, no qual, entretanto, a esfera religiosa mantinha certo monopólio no atendimento à infância pobre.

Naquele contexto, a assistência oficial seguiu *a tradição das práticas caritativas, constituindo-se a partir da criação de instituições do tipo internato*. Com o objetivo de recolher e educar os *menores abandonados e viciosos* surgem os reformatórios e as escolas correcionais. Portanto, são novas denominações do antigo asilo que sinalizavam transformações *na concepção da assistência, destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes*.³

Irma Rizzini analisou instituições para menores da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, incluindo ainda instituições estatais de São Paulo e Minas Gerais, com base nos relatórios de juízes e comissários de menores da Capital Federal e também da pesquisa de Ataulpho de Paiva em 1913, encomendada pela prefeitura do Rio de Janeiro. A análise enfocou, quantitativa e qualitativamente, 33 instituições que abrigavam *órfãos, menores desvalidos, delinqüentes e viciosos*, abordando a origem – religiosa, particular e estatal –, a clientela atendida – sexo, idade, origem social e crimes – e as finalidades destas instituições.

Segundo Irene Rizzini, Ataulpho de Paiva era um fervoroso adepto do *direito moderno*, utilizava com frequência em seus discursos e em sua produção intelectual exemplos do *mundo civilizado, como a criação do primeiro Tribunal para Menores em Chicago no ano de 1899 e os Conselhos de Proteção à Criança nos países nórdicos, dos quais participavam pessoas comuns de uma determinada comunidade*, em 1896.

Ataulpho Paiva ocupou importante cargo de jurista no Rio de Janeiro e *foi um insistente defensor do movimento que visava organizar a assistência pública e a beneficência privada*. Influenciado pelas idéias positivistas de sua época, conhecia profundamente o tema do menor abandonado, *tendo sido responsável pela execução do levantamento das estatísticas sobre a assistência pública e privada no Rio de Janeiro, por determinação do Prefeito Pereira Passos*.⁴

³ RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995. p. 245-246.

⁴ RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995. p. 113.

Das 33 instituições analisadas no Rio de Janeiro, 23 eram de procedência privada e 10 eram estatais. Entre as instituições particulares, 7 recebiam auxílio financeiro do Governo Federal ou Municipal e 16 foram fundadas ou eram administradas por entidades religiosas católicas. As instituições apresentavam também uma classificação para os seus internos, como sua origem social, o crime praticado e os critérios de sexo e idade. Portanto, são classificações que determinavam a divisão da clientela de cada instituição. Ressaltando que, na origem social dos internos, 10 instituições recebiam somente crianças pobres. 10 instituições amparavam crianças abandonadas e desvalidas e 4 recebiam *delinquentes* e *viciosos*. Essas classificações eram *um indicador da preocupação da sociedade em prevenir a criminalidade, procurando educar as crianças desvalidas para posteriormente devolvê-las válidas*, com ampla capacidade produtiva, para a sociedade *ordeira*.⁵

Havia também uma divisão de clientela em três tipos de instituições. As instituições religiosas atendiam basicamente órfãs e meninas *desvalidas*. As instituições mantidas pelo Estado atendiam os *menores delinquentes, viciosos e abandonados* do sexo masculino. Os estabelecimentos particulares, sem vínculo religioso, atendiam uma clientela mais ampla, como *órfãos, abandonados e desvalidos* de ambos os sexos.

Dessas instituições, 12 abrigavam crianças de 5 anos a 18 anos ou excepcionalmente até 21 anos. Irma Rizzini argumenta que o critério de se utilizar a faixa etária da pré-adolescência até a fase adulta por parte dessas instituições demonstrou a preocupação dos seus fundadores com a educação, sobretudo profissional, dos seus internos.

O objetivo da maioria dos estabelecimentos, 24 instituições, era a educação e a formação profissional dos internos. Para meninas abandonadas, 9 instituições, era enfatizada a educação direcionada ao trabalho doméstico. Parte das instituições de amparo a meninas era de origem religiosa, e pretendia direcionar uma educação moral com propósitos econômicos. Exemplo dessa prática era a instituição *Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição*, cujo objetivo era intervir, através da educação religiosa e moral, na formação das *futuras* empregadas domésticas e donas de casa.

Os estabelecimentos para os meninos abandonados enfatizavam a educação industrial e agrícola, ressaltando o *amor ao trabalho*. Portanto, a justificativa econômica se alia à justificativa moral e à de gênero. Um exemplo de instituição que articulou essas justificativas foi o Instituto de Educandos Artífices, em São Paulo, cuja finalidade, segundo seu regulamento, era *facilitar aos meninos pobres e desvalidos a sua educação industrial*,

⁵ RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 61-63.

*impedindo assim que por falta dela se desviassem do amor ao trabalho e se tornassem maus e prejudiciais cidadãos.*⁶ Havia no entanto instituições que se preocupavam em apenas recolher menores *delinquentes* e *viciosos*, considerados perigosos ao convívio social, além de menores abandonados e órfãos.

Na década de 1920, em todo o Brasil, por iniciativa do Departamento Nacional de Povoamento, foram criados os Patronatos Agrícolas para resolver o problema da falta de mão-de-obra para a agricultura. Os patronatos eram colônias que abrigavam crianças recolhidas nas ruas por ordem do Juizado de Menores, e visavam a formação de trabalhadores rurais. Na década de 1930, a maioria dos patronatos foi extinta por ter se transformado em *depósitos de menores*. Havia denúncias de que proprietários desses estabelecimentos utilizavam os internos como *mão-de-obra escrava* nas suas fazendas. Neste sentido, a criação de patronatos agrícolas, inicialmente, se inseria em uma

política voltada para ordenamento do espaço urbano e de sua população, por meio do afastamento dos indivíduos indesejáveis para transformá-los nos futuros trabalhadores da nação, mas que culminava no uso imediato e oportunista do seu trabalho. A história destes institutos mostra que o preparo do jovem tinha mais um sentido político-ideológico do que de qualificação para o trabalho, pois o mercado (tanto industrial quanto agrícola) pedia grandes contingentes de trabalhadores baratos e não-qualificados, porém dóceis, facilmente adaptáveis ao trabalho.⁷

Nas primeiras décadas da República o isolamento ainda era um objetivo importante para as instituições, devido à quantidade expressiva de estabelecimentos que se destinavam explicitamente a esta finalidade. Parte dessas instituições, entretanto, era alvo de várias críticas de intelectuais e filantropos que exigiam o fechamento e a transformação destes estabelecimentos.

Os asilos eram criticados, inicialmente, em favor do reconhecimento da família como meio ideal para a criação de crianças. Mas, havia propostas no sentido de aceitar em algumas circunstâncias a necessidade em recolher *menores moralmente abandonados* e os *delinquentes* oriundos de famílias de moral *duvidosa*, onde predominavam as *doenças* e *vícios*. Neste caso, exerciam funções opostas do esperado e as crianças deveriam ser afastadas do convívio de seus familiares para evitar o seu efeito contaminador.

As críticas dos *idealizadores* da assistência, do início do século XX, sobre as instituições de internamento também se referem à falta de promoção educativa da criança e à precariedade

⁶ Ibid., p. 63.

⁷ RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 380.

do seu preparo para o *futuro*. As instituições de caridade também eram alvo de várias críticas por parte de médicos e intelectuais por não corresponderem aos princípios científicos no tratamento de menores. Naquele momento, os intelectuais, além de criticar os asilos de caridade existentes como *depósitos* de crianças, vão propor modelos de assistência com orientações científicas, com métodos capazes de *recuperar* os menores *desvalidos*.

Portanto, a tônica discursiva dos filantropos foi, à primeira vista, a defesa incondicional da criança pobre. Entretanto, em uma análise mais profunda percebe-se uma dicotomia no discurso republicano, de um lado na defesa da criança pobre e de outro na defesa da sociedade, pois o menor representava um perigo à *ordem pública* que deveria ser combatido.

Neste sentido, o problema do menor começava a adquirir uma dimensão política,

consubstanciada no que muitos denominavam de ‘ideal republicano’ na época. Não se tratava mais de ressaltar a importância, mas sim a urgência de se intervir, educando ou corrigindo ‘os menores’ para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade.⁸

A criança abandonada situava-se entre duas possibilidades, no futuro trabalhador – o menor após o tratamento feito em uma instituição de caráter profilático – ou no *futuro delinqüente*. Neste caso, caberia ao Estado a incumbência de evitar o surgimento de novos criminosos e de manter e proteger a sociedade *ordeira e limpa* dos vícios.

É importante destacar que essa política para o menor não ficou apenas no campo teórico, mas foram criadas algumas instituições de acordo com as orientações dos debates e dos projetos de reestruturação de asilos, cujo monopólio era ainda da Igreja Católica. Estas novas instituições foram idealizadas pela medicina social, representando a primeira investida da ciência no problema do menor, que pretendia auxiliar, neste sentido, na composição de projetos de *medicalização* nas instituições, pois, os especialistas acreditavam ser uma opção economicamente mais favorável e politicamente mais eficaz de propaganda das ações do Estado e da filantropia. A preocupação com a visibilidade de menores nas ruas e, conseqüentemente, da pobreza – elementos indesejáveis ao *progresso* e à *civilização* que intelectuais buscavam construir nos primeiros anos da República Brasileira – levou a se pensar em estabelecimentos destinados a reeducá-los, como medida preventiva da criminalidade.

O projeto de novas instituições, entretanto, que surge no final do século XIX, não será *absorvido pelo Estado como uma política social publicamente assumida* e também não provocou transformações na prática institucional dos asilos existentes. No início do século

⁸ RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever..., p. 112.

XX, no entanto, percebemos a *implantação das novas idéias em algumas instituições, como Instituto João Pinheiro de Minas Gerais e o Instituto Disciplinar de São Paulo.*⁹

O Instituto João Pinheiro, fundado pelo Governo de Minas Gerais em 1909, era um *asiló exemplar*, idealizado pelos intelectuais da época para a infância, situado na área rural. Segundo seu diretor, *foi uma instituição pioneira no atendimento de menores carecedores do socorro público.*¹⁰ Correspondia na época aos anseios da sociedade pela criação de estabelecimentos funcionais e disciplinares, segundo parâmetros científicos, que pudessem admitir uma clientela constituída de menores material ou moralmente abandonados. O objetivo do Instituto João Pinheiro era *regenerar os inadaptados e prevenir as suas faltas*, recorrendo ao tratamento *preventivo e regenerativo* *, abrangendo a educação física, a moral, o civismo, o preparo intelectual e profissional.

A instituição *modelo*, Instituto João Pinheiro, no entanto, não prosseguiu com seus serviços após 1930 e também não foi amplamente divulgado para outros estados, conforme indagação de Irma Rizzini. A autora levanta três suposições para respondê-la: a falta de recursos do próprio governo; os conflitos internos eram de certa maneira escamoteados em nome de um modelo *harmonioso*; e, por fim, a crença equivocada de que a sociedade estaria preparada para receber os ex-internos.¹¹

A instalação de estabelecimentos para menores, como critério básico, era a garantia da salubridade tanto no espaço interno como no externo. O médico Moncorvo Filho propunha um estabelecimento bem arejado, bem iluminado e amplo para se evitar doenças, que combatesse o alcoolismo e a miséria com proveito de alimentos, de luz e de *tranqüilidade de espírito.*¹²

Os regulamentos, os projetos e as propostas para se criar novas instituições para menores estavam voltados ao processo de remanejamento urbano, ao abrigar crianças que não se ajustavam na cidade *saneada*. Neste sentido, a sua clientela será, nas primeiras décadas do século XX, *menores abandonados e delinqüentes*. Estes eram reclassificados, segundo regulamento das instituições, conforme as finalidades de cada estabelecimento, de forma a racionalizar a ocupação do espaço urbano e o tratamento profilático a ser implementado, que seria diferenciado para cada categoria de *menor*.

⁹ RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil...**, p. 68-69.

¹⁰ Apud RIZZINI, Irma. **Meninos Desvalidos e Menores Transviados...**, p. 252.

* Os termos preventivo e regenerativo eram utilizados na época e representavam o olhar que os intelectuais e religiosos lançavam sobre os menores.

¹¹ RIZZINI, Irma. **Meninos Desvalidos e Menores Transviados...**, p. 253-254.

¹² Apud RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil...**, p. 69.

O projeto de criação do Instituto Educativo Paulista pelo jurista Cândido Mota em 1900 e, posteriormente, criado, em 1909, com a denominação Instituto Disciplinar dividia menores em três classes com diferentes níveis de tratamento: os menores criminosos ficariam na classe correcional, isolados dos demais; os menores abandonados poderiam, de acordo com a sua evolução e merecimento, ficar na segunda classe, de observação ou na terceira, liberdade relativa. Nesta última, poderiam ser habilitados para viverem na sociedade. Portanto, uma mesma instituição, com três divisões (repressão, correção e prevenção), garantiria o atendimento de menores condenados como criminosos e os potencialmente perigosos.

A justificativa na mudança da denominação do Instituto Educativo Paulista para Instituto Disciplinar foi a adequação do projeto original, uma instituição educativa, ao Código Penal de 1890, o qual afirmava que o Estado não poderia ter atribuições somente educativas, mas, sim, repressivas contra a criminalidade, enquanto, de acordo com as concepções da época, às escolas caberiam as ações educativas.¹³

Cândido Mota, idealizador do Instituto Educativo Paulista, foi influenciado pela Nova Escola Penal*, defendia a tese da pena como ação terapêutica associando sua eficácia à busca da gênese do crime, localizada na hereditariedade. Se não era possível eliminar sua gênese, ao menos dever-se-ia tentar impedir sua manifestação através de uma ação preventiva. Para Mota, a delinqüência de menores era resultado de uma herança genética herdada de seus pais ou de ascendentes mais distantes e as tendências criminosas transmitidas hereditariamente poderiam ser controladas se esses menores fossem submetidos a uma rigorosa educação moral.

Considerava-se infância potencialmente perigosa as crianças vítimas de abandono moral. Entre elas, por sua vez, estavam os filhos de pais condenados, os quais poderiam herdar tanto hereditariamente como pelo meio vicioso e moral, tendências criminosas. Assim, a institucionalização era uma prevenção para suprimir o desenvolvimento de tais tendências, visto que na instituição elas deveriam ser submetidas a uma rígida educação moral. Ou seja, era preciso tratar a *doença* antes que ela se manifestasse.¹⁴

¹³ SANTOS, Maria Conceição dos. **Estado, Menores, Juristas e Políticos**. São Paulo, 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista. p. 111-112.

* A Nova Escola Penal caracterizou-se pela influência da Escola Positivista, especialmente de pensadores italianos, como Lombroso, Ferri e Garofalo. Incorporando idéias da sociologia, antropologia e medicina, estabeleceu uma nova forma de tratamento aos criminosos, especialmente pela individualização das penas. O crime, sob os ideais dessa escola, seria julgado a partir do estabelecimento de uma tipologia do criminoso. Para cada criminoso uma pena, um tratamento. Dessa forma, para os criminosos com discernimento, a prisão correcional, para aqueles que agiam sem discernimento, o hospício. Hospitais diferentes para doenças diferentes. Portanto, o crime passava a ser tratado com base nos saberes da medicina. (SANTOS, op. cit., p. 67).

¹⁴ SANTOS, op. cit., p. 95. Grifo no original.

Mota utilizava, ao tratar de menores delinqüentes, expressões como *tratamento profilático, regeneração e tendências criminosas*. Neste sentido, sua proposta de instituição apresentava-se como um hospital de tratamento do crime.

Outro exemplo de instituição considerada modelo no amparo à infância era a Escola Correccional Quinze de Novembro, fundada em 1903 no Rio de Janeiro. Ela atendia apenas, pelo seu regulamento, *menores abandonados*, dividindo-os em dois grupos (por idade): maiores de nove anos e menores de nove anos, com tratamento diferenciado para cada grupo. Em 1941, com a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Escola Quinze de Novembro transformou-se em Instituto Profissional Quinze de Novembro.

O regulamento do Abrigo de Menores ^{*}, criado no Rio de Janeiro em 1924, propôs a classificação dos menores em quatro grupos, divididos por tratamento a ser realizado. Os grupos eram divididos em:

- a) Menores que precisam de maior observação; b) menores que, pela sua degeneração ou por seu estado mórbido, precisavam de tratamento hospitalar em vez de escolar; c) menores que, pelo seu estado de fraqueza ou doença, precisavam de cuidados especiais, antes de se sujeitarem a regime educativo e disciplinar; d) menores em condições de admissão imediata ao regime pedagógico-correccional.¹⁵

O critério de classificação nesta instituição era o grau de *degenerescência do menor*. Naquele contexto, a teoria da degenerescência – doenças físicas e morais que poderiam ser herdadas pelos descendentes – era amplamente aceita nos meios intelectuais e filantrópicos. A utilização do regime celular com suas divisões de controle foi considerada pelos intelectuais da época de grande aplicabilidade na *regeneração de menores delinqüentes* – pois se acreditava que a ausência de companhia implicava em uma *saudável meditação*.

Todavia, o regime celular não será aplicado em sua totalidade pelos projetos de novas instituições, mas, serão utilizadas derivações do regime celular, com divisão dos menores internos em pequenos grupos. A Escola Correccional Quinze de Novembro, segundo seu regulamento (1903), proibia dormitórios grandes (tipo *caserna*), devendo os internos permanecer em pequenos grupos sob vigilância.

Portanto, a idealização de novas instituições – um asilo exemplar, idealizado pelos especialistas na época – tinha como finalidade transformar os *velhos* asilos, impondo métodos racionalizados os quais deveriam, em tese, *transformar menores delinqüentes em cidadãos úteis e dóceis* para serem inseridos na sociedade *ordeira*.

^{*} Sobre esta instituição e outras ver <http://www.ims.uerj.br/psicorio/?tbl=4&view=105>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2009.

¹⁵ RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil...*, p. 72.

Ressaltamos também o surgimento de colônias, patronatos, institutos agrícolas e estabelecimentos industriais, naquele contexto, com novas idéias e teorias sobre a recuperação do indivíduo pelo trabalho e pela vida ao ar livre. Estas instituições, principalmente as colônias agrícolas, se basearam no sistema assistencial psiquiátrico do início do século XX, tendo como característica fundamental o regime do *open-door*. O qual teve como princípio a máxima liberdade possível, contrapondo ao sistema de isolamento que era considerado incapaz na recuperação dos *delinqüentes*, pois o isolamento poderia *irritá-los*, no entanto a *ilusão* de liberdade tranquilizaria os *delinqüentes*, tornando-os mais passíveis de serem disciplinados para o trabalho.

As instituições criadas em Curitiba naquele contexto, também estavam inseridas nas discussões e reformulações das instituições para menores. Pois até a década de 1920 a Igreja Católica ainda tomava a iniciativa da assistência à infância abandonada em Curitiba. O Asilo São Luiz, como exemplo, inaugurado em 1919 pelo bispo da Diocese de Curitiba, inicialmente se destinou ao atendimento de crianças órfãs, cujos pais foram vítimas da epidemia de gripe espanhola.

As instituições sociais, contudo, já não conseguiam atender a demanda cada vez maior de carentes que procuravam os seus serviços. A sociedade curitibana passou então a cobrar do governo uma ação mais eficaz em relação à assistência social. Além disso, os modelos assistenciais já não correspondiam às pretensões sociais de correção dos indivíduos. O Asilo Nossa Senhora da Luz, ainda que idealizado por modernos preceitos, apresentava problemas de superlotação. Já os orfanatos do Cajuru – asilo de caridade criado em 1904 – e São Luiz, segundo Castro, *tinham como objetivo o abrigo e a proteção de crianças abandonadas e não a educação pelo e para o trabalho.*¹⁶

No entanto, na década de 1920, no governo de Caetano Munhoz da Rocha, há uma definição e estruturação no serviço social do Estado do Paraná. Como por exemplo, a criação do Patronato Agrícola em outubro de 1920 – primeira instituição estatal paranaense destinada a oferecer assistência para menores –, que prestava a assistência profissional para crianças pobres e abandonadas.

Em 1926 o Governo do Estado do Paraná criou a sede do Juizado de Menores e as seguintes instituições subordinadas ao Juizado: Abrigos de Menores e as Escolas de Preservação e de Reforma. Os abrigos destinavam-se ao recebimento provisório de crianças abandonadas, que aguardavam a decisão judicial sobre seus destinos. As Escolas de

¹⁶ CASTRO, Elizabeth Amorim. **A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha**. Curitiba: Maxigráfica e Editora Ltda, 2004. p. 33

Preservação eram destinadas, por ordem do juiz responsável, a oferecer educação física, moral, profissional e literária aos menores de 7 a 18 anos. Finalmente, as Escolas de Reforma tinham como objetivo *regenerar* pelo trabalho, educar e instruir menores com mais de 14 anos e com menos de 18 anos que fossem julgados e encaminhados pelo Juizado de Menores.¹⁷ Estas instituições abrigavam também meninas pobres e abandonadas em seções separadas das dos meninos, as quais recebiam ensinamentos de costura, bordados, malharia, pintura e flores.

A criação de novas instituições no começo do século XX era a consequência da necessidade de resolver o problema social gerado pelas crianças pobres que aumentava ano a ano, pois a visibilidade da pobreza nas ruas não poderia ser mais ignorada pelo Estado. Segundo Rodrigues, com base nos discursos de intelectuais baianos, mas que também eram utilizados pelos demais intelectuais brasileiros, a urgência em tratar os pobres coincidia com um projeto de construção de uma *nação civilizada*, pautada no *progresso*.

As concepções de civilização e progresso fizeram parte dos projetos de intelectuais brasileiros e baianos desde o final do século XIX. Tais projetos concebiam esses ideais como modelos universais que deveriam ser aplicados à realidade local. Segundo eles, era necessário organizar racionalmente o ‘espaço físico e social, porvir fulgurante vitória da ordem e progresso sobre as forças caóticas’. Ao planejar uma cidade modelo almejavam-se ruas limpas de toda sujeira física e humana, nada de miséria exposta nem de crianças famintas a pedir esmolas. Nesse novo centro urbano não havia lugar para crianças e mulheres que, empurradas pela miséria de fome, faziam do espaço de rua local de sobrevivência e lazer.¹⁸

As instituições criadas naquele período poderiam simbolizar um tratamento *profilático* aplicado aos menores abandonados que vivendo na *vadiagem* estariam suscetíveis à criminalidade. O *vadio*, oposto do *trabalhador* e da *civilização*, neste sentido, seria educado e corrigido pelo trabalho e, posteriormente, devolvido à sociedade como *cidadão-trabalhador*, portanto, um indivíduo aceito socialmente.

Juizado de Menores e a criação do Código de Menores

Até o final do século XIX, as questões relacionadas aos menores eram tratadas pelo Código Penal de 1830. Segundo este código, as crianças menores de 14 anos *eram irresponsáveis, salvo se agissem com discernimento e, nesse caso, seriam recolhidos às casas*

¹⁷ Ibid., p. 33 et seq.

¹⁸ RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Infância esquecida (Salvador 1900 – 1940)**. Salvador, 1998. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. ^{p.13}

*de correção por um tempo determinado pelo juiz como necessário, desde que não excedesse a idade de 17 anos.*¹⁹

Com a instalação da república no Brasil, o novo Código Penal de 1890 responsabilizava criminalmente crianças acima de nove anos e abaixo de 14 anos que agissem com discernimento. Neste caso, o menor seria recolhido a instituições disciplinares industriais. Entretanto, estes estabelecimentos e casas de correção previstos no Código Penal de 1830, com raras exceções, não foram criados.

A situação do menor abandonado e delinqüente só será objeto de uma legislação específica com a criação do Código de Menores em 1927, que unificou *as determinações jurídicas escassamente existentes e acolheu práticas que já vinham sendo adotadas, inclusive algumas de outros países.*²⁰

No começo do século XX, juristas vão propor uma reforma jurídica na qual serão criados projetos de lei específicos para a criança pobre e abandonada. Portanto, o menor até então tratado pelo Código Penal de 1890 e pelo Juizado Privativo de Órfãos^{*} era incompatível com os projetos de reforma jurídica. Além disso, as leis de proteção à criança desenvolvidas no começo do século XX, faziam também parte das estratégias pedagógicas, no sentido de educar o povo, e do saneamento da sociedade. As leis, portanto, visavam

prevenir a desordem, à medida em que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado; e, pela suspensão do Pátrio Poder, previam a possibilidade de intervir sobre a autoridade paterna, transferindo a paternidade ao

¹⁹ TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: de criança para menor (Curitiba – início do século XX)**. Curitiba, 1998. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. p. 146.

²⁰ *Ibid.*, p. 147.

* O Juizado Privativo de Órfãos foi criado em 1731. Esta instituição, subordinada ao Ministério da Justiça, cuidava de questões envolvendo inventários, partilhas, tutelas, curatelas, emancipações, contas de tutores, venda de bens de menores, contrato de soldada, destituições de pátrio poder, geralmente, de famílias pobres que eram consideradas inaptas na educação dos filhos. Em 1841, segundo Azevedo, foi criado o cargo de Juiz de Órfãos, Ausentes e Anexos que englobou as funções do Juiz de Órfãos e do Juiz de Defuntos e Ausentes, embora, segundo a autora, lhe parece que era o mesmo juiz que exercia as duas funções. Durante o Império, o Juizado de Órfãos incorporou novas atribuições com a responsabilidade de intermediar as relações de trabalho. Em 1917, com a criação do Código Civil, que sistematizou pela primeira vez as relações familiares, transferiu para outros órgãos o excessivo poder dos juízes de órfãos sobre a família. Sobre a instituição do Juizado de Órfãos, tutelas e contrato de soldada como mecanismo de trabalho compulsório envolvendo crianças pobres, ver: AZEVEDO, Gislane Campos. **“DE SEBASTIANAS E GEOVANNIS” o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**. São Paulo, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Outra incumbência dos juízes, após a Lei do Ventre Livre de 1871, era dar destino aos ingênuos, cujos senhores optassem por sua entrega ao Estado mediante indenização, ver: PINHEIRO, Luciana de Araújo. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. Niterói, 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

Estado, caso se julgasse necessário (sobretudo quando a pobreza deixava de ser 'digna' e a família era definida como sendo contaminada pela imoralidade).²¹

Com a criação do Juizado de Menores em 1923, substituindo o Juizado Privativo de Órfãos, e a promulgação do Código de Menores em 1927, o Estado começou a intervir, no campo jurídico, nas instituições para menores. Com a intervenção e as modificações no funcionamento dos estabelecimentos, as instituições começaram em 1930 a ser divididas em oficiais, semi-oficiais e particulares com subsídio do Estado – estas categorias de instituição recebiam menores encaminhados pelo juiz e, além de sofrerem fiscalização, o regime administrativo e técnico sofria imposição da instância jurídica, enquanto que as instituições particulares sem subsídio estavam sujeitas apenas à fiscalização.

A criação do Juizado de Menores como órgão centralizador já era defendida por vários intelectuais, médicos e políticos desde o início do século XX. Segundo o jurista Ataulpho de Paiva

o aumento da criminalidade infantil constituía de fato incontestável que a justiça brasileira precisava de uma reforma. Novos conhecimentos, advindos da sociologia, psicologia, psiquiatria e antropologia criminal deveriam ser incorporados para se levar em conta os vários fatores que exercem influência sobre um indivíduo que comete um crime.²²

A reforma judiciária deveria, ao incorporar saberes de outras áreas do conhecimento, em vez de castigar a criança, recuperar, corrigir e educar o menor, pois, o Juizado de Menores foi criado em um contexto no qual se pretendia utilizar técnicas científicas na assistência à infância.

As instituições particulares que até então funcionavam de maneira independente (sem intervenção estatal), passaram a ser alvo de interesse do Estado, com a sua autorização legal para fiscalizá-las. Evidenciando o crescente interesse do Estado nas questões relativas à *regeneração* e à *reeducação* da infância abandonada e delinqüente.

As instituições oficiais eram mantidas pelo Governo Federal e eram subordinadas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, criada em 1943, encaminhava o seu relatório anual para o Ministro dos Negócios do Interior e Justiça.

As instituições semi-oficiais eram mantidas pelo Estado e gerenciadas por associações civis, por delegação permitida pelo Código de Menores. Os estabelecimentos particulares

²¹ RIZZINI, Irene. **O século perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1997. p. 98.

²² Apud RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever..., p. 112.

contratados ou apenas auxiliados pelo Governo Federal eram também subordinados ao Ministério da Justiça.

Neste sentido, o Juizado de Menores oficializava a participação dos métodos científicos na assistência ao menor, através da criação de laboratórios – cujo objetivo era examinar e classificar os menores por profissionais, de modo a fundamentar as decisões do juiz quanto ao destino dos menores. O juiz pretendia também obter um controle direto no funcionamento das instituições, principalmente ao desenvolvimento pedagógico e psicológico de cada menor.

Conceitos da psicologia, da medicina e da pedagogia foram utilizados pelo Juizado de Menores para diagnosticar e classificar o menor, atribuindo-lhe uma personalidade *normal* ou *anormal*, dentro dos parâmetros científicos. Neste sentido, o juizado poderia prever o tratamento a ser dado através de exames específicos realizados pelos laboratórios.

Apesar da introdução de métodos científicos na assistência oficial ao menor, no entanto, os juízes de menores criticavam a descontinuidade entre a atuação do laboratório e a assistência posteriormente dada à criança. O laboratório classificava o menor, segundo critérios científicos, mas a criança, não raro, era encaminhada para estabelecimentos onde os menores viviam em promiscuidade sob um regime repressivo.

Irma Rizzini expõe uma crítica contundente do juiz Sabóia Lima ao apresentar em 1938, portanto no início do Estado Novo, um memorial ao Presidente da República, Getúlio Vargas, sobre:

a situação dos institutos de proteção à infância abandonada e delinqüente, em que constata a total falência do regime administrativo e educativo dos estabelecimentos. É feito um estudo minucioso dos institutos subordinados ao Juízo de Menores, principalmente dos oficiais, considerados os mais problemáticos. Na escola João Luiz Alves, por exemplo, S. Lima constatou que os problemas eram muitos: custo elevado por aluno; funcionalismo excessivo para um pequeno número de abrigados; burocracia enorme e nomeações por influência política.²³

Eram problemas, apontados pelos juízes, de ordem moral e técnico-pedagógico, causados basicamente por nomeações de indivíduos incapazes para ocupar o cargo que foram designados por conveniências políticas e favoritismo oficial de diretores.

O Código de Menores de 1927, por sua vez, inspirado pelas Convenções Internacionais, incorporava tanto os preceitos higienistas de proteção do meio e do indivíduo como a interpretação jurídica repressiva e moralista. O Código contemplou ainda a vigilância da saúde da criança, das lactantes e das nutrízes, estabelecendo inspeções médicas regulares. No sentido de intervir no abandono físico e moral dos menores, o pátrio poder poderia ser

²³ Apud RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil...*, p. 66.

suspensão ou perdido por faltas dos pais. A criança abandonada poderia ter a possibilidade de guarda, de ser entregue sob a forma de soldada, de vigilância e educação, determinadas pelas autoridades que se responsabilizariam também por sua formação moral. O encaminhamento das crianças poderia ser feito à família, a instituições públicas ou particulares que poderiam receber a delegação do pátrio poder.²⁴

O Código ainda nos artigos 68 e 69 afirmava que crianças com menos de 14 anos de idade não poderiam ser submetidas a processo criminal, devendo a autoridade competente requerer a sua colocação em estabelecimentos de ensino, caso fossem abandonadas. Para menores entre 14 e 18 anos, previa-se um processo especial que incluía seu recolhimento em instituições disciplinares por um prazo de cinco anos.

Uma das importantes contribuições do Código de Menores foi a regulamentação do trabalho infantil e juvenil. O trabalho, de acordo com a lei, era proibido para menores com idade inferior a 12 anos em todo o território nacional. Os dispositivos da lei impunham restrições rigorosas, além de exercer vigilância e inspeção, quanto aos locais, horários e pessoas que empregassem menores, sob pena de multa ou prisão para os infratores. A jornada de trabalho permitida aos *menores* era no limite de seis horas por dia, com interrupções de um ou vários repousos com durações não inferiores a uma hora. Entretanto, no plano do direito constitucional,

somente a partir da Constituição de 1934 surgirá a preocupação com o menor, proibindo o trabalho de menores de 14 anos que não tivessem permissão judicial, o trabalho noturno de menores de 16 anos e, nas indústrias insalubres, aos menores de 18 anos. A constituição de 1946, por seu lado, elaborada no período da chamada redemocratização, manteve as proibições, ampliando para 18 anos a idade de aptidão para o trabalho noturno.²⁵

O Código e os diversos projetos de amparo ao menor que o antecederam se inscrevem em um contexto no qual era explorada a mão-de-obra infantil, principalmente na indústria têxtil. Segundo Bandeira Junior, era considerável o *número de menores, a contar de 5 anos ocupados em serviços fabris no ano de 1901, na condição de aprendizes, sem qualquer remuneração.*²⁶ Além da exploração infanto-juvenil no processo produtivo, os acidentes envolvendo menores no trabalho eram expressivos, principalmente na cidade de São Paulo.

²⁴ BRASIL. Decreto nº 17.943 A (Código de Menores) de 12 de outubro de 1927.

²⁵ PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 148.

²⁶ Apud RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever..., p. 133-134.

(...) o noticiário diário da capital permite concluir que já nos primeiros anos do século XX, os menores estão plenamente incorporados ao processo produtivo e são vítimas freqüentes de acidentes do trabalho nos estabelecimentos industriais, inclusive em oficinas de pequeno porte, acidentes cuja gravidade a morte do pequeno operário ou ferimento irremediável permitem constatar de imediato.²⁷

Na década de 1940, iniciou-se uma discussão sobre o Código de Menores, visto pelos juristas como uma legislação defasada, porque as pesquisas sobre crianças tiveram relativa mudanças, e já se elaborava novos conceitos sobre a infância abandonada. Mais especificamente, o que comprometia o Código de Menores era o Código Penal de 1942, que *não distinguia os menores abandonados dos delinqüentes, sendo ambas as categorias enquadradas sob a mesma denominação: menores desvalidos.*²⁸ Entretanto, o Código de Menores, apesar das críticas e da criação de um novo Código de Menores na década de 1970, sobreviveu até o final da década de 1980, quando será substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estado Novo e as políticas sociais para a criança

Nas primeiras décadas da República, enquanto o Governo Federal não assumia um planejamento para implantar um serviço de assistência social mais eficaz, intelectuais e médicos vão propor modelos de assistência pública à infância baseados nas experiências estrangeiras. Implantada pelo sistema federativo, a descentralização dos serviços públicos provocava várias críticas de intelectuais, como o médico Moncorvo Filho, em 1922, que insistia na necessidade da organização da assistência pública, cuja existência *se resumia a movimentos dispersivos, levados a efeito sem uma orientação harmônica* e sem uma direção.²⁹

Entretanto, as transformações ocorridas na década de 1930 com o Governo Vargas, sobretudo no Estado Novo, tiveram implicações sobre a questão da infância, como parte integrante de um projeto de reformulação do papel do Governo Federal. O reconhecimento da situação da infância pobre como um problema social foi explicitado nos discursos e nas leis, como conseqüência clara da situação generalizada da pobreza da população do país. A conotação jurídica, até então hegemônica, implícita na descrição do problema dos *menores*

²⁷ MOURA, Esmeralda Blanco Bosonaro de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 118-119.

²⁸ SILVA, Renato da. “Abandonados e Delinqüentes”: **A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)**. Rio de Janeiro, 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz. p. 101.

²⁹ Apud RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados..., p. 255.

abandonados e delinqüentes, cede espaço para uma intervenção de cunho social na infância pobre.

Este contexto se caracterizou por uma forte intervenção do Estado nas questões sociais, culturais e econômicas. Reflexo, ainda, das críticas geradas pelo esgotamento do liberalismo econômico na década de 1920. Segundo Wanderley Santos, a política social pode ser definida como um conjunto de programas governamentais destinados a corrigir as falhas do *laissez-faire*.³⁰

A política social se estruturou no contexto europeu, durante o século XIX, paralelamente às transformações sofridas pela Revolução Industrial, onde um conjunto de problemas sociais associadas às mudanças ocorridas provocou discussões e demandas em torno da criação de direitos sociais. Este movimento foi marcado pelo confronto entre os princípios do liberalismo – que defendiam um mercado auto-regulador apoiado em uma ideologia individualista – e os novos fundamentos de proteção social e de uma legislação específica que pudessem proteger os trabalhadores.

Portanto, a expansão do capitalismo fez surgir vários problemas, como altos índices de desemprego e greves operárias, levando a sucessivas intervenções do Estado por meio de políticas sociais, como a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, das férias, do auxílio-desemprego e do salário-família.

O liberalismo ortodoxo, que defendia uma sociedade auto-reguladora capaz de eliminar a pobreza naturalmente, não respondia às demandas geradas ao mesmo tempo em que as instituições filantrópicas e religiosas não resolviam os problemas gerados pelo capitalismo. A intervenção do Estado se tornava, neste sentido, essencial para garantir o desenvolvimento do capitalismo.

A política social – consideradas aquelas ações que buscam tratar questões como alimentação, educação, saúde e trabalho – implementada pelo Governo Vargas foi fruto de um processo que apresentou semelhanças em outros países, guardadas as devidas especificidades, a qual se apoiava nas críticas às teses do liberalismo ortodoxo, acompanhando as discussões que ocorriam nos países tanto de regimes nazi-fascistas, quanto de frente popular e no Keynesianismo do New Deal.

Sendo assim, a preocupação com a infância não foi uma característica isolada no Brasil. Ela acompanhava um movimento mais abrangente que já vinha ocorrendo em vários países há muitas décadas. Alguns problemas sociais, que já vinham ocorrendo, do início do século XX,

³⁰ Apud FONSECA, Cristina M. Oliveira. “**Modelando a ‘cera virgem’**: a Saúde da criança na política social de Vargas”. Niterói, 1990. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 8.

como as altas taxas de mortalidade infantil, agravadas principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, pela fome, pelo crescimento de doenças e pela utilização precoce do trabalho infantil, levaram alguns países europeus a criarem um sistema de assistência social que pudesse amparar tanto a infância como a mãe. Este sistema *teria encontrado no Tratado de Versalhes o momento marcante da história da assistência infantil.*³¹

Entre muitas medidas a favor da criança e da mãe, foram aprovadas a regulamentação do trabalho infantil, a garantia de repouso, antes e depois do parto, à operária gestante e outras medidas para estimular a amamentação. Pois o Tratado de Versalhes, além de criar a Organização Internacional do Trabalho, recomendava a proteção das mulheres, crianças e adolescentes, estabelecendo o fim do trabalho infantil e a obrigação de limitar a jornada de trabalho para os jovens de ambos os sexos.

Alguns meses depois da assinatura do Tratado de Versalhes, foi organizado, em Washington, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, onde foi apresentado o projeto que estabelecia uma idade mínima para admissão de crianças nas indústrias e regulava o trabalho noturno para menores.

O Brasil, como signatário das propostas apresentadas na OIT, somente tornou obrigatória a aplicação, em todo território nacional, dos dispositivos aprovados na Conferência de Washington em 1934, por meio do decreto-lei 423.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a implementação de legislações sociais e de diversas políticas sociais, o Estado concretizou uma política marcada pelo fortalecimento do Governo Federal, por meio da centralização administrativa e do corporativismo, baseada em um discurso ideológico de construção de uma nova identidade nacional e de uma reconstrução da nação.

A família do trabalhador brasileiro era objeto de ação assistencial e legal por parte do Governo Vargas, através de medidas de abrangência federal, *em torno da legislação previdenciária e organização do sistema de pensões e aposentadorias, consolidação das leis trabalhistas, refletindo a intenção de combater os problemas mais prementes de miséria e marginalização* que atingiam grande parte da população brasileira. A solução encontrada para o problema dos *vadios, mendigos e menores* passou a ser vista como uma *conseqüência da melhoria das condições de vida da população de um modo geral*. Portanto, o objetivo era o *fortalecimento da assistência social para aqueles segmentos que apresentavam um 'desajustamento social', por meio de novas técnicas fornecidas pelo Serviço Social.*³²

³¹ Ibid., p. 54.

³² RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever..., p. 136-137.

Ideologicamente, a assistência social resultou da compreensão de que a diferença entre classes sociais era uma realidade, cujos destinos precisavam ser modificados. Sobretudo porque, segundo intelectuais da época,

(...) o problema era identificado em termos de uma ameaça concreta à própria nacionalidade. A influência das idéias socialistas e a força de irradiação do comunismo se faziam presentes como perigos a serem combatidos. Para tanto, dedicavam-se intelectuais, tais como Olavo Bilac, Coelho Netto, Pedro Lessa e Miguel Calmon, a fundar a Liga de Defesa Nacional, cuja proposta era de 'saneamento dos costumes e pelo integral cumprimento dos nossos deveres cívicos'. Nos anos 30, a criança era peça importante desse projeto. Em conferência do juiz Saboia Lima na Academia Brasileira de Letras, a convite da Liga da Defesa Nacional, em 1936, lemos suas advertências: 'A criança é um dos elementos mais disputados pelo comunismo, para desorganizar a sociedade atual'. O que mostraria '... como é necessário cuidar da criança no sentido da defesa da pátria e da sociedade'. Para então concluir veemente: 'A hora impõe-nos zelar pela nacionalidade, cuidando das crianças de hoje, para transforma-las em cidadãos fortes e capazes'. Pois, 'A criança de hoje será o Brasil de amanhã'.³³

No Estado Novo, contexto no qual a fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro se inscreve, são criados órgãos de caráter centralizador, pelos quais o Governo Federal inaugurou uma política mais nítida de proteção e assistência ao menor, representada pela criação de órgãos federais que se especializaram no seu atendimento. Assim, o Governo Vargas, em 1941, assumiu a iniciativa de criar um órgão que deveria centralizar a assistência ao menor, inicialmente no Rio de Janeiro, e posteriormente, em 1944, no restante do país.

A criança pobre e sua família passaram a ser objeto de diversas ações do Governo Vargas no início da década de 40, por essas ações o Governo Federal pretendia formar trabalhadores como *capital humano*, através do preparo profissional, e preservar a manutenção da hierarquia por meio da educação das crianças.

Uma instituição de grande relevância naquele período é o Laboratório de Biologia Infantil, criado em 1936, no Rio de Janeiro, pelo desembargador Burle de Figueiredo, cujo objetivo era dar uma nova orientação ao Juizado de Menores. O Laboratório, subordinado ao Juizado de Menores da cidade do Rio de Janeiro, funcionava em anexo ao Instituto Sete de Setembro. O Instituto *era um dos estabelecimentos do Juizado de Menores destinados à 'recolher, em depósito, por ordem do Juiz de Menores, até que tenham conveniente destino, os menores abandonados'*.³⁴

O Laboratório ficou também encarregado de realizar exames

³³ Ibid., p. 137.

³⁴ FONSECA, op. cit., p. 105 e 106

de capacidade física e mental nos menores que se empregavam nos serviços de rua como vendedores de balas, jornais, loterias e feiras livres. Com o resultado desses exames, que procuravam ser ‘os mais completos possíveis’, o menor recebia uma carteira de identidade que o tornava na rua ‘facilmente reconhecido pelas autoridades (fiscalização municipal ou polícia), dos inúmeros pivetes que ainda infestam a cidade, disfarçados em vendedores de jornais e balas, principalmente.’³⁵

Os médicos do Laboratório também realizavam exames psicotécnicos e clínicos, associando aos exames radiológicos e laboratoriais, através dos quais acreditavam que poderiam encontrar as causas da delinqüência infantil e indicar o tratamento adequado.

Neste sentido, o Laboratório oferecia um serviço auxiliar ao Juizado de Menores. Pois os juízes acreditavam que o *funcionamento de um centro de estudos de crianças abandonadas e delinqüentes poderia auxiliar o trabalho da justiça*. Os médicos do Laboratório, por sua vez, eram responsáveis pela elaboração de pareceres e a indicação do tratamento mais adequado para cada menor. Desta forma, o Juizado de Menores *condicionaria suas sentenças aos resultados das pesquisas realizadas pelo laboratório*.³⁶

O Laboratório de Biologia Infantil passou por três fases. Na primeira, em 1936, o Laboratório tinha como objetivo identificar, estudar os comportamentos dos menores e corrigir os possíveis desvios dos adolescentes e crianças, tendo como principal objetivo a profilaxia criminal. Nesta fase, podendo ser nomeada como período da *identificação*, o Laboratório fez mais do que identificar os menores delinqüentes: eles descobriram *menores doentes*. Os médicos do Laboratório acreditavam que a delinqüência tinha causas biológicas.

Entretanto, a partir da *descoberta* de doenças relacionadas à pobreza de boa parte da população brasileira, o objetivo do Laboratório, prevenção do crime por meio de práticas repressivas, passou a combinar ações terapêuticas e assistenciais.

Nesse momento a questão não era mais apenas identificar as crianças delinqüentes, e sim promover a saúde dos menores. O tratamento de doenças como tuberculose, sífilis, cardiopatias, pneumonia e desnutrição era imprescindível para a recuperação dos menores delinqüentes. Exames médico-legais, como a antropometria, não eram mais importantes do que outros exames, como por exemplo, os odontológicos – em que o diagnóstico das cáries mostrava o estado grave em que se encontrava a maior parte das denominadas crianças abandonadas e delinqüentes.³⁷

Na segunda fase, nos anos de 1938 e 1939, o Laboratório teve uma sutil mudança que abriu espaço para novos procedimentos – exames de psicologia, pedagogia e clínica médica – e o serviço de assistência social passou a ser reconhecido como aspecto essencial para o

³⁵ Ibid., p. 106.

³⁶ SILVA, op. cit., p. 66 a 68.

³⁷ Ibid., p. 72.

tratamento de *menores abandonados e delinqüentes*. O Laboratório já considerava que os problemas sociais teriam implicações nos menores considerados *delinqüentes*, embora fossem admitidas ainda causas biológicas, sua prevalência nas explicações dos delitos começava a ser revista. Nesta fase, os menores recolhidos pela

polícia eram encaminhados ao Juizado de Menores. O juiz enviava-os ao LBI para estudo. Os médicos realizavam exames médico-legais, clínicos, psicológicos, laboratoriais, radiológicos etc., e os resultados eram associados à investigação social procedida pelas assistentes sociais. A partir de então, era confeccionado um parecer, sugerindo ao Juizado de Menores o tratamento mais adequado para cada caso.³⁸

Na terceira fase, entre 1939 e 1941, o Laboratório se extinguiu como órgão autônomo, mas não encerrou os seus serviços, que continuaram a funcionar no Instituto Sete de Setembro. A continuação do Laboratório de Biologia Infantil no interior do Instituto Sete de Setembro, em 1939, e a transformação do Instituto, em 1941, no Serviço de Assistência a Menores (SAM)

podem ser considerados como períodos de reorientação dessas políticas sociais que foram marcadas inicialmente pela intenção de identificar, selecionar e controlar crianças, mas que se transformaram por interveniência de práticas médicas, pedagógicas, psicológicas e sociais, em ações terapêuticas.³⁹

Portanto, o Laboratório e demais instituições estavam em sintonia com o projeto político e ideológico do Governo Vargas, que interpretava a criança abandonada e delinqüente como um problema que poderia comprometer os projetos de modernização do país. Desta forma,

Os médicos, magistrados, políticos e educadores defendiam a modernização da nação por intermédio da maior generalização possível do trabalho industrial, e o principal combustível desse projeto seria uma juventude forte e disciplinada. As autoridades e os intelectuais ligados ao Estado acreditavam que a delinqüência infantil era uma ameaça à futura ordem social, econômica e política do país, embora, ao contrário dos criminosos adultos, os pequenos infratores pudessem ser regenerados pela ciência.⁴⁰

Especificamente no Paraná, ao mesmo tempo, o interventor Manoel Ribas criava algumas instituições para menores, parte delas era para substituir estabelecimentos já existentes. Em 1937, o Governo do Paraná anunciou outra estrutura de assistência ao menor:

³⁸ Ibid., p. 64 a 80.

³⁹ Ibid., p. 103.

⁴⁰ Ibid., p. 69.

A assistência a menores abandonados e delinqüentes do sexo masculino processa-se hoje de forma mais racional e eficiente que antes, através da Escola de Operários Rurais ‘Carlos Cavalcanti’, da Escola de Pescadores ‘Antonio Serafim Lopes’ e da Escola Reforma do Canguiri, estabelecimentos que são algo mais que simples asilos de recolhimento, pois constituem educandários completos.⁴¹

Em 1933, a Escola de Reforma do Canguiri substituiu a Escola de Reforma, a qual apresentava um conjunto arquitetônico de sete pavilhões que abrigava oficinas destinadas à educação dos menores. Em 1935, a Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti assumiu também a assistência às crianças mantidas no Abrigo de Menores, que passaram a ter cursos de trabalhadores rurais. Em 1936, foi criada em Paranaguá, na ilha das Cobras, a Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes, esta instituição foi idealizada como colônia de correção para reclusão de menores delinqüentes que ali receberiam ensinamentos agrícolas. Em 1940, foi criada em Curitiba a Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido que pretendia oferecer assistência a meninos órfãos, pobres e abandonados entre 13 e 18 anos em regime de internato e semi-internato.⁴²

Na década de 1940, sobretudo nos anos de 1942 e 1943, surgiram diversas instituições de caráter social e de âmbito nacional, estatais ou privadas, resultado de uma política compensatória em relação à pobreza do trabalhador e de sua família, incluindo o menor. A ação do Governo Federal será conduzida, portanto, pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Serviço Social (1938), Departamento Nacional da Criança (DNCr, 1940), Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM, 1941) e Legião Brasileira de Assistência (LBA, 1942).

As estratégias do Governo Vargas na proteção à infância, já estavam teoricamente presentes antes de 1937, tinham objetivos de, ao mesmo tempo preservar a *raça*, manter a *ordem* e o *progresso* da *nação*. Isto foi explicitado no discurso de Vargas em 1933, dirigido aos governadores para a proteção da criança: *Nenhuma obra patriótica intimamente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo constituir, por isso, preocupação verdadeiramente nacional.*⁴³

A primeira iniciativa de âmbito nacional foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1 de julho de 1938, que instaurou serviços públicos com o objetivo de eliminar as *deficiências* provocadas pela pobreza. Posteriormente, o decreto de 1940 criou o

⁴¹ PARANÁ, Governo, 1937, p. 40. Apud CASTRO, op. cit., p. 86.

⁴² CASTRO, op. cit., 86.

⁴³ Apud FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Processo Político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1995. p. 67

Departamento Nacional da Criança (DNCr), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Seu principal objetivo era articular o atendimento à criança combinando serviços médicos com a assistência privada, através do Serviço de Obras Sociais – fundado em 1934, este serviço pretendia atender às necessidades de remédios, hospitais, asilos, orfanatos, além de ensinar higiene e trabalhos domésticos.

O DNCr, responsável pelo primeiro programa estatal de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, deveria também estimular, cooperar, fiscalizar e orientar a organização de instituições particulares. Para isso, teria uma verba anual para a criação de maternidades, hospitais infantis e postos de puericultura. Ali predominou *a orientação higienista como campanhas educativas, inquéritos médicos-sociais, formação de puericultores, orientação sobre funcionamento de creches, organização do atendimento pré-escolar, incentivando o Clube de Mães.*⁴⁴

O modelo de assistência do DNCr era fundamentado na criação de certos instrumentos públicos, como os postos de puericultura, onde todas as mães, independente da camada social, deveriam receber orientações médicas, desde o início da gestação ao crescimento da criança até a fase escolar. A criança poderia ser amparada pela Casa da Criança, uma espécie de escola com orientações médicas. Ao DNCr, neste caso, caberia dar apenas orientação técnica e, em alguns casos, subsídios em dinheiro.

A preocupação em amparar a criança levou o governo por extensão a se preocupar com a família, principalmente a mulher enquanto mãe. As medidas adotadas ressaltavam a importância do ensino da puericultura às futuras mães das classes populares e também o preparo educativo das mulheres que já eram mães.

Já durante o Governo Provisório de Vargas, os médicos favoráveis à centralização do programa assistencial a crianças e mães se associavam ao projeto político ideológico do governo,

de universalização dos direitos sociais, mas a partir da idéia de que o Estado deveria intervir para *criar o povo*. Uma de suas idéias-chave era a de que o maior problema da criança era a falta de informação da mãe quanto à alimentação correta a ser ministrada ao filho. Mesmo as mães ricas estariam oferecendo uma dieta desequilibrada às crianças, de forma que era preciso não só prover a tradicional assistência aos pobres, mantendo-se, por exemplo, programas de distribuição de leite, mas também intervir para educar as mães. Só de um ambiente familiar estável

⁴⁴ Ibid., p. 67 et. seq.

e cientificamente orientado poderia sair o futuro cidadão, preparado física, intelectual e ‘moralmente’ para a tarefa de construção da Nação.⁴⁵

Embora sendo um órgão da ditadura do Estado Novo, a proposta do DNCr implicava na participação da sociedade e de certas camadas sociais, como médicos, professores, políticos e mulheres em geral. Neste sentido, os programas do Departamento dependiam da colaboração de grupos sociais que segundo André Pereira poderiam ser divididos em três categorias: 1) médicos e professores; 2) autoridades públicas, juízes e prefeitos; 3) a elite rica, especialmente as senhoras.⁴⁶

Neste sentido, o Governo Federal teria uma relação corporativista* com os membros do DNCr, pois o Estado deveria estimular os grupos sociais especializados ou os mais afortunados para que auxiliassem, de alguma forma, nos trabalhos assistenciais, principalmente as mulheres ricas, identificadas como senhoras. A disponibilidade das senhoras poderia favorecer os trabalhos nos postos de puericultura, como a organização de associações de proteção materno-infantil, através desta, a construção e manutenção dos postos e a visitas às famílias carentes com muitos filhos para divulgar os serviços de assistência e proteção.

O discurso dos médicos puericultores seguia uma tendência dominante de boa parte da elite intelectual da época, que apontavam que o atraso econômico e social e a ignorância se complementavam. A elevação do nível de vida das pessoas poderia impedir que concepções equivocadas ocorressem entre pessoas ricas e pobres.

A assistência social praticada pelo DNCr estava inserida em um contexto onde se acreditava que as carências e desvios não atingiam somente a população pobre, mas todas as pessoas. A correção das deficiências materiais e morais colaborariam para estabelecer a democracia social, que o Estado Novo considerava como sua principal tarefa. A democracia social referia-se

⁴⁵ PEREIRA, André Ricardo. Criança x Menor: a origem de dois mitos da Política Social Brasileira. In: ROLLEMBERG, Denise. **Que História é essa?: Novos temas e Novos problemas em História**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 105.

⁴⁶ PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198. 1999. p. 170.

* O conceito de corporativismo – surgiu inicialmente na Espanha sob o governo de Franco – pode ser compreendido como um sistema de distribuição de poder na sociedade entre várias organizações como o estado, sindicatos, empresas e associações de profissionais liberais. Neste sentido, na idéia básica do corporativismo, o poder se mantém por essas organizações em coordenação entre si e os indivíduos têm poder apenas na medida em que seus interesses são representados por uma ou por várias organizações. (JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 55.). Uma definição mais detalhada sobre corporativismo, principalmente o *Corporativismo dirigista*, ver: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1993. p. 287 a 291.

a uma situação ideal em que todos poderiam desenvolver suas capacidades sem que isto implicasse em desequilíbrio, ou seja, transferência, por meios considerados injustos do produto do trabalho – riqueza material ‘espiritual’ e intelectual – para outros grupos. A constituição deste projeto político partiu da constatação de que tais desequilíbrios existiam e apenas o Estado poderia promover e redistribuir entre todos os setores de forma pacífica e coordenada. Somente assim os padrões comunitários de uma sociedade coesa poderiam ser alcançados na dimensão maior da nação.⁴⁷

A Legião Brasileira de Assistência, por sua vez, criada em 1942, pela primeira-dama, Darcy Vargas, tinha como objetivo oferecer assistência a famílias de brasileiros convocados pela Força Expedicionária Brasileira em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Contudo, a LBA, após a guerra, começou a atender uma população mais abrangente, conforme o artigo 2º de seu estatuto:

‘desenvolver esforços em favor do levantamento do nível de vida dos trabalhadores ...’; ‘incentivar a educação popular’; ‘proteger a maternidade e a infância’; ‘contribuir para a melhoria da saúde do povo brasileiro, atendendo particularmente ao problema alimentar e da habitação’, ‘favorecer o reajustamento das pessoas, moral ou economicamente desajustadas’, entre outros.⁴⁸

Em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), destinado a centralizar todos os serviços de assistência à infância. O Serviço era diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e articulado ao Juizado de Menores, funcionando como um equivalente do Sistema Penitenciário para menores. Entretanto, a criação do SAM teve mais a ver com a questão de ordem social que de assistência social propriamente dita. Os seus objetivos eram:

orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono.⁴⁹

O SAM era a nova denominação do Instituto Sete de Setembro, que fora criado em 1932. O Serviço incorporou também as seguintes instituições: a Escola Quinze de Novembro, a Escola João Luís Alves, o Patronato Agrícola Arthur Bernardes, o Patronato Agrícola Wenceslau Braz. Outra atribuição do SAM era controlar e supervisionar as instituições particulares que só poderiam receber subvenções após a sua aprovação. Com a implantação do SAM, o Juizado de Menores ficou com a atribuição de fiscalizar apenas o regime

⁴⁷ PEREIRA, André Ricardo. *A criança no Estado Novo...*, p. 175.

⁴⁸ Apud RIZZINI, Irene. *Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever...*, p. 138.

⁴⁹ FALEIROS, op. cit., p. 68.

disciplinar e educativo dos internatos, implicando, neste sentido, na redução do poder dos juízes com o aumento do poder do SAM.

Outra finalidade, de fundamental importância, do SAM era a constatação, por meio de exames clínicos e laboratoriais, das condições fisiológicas e psíquicas das crianças ali internadas. Com os resultados dos exames, os menores eram encaminhados para instituições especializadas que melhor atendessem às suas necessidades.⁵⁰

O SAM funcionou até 1964, quando a lei 4513 criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Até o seu fechamento, o SAM foi alvo de inúmeras críticas, como a de seu ex-diretor, Paulo Nogueira Filho, que dirigiu a instituição nos anos 1955-1956. O ex-diretor acusava a instituição de não cumprir sua finalidade de assistir às crianças pobres, *sendo o órgão tomado pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública. 'Falsos desvalidos', cujas famílias tinham recursos, eram internados nos melhores educandários mantidos pelo Serviço, através de pistolão e até corrupção.*⁵¹

Entretanto, foi em relação aos *menores transviados* que

o SAM fez fama, acusado de fabricar criminosos. No imaginário popular, o SAM acaba por ser transformado em uma instituição para prisão de *menores transviados* e em uma *escola do crime*. A passagem pelo SAM tornava o rapaz temido e indelevelmente marcado. A imprensa teve papel relevante na construção desta imagem, pois ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra os internados, ressaltava o grau de periculosidade dos 'bandidos' que passaram por suas instituições de reforma.⁵²

Com o fim do Estado Novo, já sob o regime democrático, o SAM foi alvo de várias críticas por parte da imprensa, que anunciava os escândalos que ocorriam no interior de seus internatos. Políticos, autoridades públicas e diretores do SAM condenavam o instituto e propunham a criação de um novo órgão. Em 1964, surge a FUNABEM que tinha por função inicial defender diretrizes opostas àquelas executadas pelo SAM e que estavam sujeitas a duras críticas. As propostas da FUNABEM centravam-se na autonomia administrativa e financeira e na crítica às instituições para crianças e adolescentes das camadas populares, consideradas *depósitos de menores*.

Casa do Pequeno Jornaleiro

Entre as várias instituições referidas cabe destacar as Casas para pequenos jornaleiros. Em 1940, foi criada a Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro pela Fundação Darcy

⁵⁰ SILVA, op. cit., p. 101.

⁵¹ Apud RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil...**, p. 34.

⁵² Ibid., p. 34. Grifo no original.

Vargas – que foi administrada pela primeira-dama Darcy Vargas no período de 1938 a 1968, ano de sua morte – e em 1943, foi criada a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. * Ambas as instituições se inserem no projeto sócio-político do Estado Novo e no caso específico da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba acabou, de alguma forma, permanecendo com esta política até a década de 1960, quando começou a sofrer relativas mudanças até o final do século XX, quando será extinta.

No entanto, no contexto que vai do fim do Estado Novo até o início da década de 1960, houve mudanças significativas no plano político e econômico, embora no plano social para crianças houvesse pouca mudança. Não pretendemos realizar uma análise exaustiva dos principais aspectos conjunturais deste período, mas apenas destacar alguns pontos que acreditamos ser relevantes.

Com a redemocratização do país em 1946, apesar da nova Constituição de inspiração liberal, não houve mudanças na estrutura social, pois, a tendência à mobilização e à organização social foi mantida sob controle da burocracia estatal. A política econômica do Governo Dutra tinha entre os seus objetivos, manter condições favoráveis para a acumulação de capital, servindo-se de uma política social autoritária e de contenção salarial. Já no segundo Governo Vargas, que retorna ao poder em 1951 pelo voto, se enfatizou a política de industrialização sob a bandeira nacionalista, com nítido favorecimento às empresas nacionais em detrimento das empresas multinacionais.

Em geral, a década de 1950 se caracterizou por um período de liberdade política, provocando um aumento da organização da sociedade civil através dos sindicatos de trabalhadores urbanos, associações de camponeses e entidades estudantis que passaram a exigir mudanças significativas na sociedade brasileira. Os novos setores industriais que estavam baseados em superiores padrões tecnológicos não conseguiram provocar o aumento da mão-de-obra, isto aumentou *o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Dessa forma, JK passou para o seu sucessor a solução de questões como a inflação, o financiamento externo e o pagamento da dívida externa.*⁵³

Seu sucessor, Jânio Quadros, eleito em 1961 com quantidade expressiva de votos, contando com a insatisfação generalizada das *classes* trabalhadoras, teve, entretanto, um curto

* Quando a expressão Casa vier sozinha, estou me referindo à Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e quando me referir à Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro, usarei o nome completo da instituição para diferir da de Curitiba.

⁵³ SANTOS, Rita Brancato. **O FOGO DA MODERNIZAÇÃO: tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980)**. Florianópolis, 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 62 e 64.

período de mandato presidencial, sendo que em meio a uma crise econômica e financeira, renunciou o seu cargo. O início da década 1960 foi caracterizado pela volta de uma crise política no Brasil, inserida no contexto da Guerra Fria que dominou a conjuntura internacional, reproduzindo internamente a incompatibilidade entre capitalismo e comunismo.

No relatório da Casa de 1960 evidencia esta incompatibilidade, além de reforçar o imaginário negativo do comunismo.

Uma recomendação do nosso digno e querido Arcebispo (...), em excelente oportunidade, veio alertar a nossa gente, do perigo comunista.

Recomendação abençoada, alertando nossa gente, em vésperas de eleições, quando por parte de certos candidatos, sem respeito à dignidade alheia, vem atacando e insultando govêrno e partido governista, em verdadeiro desespero de causa, pela derrota à vista. (...)

Neste relatório, por se tratar do nosso supremo chefe, chefe da nossa religião católica, reproduzimos abaixo, para que tenha maior circulação e para que chegue ao conhecimento de tantos quantos receberem nosso Relatório. Eis a recomendação: (...) Nota-se no panorama político do Estado, com exceções bem raras, que os ânimos estão exaltados e que métodos, lamentavelmente desrespeitosos, estão sendo empregados nas campanhas eleitorais. Num ambiente desta natureza, de agitação e de discórdias, só podem proliferar as audaciosas forças do mal. E elas aí estão, ameaçadoras e antipatrióticas nas dobras rubros da bandeira comunista. Rezo e faço votos para que se realizem as eleições de outubro, dentro de um aprimorado espírito democrático-patrimônio precioso dos povos cristãos e civilizados.⁵⁴

Neste trecho fica evidente a posição política dos dirigentes da Casa, conservadora e católica, além de associar o comunismo a qualificações anticristãs e antipatrióticas.

No Paraná, naquele período, o processo de redemocratização a partir de 1946, como em outros estados, não se caracterizou por mudanças profundas no quadro da administração pública. O primeiro governador eleito, Moysés Lupion, que governou por dois mandatos (de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961), valeu-se da imagem do interventor Manoel Ribas, cuja prática de governo, tal como no plano federal, enfatizava a modernização. Portanto, a influência política de Manoel Ribas fez com que Lupion vencesse as eleições no Paraná, conforme já havia ocorrido no plano nacional, onde Vargas influenciou a vitória de Dutra na presidência e as demais eleições estaduais que se seguiram.⁵⁵ O governador Bento Munhoz da Rocha Neto, por sua vez, que governou o Paraná de 1951 a 1956, apesar de ser opositor de Lupion, buscava também evidenciar o surto de progresso da década de 1940 e 1950. A conjuntura política na qual se insere o Estado do Paraná nas décadas de 1950 e 1960 tem por alicerce o modelo político adotado pelo Governo Federal, denominado como desenvolvimentista, com forte intervenção estatal na economia.

⁵⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 34.

⁵⁵ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001. p. 55.

Abordando, a partir de agora, os objetivos filantrópicos das Casas de pequenos jornaleiros, constatamos que no Rio de Janeiro a finalidade maior era atender meninos que sobreviviam do trabalho de venda de jornais. Para Ivana Simili, se fundamentando na revista Serviço Social de 1940, o pequeno jornaleiro representava um menor trabalhador, que se ocupava da venda de jornais pelas ruas da cidade, mas, devido ao lugar em que exercia a atividade, nas ruas, *ficava exposto a vários riscos e perigos que podiam transformá-lo em delinqüente*. O pequeno jornaleiro era um problema social que exigia a intervenção do poder público, *trazendo em seu germe a delinqüência e a marginalidade que deviam ser combatidas antes que se transformassem em realidade*.⁵⁶

A Casa de Curitiba, por sua vez, foi criada pelo interventor Manoel Ribas, e se destinava, segundo seu estatuto, formulado já em 1942, *a amparar, educar e encaminhar os menores vendedores de jornais, prestando-lhe assistência material, moral e intelectual, e será construída com os recursos angariados pela sua fundadora D. Anita Ribas*.⁵⁷

Vender jornais já era praticado por crianças antes da criação da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. Entretanto, conforme recorte do Diário da Tarde de 6 de julho de 1959, transcrito no relatório da Casa, era um trabalho *desorganizado*. O texto é de 1959, porém se refere a um período anterior à criação da Casa, e faz referências ao trabalho dos pequenos engraxates também assistidos pela instituição desde 1957. É um texto que exalta a ação social da Casa e o sucesso de sua política, destacando ainda a figura paternal do seu diretor.

Ainda nos lembramos de tempos idos quando a distribuição da imprensa da Capital era feita, também, por garotos ativos, mas desorientados, alguns inconscientes da missão que as empresas lhes outorgavam de vendedores de jornal. Eram, crianças, meninos rústicos pela nenhuma educação, peraltas, bulhentos, irrequietos e também, temidos se acaso resolviam apupar alguém por quaisquer motivos. De forma que essa benemérita ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’ é um padrão de rumo assistencial-educativo. Hoje, faz gosto ver a marcha de legião de jornaleiros, nos horários de circulação dos jornais, quando para as redações dirigem-se a receber para venda, as folhas matutinas, ou vespertinas, pela manhã ou às horas da tarde. Vão prasenteiros [sic], sorridentes, respeitosos e responsáveis pela tarefa de executar e quando de volta ao lar acolhedor e amigo, sabem que o seu mealheiro, a sua cadernetinha bancária cada dia que passa, registra mais uma parcela financeira, fruto do seu trabalho honesto. No mesmo sentido de recuperação de garotos desajustados, o Cel. Costa chamou a si o encargo generoso de amparar algumas dezenas de pequenos engraxates que, de sol a sol, longe de pais paupérrimos, entregavam-se desordenadamente ao mistér de limpa-sapatos. Então, munidos dos apetrechos necessários, vêmo-los, agora, os pequenos párias, bem vestidos entregues à profissão e como os pequenos jornaleiros, felizes, sadios, e também a amealhar as suas promissoras sobras, pois, todos êles dessa grandiosa e modelar instituição, destinam a seus pais sem maiores recursos, boa parte do seu lucro de cada dia. Em

⁵⁶ SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 96.

⁵⁷ Extrato dos Estatutos da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, 21 de setembro de 1942.

suma a ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’ dá aos seus diletos pupilos, cama e comida; saúde e alegria; educação e civismo. Bendito Lar!⁵⁸

Podemos concluir que as preocupações em se criar em Curitiba uma instituição para amparar vendedores de jornais era muito semelhante, inclusive copiando o modelo da Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro, das preocupações do Governo Vargas. Pois, ambas as instituições partiam da concepção que os menores representavam um perigo social que deveria ser enfrentado pelo poder público, através de estabelecimentos que pudessem, além de oferecer assistência, moralizar o trabalho infanto-juvenil.

Entretanto, a revista *A Divulgação* que publicou a *origem* da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, sugere que a idéia de se criar uma instituição para amparar pequenos jornaleiros em Curitiba era inédita, não percebendo que era parte da política social do Governo Federal. O texto da revista apresenta ainda uma narrativa da origem da Casa do Pequeno Jornaleiro fundada no *coração* materno e na responsabilidade paterna. No entanto, temos alguns trechos nos relatórios da Casa que exaltam a figura de Darcy Vargas.

A história começou há muito tempo, numa noite que agora imaginamos fria. O interventor Manoel Ribas e sua esposa, jantaram no Restaurante Beppi, à Praça Carlos Gomes. À saída, o casal passou pela porta do matutino ‘O Dia’, e o **coração bondoso da sra. Anita Ribas tomou interesse por um grupo de meninos que se achavam espalhados**, encostados à parede ou deitados em montes de jornais, desejando saber porque alí estavam. Da ligeira inquirição, soube que alguns moravam longe, e não dispunham de condução dentro da madrugada, para alcançarem a saída dos jornais; outros, apenas, simples e dolorosamente, não moravam, pois não tinham tétó, pais ou responsáveis; uns haviam tomado, até àquela hora da noite, apenas um prato de sôpa, ou ‘a média’ tinha sido tóda sua alimentação nãquele dia; outros, ainda não tinham provado bocado até então. O casal Manoel Ribas, comandando aquela ‘troupe’ de garotos maltrapilhos, voltou ao restaurante, ordenou lhe fosse servidos jantar e regressou a casa. **A história poderia ter terminado alí, mas felizmente não aconteceu. Naturalmente, a idéia então nascida naquela noite, foi repetidas muitas vezes ao Interventor, pela sra. Anita Ribas, pois já no dia seguinte a primeira dama do Estado chamou a sua presença o Cel. Alfredo Ferreira da Costa, a quem pediu auxílio para a obra que pretendia levar a efeito: a construção da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’.**⁵⁹

O que existe em comum neste texto é a presença de primeiras-damas na criação destas instituições. A Casa do Rio de Janeiro tem a presença de Darcy Vargas, através de sua Fundação e a Casa de Curitiba tem a de Anita Ribas. O único trecho que mostra uma relação implícita entra as duas Casas se refere à inauguração de uma placa comemorativa do primeiro aniversário, em 1944, da Casa de Curitiba.

⁵⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 26-27. Sem grifo no original.

⁵⁹ **O lar dos Jornaleiros**. *A Divulgação*. Setembro de 1954, ano VIII. p. 18. Sem grifo no original.

(...) Comemoramos a data inaugurando essa placa de bronze que aí vemos, **onde se perpetuam os nomes de sua ilustre fundadora** e do seu maior benemerito e os retratos das maiores benfeitoras dos pequenos jornaleros exmas sras. d. Darcy Vargas e Anita Ribas, assim como o escudo da Republica.⁶⁰

A placa de bronze contida no trecho acima nos mostra as duas primeiras-damas, lado a lado, com o símbolo das armas nacionais logo acima, simbolizando a participação do poder público na assistência aos pequenos jornaleros, que até então representavam um perigo social.

Foto 1



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALERO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 45

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba homenageava Anita Ribas e Darcy Vargas. As primeiras-damas eram descritas como responsáveis pela criação da Casa do Pequeno Jornaleiro, conforme trecho: *Homenagem às Exmas. Senhoras DARCY VARGAS e ANITA RIBAS, as primeiras creadoras de Instituições denominadas 'Casa do Pequeno Jornaleiro', simultaneamente no Rio de Janeiro e em Curitiba.*⁶¹ Com referência a Darcy Vargas, o relatório a definiu como:

⁶⁰ **1º Aniversário de fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro**. Gazeta do Povo. 27 de dezembro de 1944. Sem grifo no original.

⁶¹ CASA DO PEQUENO JORNALERO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 45.

Excepcional Dama Brasileira, Criadora da Legião Brasileira de Assistência, da Casa do Pequeno Jornaleiro Carioca, da Casa do Menor Trabalhador e de outras Instituições de Serviço Social, além dos exemplos edificantes que sua inspiração fez distender pelos demais Estados do Brasil em benefício da humanidade. Dedicada ainda, sua existência em benefícios dessa ordem, trabalhando dia e noite, para manter a ‘Casa do Pequeno Jornaleiro Carioca’, onde faz expedientes, lançando mãos até de seus recursos particulares, do seu crédito, para manter íntegra essa organização difícil de ser mantida, por depender de um equilíbrio delicado, dada a sua qualidade de não obrigatoriedade e falta de amparo legal pelos poderes públicos.⁶²

Especificamente no que tange a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, sua finalidade, seu funcionamento e sua filosofia, de certo modo permaneceram inalteradas até 1962, justificadas em parte pela permanência do presidente * e da diretoria por quase 19 anos, explicitada pelo relatório de 1962:

Acontece, porém, que a Direção da Casa, há 18 anos consecutivos, por lisonjeira confiança e bondade dos componentes da Diretoria, vem sendo atribuída ao signatário deste que, por se identificar plenamente, com as finalidades filantrópicas da Instituição e em virtude de caráter gracioso do cargo, sempre deu o melhor de seus esforços e pôs o maior empenho no cumprimento fiel dos deveres inerentes à função, almejando apenas o bem-estar e encaminhamento dos menores abrigados e aos que por ali já passaram.⁶³

No relatório da instituição é transcrito um recorte do Diário da Tarde de 1959, intitulado *Um lar bendito*, que explicita o teor contínuo da política da Casa:

A direção da Casa do Pequeno Jornaleiro, desde o início posta às mãos probas e seguras do Cel. Alfredo Ferreira da Costa, ao ter promovido essa comunhão dos seus pequenos protegidos, deu o exemplo a ser seguido, sem restrições, por outros recolhimentos de menores que são inúmeros em Curitiba. Todos sabemos da ordem e apreço com que o Cel. dirige essa instituição **que o saudoso Manoel Ribas através do coração magânimo [sic] de Da. Anita fundou, entregando, logo após, ao carinho e capacidade criadora desse brioso militar.**⁶⁴

De acordo com o decreto 18.205 de 28 de março de 1945, assinado por Vargas, publicado no diário oficial de 31 de março do mesmo ano, a Casa do Pequeno Jornaleiro foi declarada *utilidade pública*. Para atribuir-lhe esta titulação, segundo o mesmo documento, o presidente Vargas atendeu *ao que requereu a ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, com sede na*

⁶² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 21.

* Segundo os relatórios, este presidente, coronel Alfredo Ferreira da Costa, permaneceu na instituição durante quase 19 anos. Segundo um recorte de jornal, sem data – que trata do seu falecimento, cujo velório (com foto estampada no referido recorte) foi celebrado na Casa do Pequeno Jornaleiro –, o coronel nasceu em 7 de março de 1887 e ingressou em 1912 na Polícia Militar do Paraná. O coronel foi provavelmente o segundo presidente da instituição, sucedendo logo em seguida o *Dr. João de O. Franco*. Nesta primeira diretoria, o coronel ocupava o cargo de primeiro tesoureiro.

⁶³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 8.

⁶⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p.26. Sem grifo no original.

*Capital do Estado do Paraná, a qual satisfaz as exigências legais, e usou da atribuição que lhe confere o art. 2º da Lei nº 91.*⁶⁵

Além das primeiras-damas, Vargas era também homenageado pela instituição. A sua primeira homenagem foi durante a inauguração da Casa: *Ainda por s. excia. Revdma. D. Ático Euzébio da Rocha, procedeu-se á benção do edificio, sendo logo em seguida por s. excia. Revdma. descarregada a Bandeira que velava o retrato do Presidente Vargas, dando-se assim, por inaugurada, a benemérita instituição.*⁶⁶ Portanto, foi concretizada a inauguração da Casa com a homenagem ao presidente Vargas.

Durante o funcionamento da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba na década de 1950 e início da década de 1960, a instituição continuava prestando, por meio de seus relatórios, homenagens a Getúlio Vargas: *O grande e saudoso Presidente da República que atuou na Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. Aprovou a doação do terreno para sua construção e em Decreto, reconheceu-a de UTILIDADE PÚBLICA.*⁶⁷ A Casa, mesmo com o fim do Estado Novo, continuava homenageando Vargas e sua política de intervenção na questão do menor abandonado.

No estatuto da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba era especificado o seu corpo dirigente, a instituição era administrada por:

um Conselho Administrativo composto de 8 membros, por uma Diretoria composta de 7 membros, Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros; e por um Conselho Fiscal composto de 3 membros, todos esses órgãos eleitos por 3 anos, pela assembléia dos sócios⁶⁸

De acordo com estatuto, Anita Ribas, *fundadora* da Casa, era *Presidente Perpétua* da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. Os relatórios da instituição descrevem Anita Ribas como *idealizadora* da Casa, além de *construí-la* e *inaugurá-la*.⁶⁹ Com relação à Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro, Simili nos sugere que a instituição era mantida pelo seguinte grupo:

Na Fundação, os conselheiros eram personagens de sustentação da obra assistencial. Na ata que aprovou o estatuto, em 1939, ficou estabelecido que a Fundação seria administrada por um Conselho Administrativo composto de ‘todas as pessoas naturais e jurídicas que fizeram donativos de valor superior a vinte contos de reis

⁶⁵ BRASIL. Decreto nº 18.205 de 28 de março de 1945.

⁶⁶ **Inaugurada a “Casa do Pequeno Jornaleiro”**. Gazeta do Povo. Curitiba. 28 de dezembro de 1943. Ano XXV. Nº 7120. Sem grifo no original.

⁶⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 19.

⁶⁸ Extrato dos Estatutos da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, 21 de setembro de 1942.

⁶⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 29.

para a Fundação, ou que à mesma tenham prestado serviços relevantes'; por uma diretoria composta por doze membros, sendo um presidente de honra, perpétuo, um vice-presidente, dois tesoureiros e cinco diretores eleitos por prazo não superior a três anos'.

Na reunião que aprovou o estatuto, realizada sob a coordenação de Darcy Vargas, a qual foi declarada 'presidente de honra em caráter de perpetuidade' (...).⁷⁰

A Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro era mantida pela Fundação Darcy Vargas que tinha algumas semelhanças com a Casa de Curitiba, a principal delas era o cargo simbólico atribuído às primeiras-damas.

Outro político ligado ao Estado Novo, que recebia recorrentemente homenagens pela Casa era o interventor Manoel Ribas. Para homenageá-lo, a instituição realizou algo peculiar e fora do comum: comprou um busto e o colocou em lugar de destaque.

BUSTO EM BRONZE DO SAUDOSO PARANAENSE MANOEL RIBAS que por muitos anos governou o Estado do Paraná! Óbra prima do escultor paranaense, também de saudosa memória JOÃO TURIN (...)

O motivo pelo qual a Diretoria da CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA adquiriu essa obra prima, é uma triste prova da ingratidão dos homens!

Por uma reportagem publicada no matutino 'O Dia', desta Capital, do dia 31 de Julho de 1952, descobriu-se em Londrina, o busto em apreço, nos fundos de um quintal de uma casinha de suburbio, em um monte de lixo, inclinado sobre um velho balde enlameado, onde havia sido jogado. A Diretoria da Casa, ao tomar conhecimento dessa triste ocorrência, por meio de telegramas á autoridades daquela cidade, conseguiu que o busto de MANOEL RIBAS, adquirido por Cr\$ 20.000,00, por intermédio de um jornalista londrinense, viesse a ser instalado no recinto da CASA DO PEQUENO JORNALEIRO, em lugar adequado, onde se acha e onde é venerado pelos homens justos e de sã consciência.⁷¹

Não eram apenas os políticos e suas respectivas primeiras-damas ligados ao Estado Novo que recebiam homenagens pela direção da Casa do Pequeno Jornaleiro, o governador Moysés Lupion e sua esposa eram recorrentemente homenageados nos relatórios.

O Exmo Sr. MOYSÉS LUPION Dmo. Governador do Estado do Paraná e sua Exma. Esposa Snra. HERMÍNIA LUPION, em seu palacete residencial, recebem e homenageiam de maneira empolgante os Pequenos Jornaleiros de Curitiba.

Uma tarde maravilhosa, passaram Domingo, 22 de Dezembro, os Pequenos Jornaleiros de Curitiba. A Exma Senhora HERMÍNIA LUPION, Presidente de Honra e Madrinha Protetora dos Pequenos Jornaleiros, proporcionou aos seus afilhados, toda uma tarde empolgante e maravilhosa.

Farta churrascada, refrigerante, doces, brinquedos, utilidades, livros, canetas, peça de roupa, jogo de futebol em campo livre, culminando em presentear cada menino, com um calção de banho, fraqueando a vasta e luxuosa piscina aos garçôtos. (...)

O Exmo. Sr. MOYSÉS LUPION e toda a sua Exma. Família, foram incansáveis em proporcionar divertimentos e alegria aos seus afiliados Pequenos Jornaleiros, que ficaram cativos da Família MOYSÉS LUPION.⁷²

⁷⁰ SIMILI, op. cit., p. 100 e 101.

⁷¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 47 e 48. Grifo no original.

⁷² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 64 e 65.

Neste caso em específico, houve uma espécie de confraternização entre os pequenos jornalheiros e a família do governador em sua residência. Para destacar a importância dada pelo governador Lupion à instituição, Hermínia Rolim Lupion, a primeira-dama, recebeu da direção da Casa em 1956, o título de *presidente de honra e madrinha protetora* dos pequenos jornalheiros.⁷³ Este cargo simbólico referenciado em vários relatórios, até então tinha sido ocupado somente pela primeira-dama Anita Ribas.

Cabe ainda destacar outra peculiaridade da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, a sua fonte de renda. A instituição era mantida – além de donativos (dinheiros e viveres), auxílios e subvenções do Estado (no âmbito federal, estadual e municipal) e das mensalidades de sócios – pela porcentagem sobre a venda de jornais e revistas. O restante do ganho auferido pela venda de jornais e revistas pertencia aos pequenos jornalheiros. Este valor, que pertencia aos menores, era depositado mensalmente na Caixa Econômica Federal, e parte do que arrecadavam era destinada aos seus pais ou responsáveis, conforme trecho abaixo:

Dos lucros auferidos pelos Pequenos Jornaleiros, são retirados de cada um, a importância de Cr\$ 100,00, mensalmente e entregues aos seus Pais ou responsáveis, em quinzenas de Cr\$ 50,00, como Assistência aos mesmos e o restante, recolhidos à Caixa Econômica Federal vencendo juros e obedecendo condição de não poderem ser retirados, nem mesmo pela Instituição, e nem pelos seus pais ou tutores e sim, somente pelos próprios menores, depois de atingirem maioridade.⁷⁴

A Casa também tinha outra fonte de renda, os aluguéis do prédio Anita Ribas – situado na rua Cruz Machado, número 50 – o qual *foi completamente pago e incorporado ao patrimônio da Instituição, em 14 de Agosto de 1952*. O prédio possuía duas lojas e oito salas, todas alugadas, produzindo parte substancial da renda da Casa.⁷⁵ Portanto, em 1952, a Casa já possuía dois prédios geminados: a sede da instituição e o prédio de aluguel, denominado *Anita Ribas*.

Uma questão que nos parece pertinente para entender os fatores que levaram a criar uma instituição que cuidasse especificamente de pequenos jornalheiros. Ser vendedor de jornais, naquela época, não era a única atividade de meninos que viviam de pequenos expedientes nas ruas, pois havia os vendedores de bala, de bilhetes de loteria e vendedores de frutas em feiras livres. Neste sentido, poderíamos levantar a seguinte questão: por que criar uma instituição específica para vendedores ambulantes de jornais? A Casa do Pequeno

⁷³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 22 e 23.

⁷⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 51.

⁷⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 87.

Jornaleiro do Rio de Janeiro nos oferece algumas pistas que podem nos levar ao entendimento desta questão.

Segundo Simili, a participação de proprietários e representantes de jornais e de revistas como conselheiros na Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro e de suas obrigações financeiras previstos em cláusula indica que este segmento era o principal financiador das obras sociais criadas por Darcy Vargas.

Para a autora, são reconhecidas as ligações do Governo Vargas com as empresas de jornais na época, como a subvenção ao jornalismo, a censura, o controle da informação e, principalmente, a utilização da imprensa para a propaganda política do governo. Neste sentido, havia um interesse comum entre Vargas e a imprensa, a veiculação da notícia em jornais. Portanto, os empresários de jornais, ao financiarem e apoiarem a Casa do Pequeno Jornaleiro, investiriam na venda de jornais.⁷⁶

Na Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba não há evidências de subsídios por parte da imprensa na instituição. Mas havia um apoio de representantes de jornais na criação da Casa, como o discurso proferido pelo jornalista Breno Arruda na inauguração da pedra fundamental da instituição que foi impresso e vendido com a finalidade de angariar recursos na construção da Casa.

(...) Oferece, assim, aos infantigáveis e pequenos distribuidores de jornais, colaboradores incansáveis dessa divulgação de cultura, de nobres sentimentos e de altos ideais (...) Não se trata de uma oferta destinada a provocar, apenas, algumas horas efêmeras de alegria e de júbilo. Traz essa dádiva, em si mesma, a marca insondável e eterna do tempo. Não é, somente, uma lembrança material, fadada a desaparecer, no curto espaço de dois natais, e a inculir, tão só, uma satisfação e uma alegria traçadas nos limites de uma idade determinada, apenas, por uma geração de garotos. Destina-se, pelo contrário, a converter-se numa fonte abundante de alegrias imprevisíveis, as alegrias das almas sem contar que, no decorrer do tempo, no abrigo, que aqui será erguido, educar-se-ão com esmero, trilharão, amparadas, os duros e incertos caminhos da vida, para se formarem na escola do trabalho, sob a orientação poderosa da educação, sádios de corpo e de espírito. Sob o teto acolhedor do grande abrigo, que vai, aqui, erguer-se, dentro em breve, encontrarão fé, esperança e alegrias, acolhimento e amparo, gerações e gerações de crianças pobres. (...)⁷⁷

O apoio do jornalista acima citado está evidenciado no trecho abaixo, pelo qual a Casa descreve a sua ajuda financeira na construção da Casa.

Destacado jornalista, que no Paraná exerceu com brilhantismo cargos elevados, dentre os quais o de Presidente na Justiça do Trabalho e da Junta de Conciliação e

⁷⁶ SIMILI, op. cit., p. 101.

⁷⁷ Discurso oficial pronunciado por ocasião da colocação da pedra fundamental do edifício da Casa do Jornaleiro. Curitiba, natal de 1942.

Julgamento do Ministério do Trabalho, em Curitiba e ainda, Presidente da Academia de Letras do Paraná.

Na Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, êle foi o alicerce. Seu discurso da cerimônia da plantação da pedra fundamental, em 25 de dezembro de 1942, depois de impresso em fascículos, aos milhares, foi vendido á Cr\$ 10,00 cujo produto de venda, foi aplicado no levantamento dos alicerces da Instituição.⁷⁸

A Casa também prestou homenagens a José Muggiatei Sobrinho, redator chefe da Gazeta do Povo, que segundo a instituição foi um dos *maiores batalhadores* pela criação da Casa.

Desde a criação da Casa, como Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda, até agora como Diretor Geral do Departamento de Turismo e Divulgação e à frente da ‘Gazeta do Povo’, o Dr. José Muggiati Sobrinho, foi quem mais trabalhou pela Imprensa, quem mais deu publicidade para a criação e estabilidade honrosa da Casa do Pequeno Jornaleiro.

Este brilhante jornalista, de família de tradições no Paraná, tem sido incançável em ajudar e prestigiar esta Instituição que alcançou com êxito, as suas finalidades.

A Diretoria da Instituição, por isso mesmo, rende à sua distintíssima pessoa, as mais carinhosas homenagens.⁷⁹

Fica evidenciado, portanto, que houve um apoio por parte de representantes da imprensa paranaense na construção da Casa do Pequeno Jornaleiro. Este apoio estava implicitamente ligado à venda de jornais, por isso, tal segmento deu apoio explícito em favor da institucionalização de meninos que vendiam jornais pelas ruas.

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba estava em sintonia com as preocupações políticas do Estado naquela época: a prevenção do crime e a recuperação da infância pobre. As políticas implementadas a partir do Estado Novo resultaram em uma significativa mudança na compreensão do problema da pobreza, na qual o menor se inseria.

A permanência dessas políticas assistenciais é evidenciada pelas homenagens prestadas às primeiras-damas, como por exemplo, o título de madrinhas das instituições que lhes era atribuído.

As políticas sociais criadas pelo Governo Federal para melhorar as condições de vida do trabalhador resultaram em benefícios *importantes para a população, sobretudo no que se refere às condições de trabalho, saúde e educação, repercutindo positivamente sobre a situação da infância.* Entretanto, o Estado não conseguiu conter *o contingente de excluídos, resultante do sistema capitalista concentrador de renda e das distorções administrativas que sempre caracterizaram a política brasileira.*⁸⁰

⁷⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957.** Curitiba, 1957. p. 25.

⁷⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959.** Curitiba, 1959. p. 21.

⁸⁰ RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever..., p. 141 e 142.

No próximo capítulo analisaremos especificamente a política assistencial da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, que através de uma disciplina específica, inserida no espaço físico da instituição e nas relações sociais ali vivenciadas, visava moralizar o trabalho infanto-juvenil. Deste modo, nossa discussão gira em torno da seguinte problemática: em que medida a política assistencial da Casa era original ou se submetia às diretrizes da Política Social de Vargas.

Segundo Capítulo

É que o sentido religioso cristão que caracteriza a formação moral de nossa gente, vai aos poucos prevalecendo e a semente milagrosa da palavra divina já frutifica em obras que surgem reveladoras do seu sentido de verdade infalível e eterna.

Dentro deste espírito foi idealizada e erigida esta ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’. Que ela testemunhe, hoje e sempre, o seu sagrado sentido creador; e então, aqueles que nela se abrigarem e que aqui se educarem, formarão sua alma sob o designio dessas razões e se tornarão homens úteis á Sociedade e á Pátria.¹

O objetivo deste capítulo é discutir a especificidade da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba no que tange o seu espaço físico e a disciplina implementada pela instituição. Deste modo, podemos problematizar em que medida a Casa, pela utilização do seu espaço físico e da sua disciplina, concretizava uma política pública mais ampla, ao sabor de um projeto político que pretendia *transformar menores abandonados em cidadãos disciplinados*.

A Casa do Pequeno Jornaleiro poderia, então, ser pensada como um espaço ou um edifício disciplinar segundo as reflexões do arqueólogo Andrés Zarankin * que estudou os edifícios escolares na cidade de Buenos Aires? Segundo o autor o espaço físico da escola é parte integrante do mecanismo disciplinar que visa a *domesticação* de pessoas.

Para ele, *o edifício escolar, sua organização espacial e os projetos dentro dele não devem ser pensados como parte da cenografia na qual tem lugar uma série de relações sociais*. Pelo contrário, são integrantes de uma tecnologia de poder e, *como tal, devem ser considerados elementos ativos e dinâmicos no processo de invenção dos ‘indivíduos’*.²

O poder disciplinador, para Foucault, não se possui, mas se exerce como prática social; não existem exclusivamente dominadores e dominados – pela teoria marxista que pensa o poder como algo exercido por uma classe dominante em antagonismo à classe dominada – mas um poder que esteja difundido em toda sociedade, e sua reprodução estaria garantida por meio de práticas cotidianas. Por exemplo, um operário pode ser objeto de poder no interior da

¹ **Inaugurada a “Casa do Pequeno Jornaleiro”**. Gazeta do Povo. Curitiba. 28 de dezembro de 1943. Ano XXV. Nº 7120.

* Andrés Zarankin elabora uma análise foucaultiana para compreender o espaço físico das escolas da capital argentina.

² ZARANKIN, Andrés. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. São Paulo, 2001. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. p. 207

fábrica, mas, ao mesmo tempo, na sua casa, é ele que exerce o poder sobre a sua mulher e os seus filhos.³

Cabe aqui perguntar-se, o edifício da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, com suas divisões e funções, implicaria em um funcionamento disciplinar que visava o enquadramento e a transformação do menor em *cidadão útil e disciplinado*? De um lado, as práticas discursivas da Casa presentes nos seus relatórios sugerem que sim e por outro lado, nos mesmos relatórios, há evidências das limitações da Casa em impor o seu poder disciplinador que pretendia produzir indivíduos *disciplinados e dóceis*.

Instituições Disciplinares e a construção do menor

A Casa representava por meio de seus relatórios uma instituição disciplinar, com forte teor militar, para meninos, visando enquadrar crianças pobres no mundo do trabalho. Porém, a Casa apresentava traçados bem particulares, diferentes de outras instituições, como prisões, hospícios, hospitais e escolas.

O espaço físico da Casa era ressaltado por meio de seus relatórios. Como o relatório de 1953, que enfatizou o seu espaço interno e suas obras de ampliação: *O prédio tem três andares, sendo todo de alvenaria e de perfeito acabamento, construído para atender as finalidades da instituição, cujo prédio está agora, sendo ampliado.*⁴ A ampliação citada se refere ao aumento de três metros de *frente, com três andares, por dezesseis metros de fundos.*⁵

A Casa relacionou o seu espaço físico com a sua finalidade, a assistência aos pequenos jornaleiros. Para concretizar seus objetivos, a Casa possuía *amplos dormitórios, ambulatório médico-dentário, salão de barbearia de exclusivo uso dos internados, além do bem instalado almoxarifado, onde se encontram permanentemente todos os objetos de utilização indispensável pelos pequenos jornaleiros.*⁶

A instituição dispunha de um espaço com objetivos polissêmicos – higiênico, pedagógico, religioso –, mas com a mesma finalidade: intervir no comportamento do menor. A Casa poderia, então, ser interpretada como espaço de disciplina sendo esta vista como um micropoder que pretendia enquadrar menores no mundo do trabalho.

As instituições disciplinares, segundo Andrés Zarankin com base nas reflexões de Michel Foucault, constituídas no campo científico, pretendiam utilizar o indivíduo como alvo

³ Apud Ibid., p. 26-27.

⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba. 1953. p. 29.

⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba. 1953. p. 20.

⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba. 1955. p 18-19.

de poder, isto é, teriam a função de *enquadrar e normalizar o corpo*, tornando-o *dócil e produtivo* para a sociedade capitalista. Foucault denominou os estabelecimentos disciplinares da sociedade contemporânea, denominada pelo autor como sociedade disciplinar, a partir do século XIX, como *Instituições de Seqüestro*, as quais articulavam saber e poder, e tinham por função *fixar* os indivíduos e ligá-los a um aparelho de correção para, finalmente, introjetar-lhes normas específicas da sociabilidade burguesa, ou seja, torná-los *dóceis e produtivos*.

A partir do século XIX, o principal mecanismo de transformação das *Instituições de Seqüestro* era utilizar o tempo e o corpo dos homens, a fim de transformá-los em *força produtiva*. Diferentemente do século XVIII, que realizava a exclusão social e os rituais de suplícios, as instituições no século XIX, através de um saber – saber do indivíduo, da normalização e de técnicas corretivas – e de um *poder polimorfo* – econômico, político, judiciário e epistemológico – deveriam *controlar, incluir e normalizar* os indivíduos.⁷

A instalação de instituições disciplinares, a partir do século XVIII, criou alternativas mais eficazes e menos onerosas do que os métodos até então praticados, especialmente o ritual punitivo dos suplícios, no qual o poder real recaía sobre o corpo do condenado.

Para Foucault, a grande importância estratégica que as relações disciplinares de poder desempenhavam nas sociedades modernas a partir do século XIX era justamente o fato de elas não serem negativas e baseadas somente na violência e repressão, mas positivas, isto é, produtivas e transformadoras, quando retirados qualquer juízo de valor moral ou político e analisada exclusivamente a tecnologia utilizada.⁸

Zarankin, em sua tese sobre espaço escolar em Buenos Aires, discute as motivações em separar grupos considerados perigosos, como os loucos e delinquentes. Pois, torna-se fundamental separar indivíduos *cujos comportamentos possam gerar instabilidade* na sociedade capitalista. Portanto, além de separá-los, é necessário corrigi-los por meio de métodos científicos.⁹

Diferente de Foucault, o sociólogo Erving Goffman apresenta outras definições sobre instituições. Goffman discute o conceito de *Instituição Total* que pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerado período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.¹⁰

⁷ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005. p. 114 et seq.

⁸ Apud MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1996. p. XIX.

⁹ ZARANKIN, op. cit., p. 69-70.

¹⁰ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 11.

Goffman diferencia basicamente cinco *Instituições Totais*, que podem ser resumidas da seguinte maneira: a) instituições criadas para cuidar de pessoas consideradas *incapazes e inofensivas*, exemplos desta categoria: casa de cegos, idosos, órfãos e indigentes; b) instituições *para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional*, como sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários; c) instituições para proteger a sociedade *contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato*, exemplos desta categoria: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e campo de concentração; d) instituições criadas para o trabalho, como quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho e colônias agrícolas; e) instituições criadas para refúgio, geralmente com finalidades religiosas, como conventos, abadias, mosteiros e outros.

Entretanto, a classificação das *Instituições Totais* não é clara ou exaustiva, nem tem uso analítico imediato, mas dá uma definição puramente denotativa como um ponto de partida concreto.¹¹

Especificamente, no século XX, as instituições destinadas a amparar crianças órfãs e abandonadas passaram a ter um caráter mais educativo e menos assistencial, tendo a educação profissional como fator de socialização. Esta especificidade modificou as necessidades físicas dos edifícios destinados a atender menores, uma vez que o projeto arquitetônico passou a contar com oficinas e salas de aula.¹²

Aqui, o objetivo desta discussão em torno das definições conceituais de instituições disciplinares é estudar o nosso objeto de pesquisa à luz da teoria que escolhemos como sustentação, para analisar em que medida a Casa do Pequeno Jornaleiro se aproxima ou se afasta deste arcabouço teórico. A priori, a Casa possui algumas características peculiares, não se enquadrando nas definições de Goffman e de Foucault. Os menores não ficavam presos no seu interior, pois trabalhavam nas ruas, embora fossem submetidos a uma rígida disciplina, simbolizada implicitamente por um quartel para meninos, tanto no espaço interno como no externo. As ações da Casa eram assim direcionadas pelo / para o trabalho, na venda de jornais, visando moralizar* o trabalho infanto-juvenil, através de uma disciplina militar-escolar.

¹¹ Ibid., p. 16-17.

¹² CASTRO, Elizabeth Amorim. **A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha**. Curitiba: Maxigráfica e Editora Ltda, 2004. p. 21.

* Por moralismo, em um sentido bem amplo, entendemos como um conjunto de normas que definem as idéias mais fundamentais sobre o que é considerado certo e errado, louvável e repugnante, bom e mau, virtuoso e pecaminoso em comportamento humano em uma sociedade. (JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 154.)

Devido à sua relevância, discutiremos também o conceito menor – que aparece com certa frequência nos relatórios da Casa do Pequeno Jornaleiro como: *menor abandonado*, *desajustado* e *futuro delinqüente* – e as implicações jurídicas em sua construção.

Margareth Rago, em seu artigo intitulado *O efeito-foucault na historiografia brasileira*, discute, entre outros aspectos do pensamento de Foucault, a construção do sujeito pelas práticas discursivas, onde se

propõe um deslocamento fundamental para o procedimento histórico, propondo que se parta das práticas para os objetos e não o inverso, como fazíamos. Não mais partir do objeto sexualidade, por exemplo, para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica. Em outras palavras, o ponto de partida se torna terminal. E nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização.¹³

A crítica de Foucault é sobre o essencialismo e a naturalização do sujeito. Ele não está preocupado em explicar o real, mas em desconstruí-lo enquanto discurso, ou seja, os sujeitos, bem como os objetos históricos, emergem, no pensamento de Foucault, *como efeitos das construções discursivas*.¹⁴

Com base neste pensamento de Foucault, podemos pensar como o menor abandonado foi construído juridicamente. Mas isso não significa que a criança – objeto de intervenção dos saberes científicos e jurídicos – seja uma construção ou que não seja real. Um pequeno jornaleiro, objeto do discurso jurídico, realmente existiu e teve sua vida vivenciada no espaço físico da Casa. Pensemos em um menino que muitas vezes resistira à intervenção da Casa – fugindo da instituição – ou que procurara internamento mesmo se submetendo à disciplina, procurando, assim, fugir das privações que passava fora da instituição. Portanto, uma criança que soubesse criar estratégias de sobrevivência pelas quais, em certos momentos de sua vida, procurara sobreviver. As práticas discursivas, neste caso específico o jurídico, construíra o menor abandonado e não a criança.

O conceito menor vai fazer parte, no final do século XIX e começo do século XX, do vocabulário judicial da República Brasileira, utilizado nos relatórios policiais e nos pareceres jurídicos. A preocupação dos juristas, pela questão envolvendo o menor, coincide também com a introdução da puericultura – método de assegurar o *perfeito* desenvolvimento físico, mental e moral da criança, desde o nascimento até a puberdade – por parte dos médicos. Segundo Londoño, o interesse pelas questões do menor e pelos métodos de tratamento

¹³ RAGO, Margareth. **O efeito-foucault na historiografia brasileira**. Tempo social: Ver. social. USP, São Paulo. 7(1-2): 67-82, outubro de 1995, p. 74.

¹⁴ *Ibid.*, p. 71.

*evidenciou-se com força como subproduto do prestígio que adquiriram entre os setores ilustrados das classes dominantes as chamadas ciências positivas e o desejo de copiar a europeus e americanos como uma força de participar dos avanços do progresso ocidental. Os juristas, assim, procuravam nas legislações da Europa e dos Estados Unidos, modelos que deveriam ser implementados nas instituições e na legislação do Brasil.*¹⁵

No final do século XIX, os juristas vão construir um novo conceito para menor que passou a designar as crianças pobres das cidades, estas por não estarem sob a autoridade dos seus pais ou tutores eram qualificadas pelos juristas como abandonadas – a palavra menor até o século XIX era usada para distinguir apenas as faixas etárias, proibindo, desta maneira, as pessoas de terem direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas. Neste sentido, o menor, segundo os juristas, era a criança que povoava as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e por incorrer em delitos freqüentava a prisão, neste caso passava a ser chamada de *menor criminoso*. Portanto, a partir da década de 1920, a palavra menor se refere à criança em situação de abandono, além de determinar a sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.

A rua era vista pelos juristas como espaço que poderia provocar *degeneração* na infância e que multiplicaria os *vícios* que ameaçavam a sociedade. Segundo os juristas, o abandono de crianças tinha existido sempre, mas nas atuais circunstâncias a criança vivendo à vontade nas ruas, abandonada tanto no aspecto material e moral, *necessariamente terminava por se contaminar do vício e se transformar num criminoso que ameaçava a sociedade.*¹⁶ Além disso, a partir do final do século XIX, podemos constatar uma efetiva diferenciação no uso da rua:

por um lado, a população pobre e trabalhadora utiliza a rua como espaço socializador, de trocas de experiências, de lazer, de solidariedades e de lutas; por outro, as elites políticas e proprietárias imprimiam-lhe apenas uma dimensão de espaço de circulação. Essa alteração, que muitas vezes é naturalizada pela história e produzida sob a égide do progresso, foi gerada pelas novas práticas sociais do século XIX, que consolidaram um outro conceito de marginal. Basicamente, estabeleceu-se uma associação entre marginalidade e pobreza, delinqüência e rua. (...) ¹⁷

Portanto, o menor se caracterizou, a partir de então, principalmente como criança pobre, desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, pelo Estado e pela própria sociedade.

¹⁵ LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. IN PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 133.

¹⁶ Ibid., p. 129-137.

¹⁷ VEIGA, Cynthia Greive e FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33

Inicialmente, a infância abandonada era tratada como caso de polícia ou simples repressão. A partir das primeiras décadas do século XX, a questão do menor abandonado,

pelo menos no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. Atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, diferenciado, com objetivos específicos. Isso significa a participação de saberes como os do higienista, que devia cuidar da sua saúde, nutrição e higiene; os do educador, que devia cuidar de disciplinar, instruir, tornando o menor apto para reintegrar à sociedade; e os do jurista, que devia conseguir que a lei garantisse essa proteção e essa assistência.¹⁸

O menor era, portanto, a forma jurídico-social do controle do Estado sobre as crianças e jovens pobres que ficaram *condenados ao estigma pela sua condição de possível infrator, identificado como delinqüente pelo saber das instituições austeras*.¹⁹

Mas, para Rosana Botelho, se a associação entre a imagem descrita e o conceito menor decorre de um longo processo que

foi se desenvolvendo anteriormente à década de vinte, a datação do ‘nascimento’ da questão do menor nesta década não é incorreta. Neste sentido, concordamos com Londoño, pois foi aí que tal associação se estabeleceu, pela inserção num conjunto de ações denominadas de assistência e proteção, com o aval dos especialistas do momento, e consolidadas numa legislação especial. Mas não porque tenha deixado de ser uma ‘questão de polícia’, pois os menores continuaram (e continuam) sendo alvo de intensa ação repressivo-policial, mas porque deixou também de ser uma questão de emancipação, como queriam os libertários.²⁰

Portanto, o menor não era apenas um indivíduo com idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme a legislação. Mas aquele proveniente de família considerada desorganizada, onde prevalecem

os maus tratos, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas.²¹

¹⁸ LONDOÑO, op. cit., p. 142.

¹⁹ PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 172-173.

²⁰ Apud SILVA, Renato da. “Abandonados e Delinqüentes”: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Rio de Janeiro, 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz. p. 30.

²¹ RIZZINI, Irma. O elogio do científico: A construção do “Menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene (Organizadora). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1993. p. 96.

Os menores classificados como abandonados não tinham habitação certa, podiam ou não possuir pais, familiares ou tutores, porém não se encontravam sob suas guardas ou esses não apresentavam condições financeiras e / ou morais de exercer essa guarda e apresentavam condutas consideradas pelos juristas e intelectuais como contrárias à moral e aos bons costumes. Especificamente a criança caracterizada como *moralmente abandonada* era aquela *ociosa* ou *preguiçosa*, cujos pais fossem dados a embriaguez, mendicância ou libertinagem e, neste sentido, estavam *impossibilitados* de educá-la e protegê-la.

O Código de Menores consolidou a diferença entre criança e menor. Conforme o seu artigo primeiro, *o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Codigo*. Para Veiga e Faria havia uma diferenciação na esfera jurídica entre crianças inseridas no modelo de família padrão, contempladas pelo Código Civil de 1916, e as crianças pobres, rotuladas de menores, enquadradas pelo Código de Menores de 1927.²²

O conceito menor apresenta, basicamente, as mesmas especificações nos relatórios da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. Inserida nesta definição conceitual, a instituição pretendia

amparar, por todos os meios e fôrmas os **menores abandonados que se dedicavam á venda de jornais e revistas**, propiciando-lhes, num ambiente de labor, uma ‘ASSISTÊNCIA DE FAMÍLIA’. Dá-lhes a Casa éssa ‘ASSISTÊNCIA’ Moral, Material e Intelectual, sem contudo, para não ferir melindres, nem criar complexos, pôr nesse ampáro o cunho de ‘CARIDADE’. Ao reverso, busca a diretoria convence-los, de maneira discrêta e sutil, de que o esfôrso conjunto deles e da direção, é que faz o progresso comum, avivando-lhes déss’arte, o valor da cooperação.²³

Portanto, a Casa especificou as crianças que recebiam o atendimento especializado como *menores abandonados* que vendiam jornais pelas ruas da cidade. A Casa enfatizou que o seu propósito não era oferecer caridade – prática religiosa pela qual a Igreja atendia as pessoas pobres –, mas uma assistência que, em tese, provocaria mudanças no comportamento moral e social do menor.

Neste sentido, o menor abandonado recebia tratamento especializado – intelectual, material, higiênico e moral. Estas medidas não visavam apenas o momento atual do menor, mas o seu futuro, ou seja, a finalidade social da Casa era amparar o pequeno jornaleiro,

²² VEIGA e FARIA, op. cit., p. 81.

²³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 4. Sem grifo no original.

*cuidando de sua manutenção no presente e preparando-o para que se torne, no futuro, um cidadão útil á Patria.*²⁴

Era muito comum visitas à Casa do Pequeno Jornaleiro. Segundo os relatórios eram pessoas *ilustres*. Cada visitante registrava as suas impressões em livro próprio. Houve a visita de congressistas do Congresso de Filosofia e Psicologia que registraram assim suas impressões:

‘Nesta época em que tanto se discute e fala dos problemas do menor e em que tão pouco de concreto e útil se realiza, confortam particularmente as magnificas realizações do Coronel Alfredo Costa em prol dos **menóres de Curitiba, reajustando-os ás condições normais de vida segundo ás exigências do verdadeiro serviço social**. Formulamos vótos ardentes para que a casa do Pequeno Jornaleiro – monumento da caridade pratica do povo de Curitiba, continue constituir uma das glórias do Estado do Paraná em modelo para as Instituições congeneres de toda a Nação Brasileira’.²⁵

A visita foi assinada pelo professor Hans Ludowig Lypmann – diretor do Instituto de Psicologia aplicada da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – e pelos padres Anisio Muosca de Carvalho – diretor do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – e José Jesu Flor – professor da Faculdade de Filosofia de Goiás e do Instituto de Educação.

Segundo o registro dos visitantes, a assistência da Casa reajustava o comportamento do menor às *condições normais* de vida. Neste sentido, deduzimos que o menor que vivia nas ruas – sem amparo familiar ou de uma instituição – estava em *condições anormais*. Nesta situação, o menor necessitava de uma intervenção que possibilitasse o seu *reajustamento social*.

A direção da Casa atribuiu à Anita Ribas, idealizadora e fundadora da instituição, a seguinte afirmação: ela *sabia que a ‘criança esquecida, abandonada, maltratada, vinga-se, quando adulta, transformando-se em criminoso, punindo, dessa forma, a Sociedade’; que, ‘no tratamento, amparo e educação da criança, repousa todo o sentido da salvação nacional’*.²⁶ Entretanto, o relatório de 1957 expõe praticamente a mesma citação fazendo referência a Cândido Motta Filho *, segundo ele: *a criança esquecida, abandonada, se vinga quando*

²⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba. 1953. p. 89.

²⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba. 1953. p. 83. Sem grifo no original.

²⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba. 1955. p. 3.

* Cândido Mota Filho aparece nos relatórios da Casa como visitante, tecendo inúmeros elogios à instituição. Ele era filho do jurista Cândido Mota – jurista discutido no primeiro capítulo – e deu continuidade aos trabalhos de seu pai como diretor do Instituto Disciplinar (idealizado por seu pai) em 1935. Fundou, ainda, o Serviço de Reeducação do Estado de São Paulo em 1934 e do Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores.

*adulta, transformando-se num criminoso e punindo dessa forma a Sociedade.*²⁷ Nestes trechos, a Casa expôs, além das preocupações da primeira-dama e do jurista, os objetivos de tratar o menor abandonado, por meio de serviços especializados, antecipando o tratamento das *conseqüências negativas* que poderiam ocorrer. Portanto, a preocupação da Casa, não era apenas com o momento atual da criança, era com o seu futuro. Percebe-se, também, a dicotomia nas preocupações da Casa em cuidar do menor, pois, a instituição, ao tratar da criança pobre, manteria a ordem e a harmonia da sociedade, evitando que ela sofra com os crimes que poderiam ser cometidos por estes *futuros criminosos em potenciais*.

O crime, sobretudo no final do século XIX, causava *medo e os cientistas sociais, fundadores do novo saber sobre a sociedade, o consideravam prova cabal da desordem social.*²⁸ Neste sentido, as leis – exemplo do Código Penal implementado em 1890, início do período republicano – procuravam normatizar as ações dos indivíduos, principalmente os considerados perigosos pela sociedade.

A finalidade da Casa, segundo seus relatórios, era, portanto, promover o *bem-estar, o amparo, e o aprimoramento moral e intelectual de várias dezenas de menores, concorrendo, dest'arte, para a prevenção da delinqüência infantil e, além disso, para a formação de futuros cidadãos úteis (...).*²⁹ A direção da Casa pretendia corrigir, através de uma assistência moral, o comportamento do *menor* e, conseqüentemente, pretendia prevenir a delinqüência infanto-juvenil. Desta forma, a Casa simbolizava um *hospital* e o menor abandonado um *doente*, que recebia todo tratamento imposto pela instituição.

O relatório destaca um trecho da revista *Essa* de 1955 que expõe reflexões feitas pelo jurista Sabóia Lima.

O problema do menor abandonado é dos mais complexos e não se resolve pela simples crítica às instituições que o tem sob sua mira. Como em tôda parte, é a resultante da **falta de assistência e educação do menor**. O Congresso Jurídico Nacional, realizado em 1943, aprovou as seguintes conclusões apresentadas por Sabóia Lima: 'O problema de menores é essencialmente de assistência: a delinqüência infantil é, em regra, resultante do abandono; enfrentar êste problema é dever primordial do Estado'. Mas o Estado sozinho não resolve o problema, que é de todos e de cada um de nós. 'O amparo à criança abandonada é obra de solidariedade humana, de sentimento cristão, de previsão econômica e de prevenção criminal', concluiu Sabóia Lima.³⁰

²⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 29.

²⁸ TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: de criança para menor (Curitiba – início do século XX)**. Curitiba, 1998. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. p. 121.

²⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 79.

³⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 20. Sem grifo no original.

O problema do menor era, portanto, a falta de assistência e educação. O Estado, por sua vez, teria a obrigação de intervir nos problemas relacionados ao menor abandonado.

O relatório de 1956 destaca ainda uma pesquisa realizada por um grupo de estudiosos não especificados a pedido da Associação Comercial do Estado de São Paulo sobre a delinquência juvenil. Através desta pesquisa, chegou-se à conclusão que

sòmente em 1954, mais de 2.400 processos tiveram curso no Juizado de Menores, assim classificados: 52% furtos; 19% por agressão e 29 % por delitos vários. Manifestações emanadas das mais altas autoridades executivas e judiciárias revelam que 70 % dos assaltos praticados por adultos têm a participação de menores.³¹

Segundo a pesquisa, a causa do aumento da criminalidade praticada por menores seria o *abandono assistencial*, provocado pela *negligência* do poder público, a qual também ressaltou a *origem do mal*.

‘Em nosso meio, perambulam 60 mil crianças impedidas de freqüentar cursos primários, porque não há vagas nas escolas. Cêrca de 100.000 menores entre 11 e 14 anos – por não haver cursos profissionais em número suficiente – ficam pelas ruas, contraindo maus hábitos, adquirindo vícios, ajustando-se à ociosidade, constituindo, futuramente, o manancial de onde deriva, em correntes, que se avolumam, o contingente de delinqüentes juvenis, criminosos em potencial, que engrossarão mais tarde as fileiras das penitenciárias’.³²

Portanto, os menores poderiam contrair os *males sociais* nas ruas. Entretanto, o professor Valério Giuli, diretor do Serviço Social dos Menores, *acha que o aumento da criminalidade juvenil se deve a vários fatores, dentre os quais, o desajustamento econômico e moral*.³³ Pois, a miséria, associada ao *desajustamento moral*, era considerada também um dos fatores do aumento da criminalidade.

A associação entre pobreza e delinquência infantil era recorrente naquele período. O que poderia produzir a delinquência infantil era o abandono de crianças, esta era, segundo o pensamento da época, iniciada pelas relações conjugais ilegítimas. Portanto, o tratamento do crime não visava apenas a criança, mas os adultos e famílias consideradas desajustadas, vistas como produtoras de criminalidade infantil. A delinquência infantil foi vista pela maioria dos médicos, professores, magistrados e políticos daquela época, como ‘*o maior problema nacional*’. Porém, os discursos produzidos naquela época *correspondiam mais ao plano das intenções do que de ações realizadas*.³⁴

³¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 4.

³² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 4.

³³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 4.

³⁴ SILVA, op. cit., p. 63.

Outra informação relevante presente na nota 32 era a falta de vagas nas escolas primárias e de cursos profissionais, o que implicaria na permanência de crianças nas ruas, adquirindo, desta maneira, maus hábitos que poderiam levá-las à prisão. Eram pesquisas feitas no Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro. Diante destas informações, a direção da Casa se posicionou da seguinte maneira:

(...) face o que acabamos de ler, pode-se afirmar e com segurança, que o Estado do Paraná está de parabéns e glorioso; glorioso sim, por que os governos têm sempre voltado a atenção para esse problema. No Paraná, trabalham incessantemente, Govêrno, Juizado de Menores, Imprensa, Associações Católicas, Protestantes, Espíritas, Associações de Damas e o próprio povo. De parabéns o Estado do Paraná e seus governantes, que podem afirmar: no nosso Estado não há menores abandonados e para se fazer prova, o bastante é apreender um menor e imediatamente aparecem pais, parentes ou responsáveis, reclamando-o. Juvenis delinquentes, é reduzido o número relativo ao progresso e a população. E a prova mais concreta que existe, é que repartição alguma e mesmo o Juizado de Menores, apresentou uma estatística que se relacione com menores abandonados e juvenis delinquentes. E, se estatística fôsse feita, seria em número tão ínfimo, que nem se levaria em conta e tão pouca viesse a preocupar nossas autoridades. E a CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA (...), estou certo, muito tem cooperado e despendido esforços incessantes, para que o Estado do Paraná, principalmente a Capital, venha a ter problemas insolúveis e dispendiosíssimos como os Estados do Rio e São Paulo.³⁵

A direção da Casa ressaltou que não há menores abandonados circulando nas ruas de Curitiba e o número de jovens rotulados de *delinquentes* era mínimo, devido à ação de instituições e demais órgãos de Curitiba. Procurou-se, neste sentido, divulgar em seus relatórios a nítida eficácia das instituições paranaenses diante do problema do menor abandonado e da delinqüência juvenil. Entretanto, a direção da Casa admitiu que:

Não deve nunca cessar a ação do Govêrno, do Juizado de Menores, das Associações Oficiais e Particulares de Assistência Social, para que o número de meninos vadios não cresça, afim de evitar o que se passa no Rio e São Paulo, que o problema já se tornou insolúvel, complicado e dispendiosíssimo. É preciso que a campanha de repressão e assistência, seja intensa e permanente, porque, com a crise que nos assola, com a carência assustadora da subsistência, não aumente o número de deliquentes juvenis.³⁶

Neste caso em específico, a Casa admitia os perigos do aumento de crianças circulando nas ruas, rotuladas de vadias, e do aumento da criminalidade praticada por jovens. Outro aspecto importante é a forma como se justificava o problema do menor, o discurso dos gestores sociais aqui falando em nome da instituição destacam as causas sociais, crise e carência de subsistência, que implicariam em um aumento na delinqüência juvenil. Portanto,

³⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 6.

³⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba. 1956. p. 17.

já estava bem explicitada a relação entre as causas sociais e a delinqüência infanto-juvenil, diferentemente de décadas anteriores, sobretudo na década de 1930, quando se buscava explicações biológicas para entender a criminalidade.

A direção da Casa destacou, além da assistência ao menor, as ações repressoras que poderiam ser adotadas para resolver o problema da criminalidade infanto-juvenil. Portanto, o *menor delinqüente* era ainda tratado como caso de polícia, ao mesmo tempo em que era objeto de ações das instituições assistenciais.

Ao contrário dos trechos acima que mencionaram a quase ausência de problemas com menores abandonados e delinqüentes em Curitiba, o relatório de 1960 nos mostra um trecho que menciona o aumento da delinqüência infanto-juvenil em Curitiba.

Dia a Dia, aumenta consideravelmente a delinqüência infanto-juvenil em Curitiba. Cresce percentual e assustadoramente o número de jovens encaminhados ao Juizado de Menores, e dali para as Escolas de recuperação ou abrigo. Sobre as crianças abandonadas pouco se pode dizer: pobres órfãos, relegados à miséria, não só econômica, como também moral, não contam com o elemento primordial da educação: a família socialmente adaptada. (...) Quanto ao menor delinqüente, além de passar pelas mesmas necessidades do abandonado, possui outro grande impecilho a vencer – o delito, desvio jurídico social, que evita a sua integração dentro da coletividade.³⁷

O trecho diferenciou também o menor abandonado e o menor delinqüente. O menor delinqüente, além de ter as características do menor abandonado, estaria associado ao crime, enquanto o abandonado estaria associado apenas ao abandono material ou moral. Em outro trecho, o presidente da instituição ainda sugeriu outras medidas no combate à criminalidade infanto-juvenil.

Para minorar a situação e na impossibilidade de criação de outras instituições nos moldes da Casa do Pequeno Jornaleiro, eu tomo a liberdade de sugerir que se criem nos extremos da Capital, ‘Casernas’ de escoteiros com matrículas de idades diferentes, para cada uma, com aulas e ofícios pela manhã e exercícios militares adequados, formaturas, marchas e ligeiros acampamentos e ensinamentos patrióticos, dirigidos por pessoal especializado, de forma a atraí-los voluntariamente e teremos como resultado, milhares de menores que ao deixarem as escolas, estarão educados, fortes e úteis à Pátria. Não esqueçamos que a criança é o futuro.³⁸

Neste trecho, a caserna simbolizava uma instituição militar para meninos, onde exercícios militares representariam o preparo físico de pequenos *soldados*. As formaturas e marchas representariam a disciplina, pela qual os meninos, provavelmente uniformizados, realizariam movimentos sincronizados e repetitivos. E teria uma orientação pedagógica que

³⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 20.

³⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 17.

pudesse inculcar valores patrióticos aos meninos, além de ensinar um ofício visando a formação de trabalhadores.

A razão de se criar casernas de escoteiros nas regiões extremas de Curitiba não foi explicitada pelo presidente. Poderíamos levantar, neste sentido, duas hipóteses com relações não excludentes entre si, a primeira poderia representar a retirada de menores abandonados do centro da capital. A segunda, por sua vez, seria de ordem material, na qual a caserna demandaria espaço maior para a realização de acampamentos, onde o centro da capital não poderia oferecer.

Evidenciando o contraponto entre *menores abandonados* e *menores assistidos*, que a Casa procurava ressaltar nestes últimos como: *disciplinados, asseados e trabalhadores*, nos valem de duas fotos que nos mostram duas *realidades* diferentes, mas inseridas na mesma construção jurídica do menor. A foto 1, datada de 1939, nos mostra pequenos jornaleiros, antes da criação da Casa, reunidos na frente do Diário da Tarde. A foto estava inserida na notícia do jornal que abordava o abandono de crianças pobres. A outra foto nos mostra pequenos jornaleiros já ingressos na Casa, uniformizados e *disciplinados* [foto2]. Pela comparação das duas fotos, podemos perceber as mudanças que a Casa pretendia provocar no comportamento dos meninos.

Foto 1



Fonte: **Abandono**. Gazeta do povo. 3 de agosto de 2003

Para o jornal Gazeta do Povo, a foto acima

mostra os pequenos jornaleiros recebendo capas como agasalho doadas pelo povo, nota-se que muitos dos meninos estão descalços. Ser vendedor de jornais era um trabalho infantil executado por crianças órfãs ou abandonadas, em sua maioria. A fotografia foi feita em frente ao Diário da Tarde (...), em 24 de junho de 1939.³⁹

Segundo o trecho, a foto poderia evidenciar o estado de abandono e de privações que estes meninos viviam. No jornal Gazeta do Povo de 1942, nos oferece mais detalhes dos meninos que vendiam jornais pelas ruas. Estas crianças, rotuladas de menores, provavelmente viviam nas ruas, onde os juristas, religiosos e demais intelectuais interpretavam como espaço de degradação dos *bons costumes*. O jornal assim os descreve:

Vencendo dificuldades, esses mal nascidos, lograram á custa [de] minguada venda que se destinava, quase sem exceção para subsistência da família. Esquecidos de si por circunstâncias invencíveis faziam-se homens a margem dos recursos do conforto, da sadia alimentação, do higienizado ambiente moral e da educação necessária. Expostos ás influências de toda a procedência só uma disposição espiritual privilegiada conseguia o critério seletivo para a formação do ambiente em que permanecessem imunes dos fatores carregados de nocividade. Ás mais das vezes o exercício da sua função era uma escola viva do vício e do crime condições que iam permanecer no substrato psíquico do futuro homem e do futuro cidadão.⁴⁰

O jornal caracterizou os jornaleiros que viviam provavelmente nas ruas como *mal nascidos* e, por estarem nas ruas, estavam contraindo *vícios* que poderiam ter implicações no seu futuro. Diferentemente da foto 2 que os menores, já assistidos pela instituição, estão uniformizados, aparentemente disciplinados, recebendo a assistência da Casa que visava a formação de futuros trabalhadores, conforme descrito no mesmo jornal citado anteriormente:

Essa obra magnífica do sentido duradouro [Casa do Pequeno Jornaleiro] veio assistir ás necessidades do pequeno jornaleiro, eliminando o joio das influências perniciosas que se antepunham ao seu roteiro, dando-lhe educação que não tinham, proporcionando-lhes oportunidade de elevada formação moral, zelando pelo seu crescimento sadio, emprestando-lhe o conforto na moldagem de homens responsaveis e no plasmamento de cidadãos capazes. (...) ⁴¹

O trecho do jornal mostra a nítida vantagem atribuída à Casa do Pequeno Jornaleiro. Se antes os pequenos jornaleiros, sem amparo institucional, sem organização, estavam vendendo jornais nas ruas correndo risco e oferecendo perigo para a sociedade. Agora,

³⁹ Abandono. Gazeta do povo. 3 de agosto de 2003.

⁴⁰ **Espetáculo rico de fraternidade e soberbo no seu significado de compreensão social: Brilhante as festividades do lançamento da pedra fundamental da Casa do Pequeno Jornaleiro – A missa campal – A pedra fundamental – encerramento das festas.** Gazeta do povo, 27 de dezembro de 1942.

⁴¹ Id.

institucionalizados, o trabalho dos meninos poderia ser controlado por uma disciplina militar-escolar, conforme representação da foto abaixo.

Foto 2



Fonte: Acervo da Casa da Memória (s/d).

Percebe-se nesta foto, possivelmente de 1943 – das comemorações de inauguração da Casa –, o enquadramento das crianças através da utilização de uniformes, pois impunha uma característica homogênea que pretendia diluir as diferenças. A direção da Casa pretendia construir uma identidade coletiva, com o objetivo de modificar o caráter dos menores, que precisavam ser moldados para reintegrar à sociedade, como trabalhadores. Logo, a instituição almejava criar uma identidade coletiva dos pequenos jornaleiros disciplinados, simbolizando pequenos *soldados*, bem diferentes da dos menores rotulados de indisciplinados que proliferavam nas ruas.

Portanto, o conceito menor foi construído juridicamente e reforçado, ainda, pelas práticas discursivas da Casa. A instituição apontava o estado de abandono dos menores e os perigos que eles representavam e, como solução, ressaltava a sua assistência filantrópica no atendimento deste menor.

Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e o pequeno jornaleiro.

No natal de 1942 foi lançada a pedra fundamental da Casa do Pequeno Jornaleiro em terreno central de Curitiba – rua Saldanha Marinho, número 155 –, cuja doação foi feita pelo

Governo do Estado do Paraná, pelo então interventor Manoel Ribas. A inauguração da Casa foi levada a efeito precisamente um ano após o lançamento da Pedra fundamental, em 25 de dezembro de 1943.⁴² Segundo o mesmo relatório, foi solene e festivo, tendo comparecido as mais altas autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como Eclesiásticas. O jornal Gazeta do Povo descreve, no meio de várias notícias sobre a 2ª Guerra Mundial, as festividades.

Para a inauguração da Casa do Pequeno Jornaleiro, foi organizado expressivo programa de festejos, cuja execução obedece-à a seguinte ordem: A's 7 horas – Concentração dos jornaleiros na sede da rua Saldanha Marinho; A's 8 horas – Missa solene na Catedral metropolitana, em ação de graças, oficiada por D. Atico Euzébio da Rocha; A's 9 horas – Hasteamento do Pavilhão Nacional, na fachada principal da sede da Casa do Pequeno Jornaleiro; A's 9,15 horas – Benção do edifício, por D. Atico Euzébio da Rocha, Arcebispo Metropolitano; A's 9,30 horas – Café no refeitório da Casa do Jornaleiro, servindo às autoridades. Depois de ser servido o café, dar-se-à a instalação da Casa do Pequeno Jornaleiro, que entrará assim a prestar sua assistência aos pequenos vendedores de jornais. Concretizada essa cerimônia, os jornaleiros, **formados e puxados pela banda de musica e de tambores da Força Policial do Estado e devidamente uniformizados, desfilarão pelas principais ruas da cidade**, em seguida, para a Grande Exposição de Curitiba, onde inaugurarão o magestoso pavilhão do Ministério da Justiça.⁴³

A parte grifada destaca o desfile, parte integrante da festividade, dos pequenos jornaleiros, prática comum nos códigos disciplinares e símbolo da disciplina dos corpos, conforme a foto 3.

⁴² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 29.

⁴³ **A grande data dos pequenos vendedores de jornais**. Gazeta do Povo. Curitiba. 25 de dezembro de 1943. Sem grifo no original.

Foto 3



Fonte: Acervo da Casa da Memória (s/d)

A foto nos mostra os pequenos jornaleiros uniformizados, sendo conduzidos e fiscalizados. Provavelmente, o desfile dos pequenos jornaleiros era parte do programa de inauguração da Casa do Pequeno Jornaleiro em 1943, pois, segundo o jornal *Gazeta do Povo*, os pequenos jornaleiros

concentraram-se na sede [Casa do Pequeno Jornaleiro] e dali em coluna de quatro, desfilaram pelas principais ruas da cidade, sendo puxados pela sua banda de tambores e pela banda de musica da Força Policial do Estado. (...) Em seguida rumaram para a Catedral Metropolitana, onde realizou-se uma ação de graças, imponente ofício religioso (...). Após a cerimônia religiosa, os jornaleiros sempre em forma dirigiram-se para a sede do estabelecimento, levando **um grande cartaz onde se liam palavras de agradecimento ao povo curitibano.**⁴⁴

O jornal destaca ainda que os pequenos jornaleiros todos *uniformizados, com muito garbo e disciplina, percorreram diversas ruas da cidade, sob o comando do sr. Marciano Marques, inspetor dos jornaleiros.* A referência de um inspetor de jornaleiros sugere que, antes mesmo da instalação da Casa do Pequeno Jornaleiro, já havia uma preocupação em

⁴⁴ **Inaugurada a “Casa do Pequeno Jornaleiro”.** *Gazeta do Povo*. Curitiba. 28 de dezembro de 1943. Ano XXV. Nº 7120. Sem grifo no original.

fiscalizar os meninos que vendiam jornais pelas ruas * , conforme trecho do jornal Diário da Tarde que descreve o mesmo desfile:

Realizou-se, então o desfile dos jornaleiros. Uniformizados, de calça e camisa de zuarde, percorreram eles, com garbo e disciplina que arrancaram aplausos, as principais ruas da cidade, puxados pela sua banda de tambores e por uma banda musical militar. Iam sob o comando do sr. Marciano Marques, funcionário da Prefeitura Municipal e zeloso inspetor dos jornaleiros que por longo tempo os exercitou.

O jornal Diário da Tarde, além de descrever as atividades comemorativas, nos oferece informações sobre a estrutura física da Casa com *todo o conforto, com ventilação natural, servida por três andares, que comportam dormitórios, almoxarifado, cozinha, sala de aulas, gabinete médico e dentário, serviço sanitário, além de uma sala de recreio e outras instalações, destinadas á administração.* Com esta estrutura física, a Casa se propunha a *abrigar os jornaleiros pobres, ensinando-os, carinhosamente, a economizar e prestando-lhes toda a assistência.*⁴⁵

O jornal ressaltou, além da *simplicidade* da Casa, a nítida vantagem atribuída à criação da Casa do Pequeno Jornaleiro e suas implicações na assistência aos meninos.

Sem as prerrogativas de um edifício suntuoso, onde tapetes caros e moveis de alto preço ao invés de levarem o garoto a sentir-se como em sua própria casa, dele o afastam, a aludida instituição, criada pelo coração generoso da sra. Anita Ribas, será, sem duvida, o lar de muitos pequeninos que lutam de sol a sol pelo pão de cada dia, amassando ás vezes, nos reconvos dos seus lares humildes, com o fel de suas lagrimas de revolta contra o mundo que os fez tão infelizes ... Agora, porem, assistidos por aquela instituição, eles serão mais felizes, viverão mais alegres, encontrando no carinho dos que rodeiam, na assistencia que lhes for prestada, aquilo que os filósofos chamam ‘a razão de viver’, ‘o motivo da propria vida’... E subirão aos céus preces de gratidão, por todos quantos contribuíram para a sua felicidade, para a construção da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, a obra magistral da senhora Anita Ribas, que veio concretizar os anseios de tantos pequeninos sem lar, sem carinho ...⁴⁶

Este trecho evidencia também a representação social dos meninos antes de ingressarem na Casa. O trecho os caracterizou como meninos pobres e trabalhadores, mas que a sociedade em que eles viviam os tornava infelizes e revoltosos, denotando as implicações dos problemas sociais na pobreza ou, provavelmente, na criminalidade.

* Há evidências de que havia antes da criação da Casa o Clube Atlético dos Jornaleiros que prestava caridade aos menores, como a promoção de lanches de final de ano. Marciano Marques de Lima ocupava o cargo de superintendente deste Clube. Entretanto, não encontramos nenhuma documentação para ter uma análise mais detalhada deste Clube.

⁴⁵ “Casa do Pequeno Jornaleiro”. Diário da Tarde. Curitiba. 27 de dezembro de 1943.

⁴⁶ “Casa do Pequeno Jornaleiro”. Diário da Tarde. Curitiba. 27 de dezembro de 1943.

A Casa mantinha *permanentemente internados sempre mais de cinquenta menores dos menos favorecidos pela sorte*, dando preferência aos mais necessitados ou órfãos. Destacando, também, as *condições de aumentar o seu efetivo, uma vez [que] a venda de jornais exigia essa providencia.*⁴⁷ A instituição pretendia, assim, oferecer

(...) toda a assistência aos seus internados, como seja: alimentar sadia [sic], com suficiência não racionada; - Assistência Escolar; Assistência Médica; - Assistência Dentária; - Assistência Religiosa. Para isso dispõe de ampla e arejada Sala de aulas, - Dedicada e competente Médica, com Gabinete aparelhado; - Dentista permanente bem aparelhado e bastante capaz, dispondo de um Gabinete Dentário bem aparelhado com Cadeira Moderna; - Lindíssima [sic] Capela com duas professoras religiosas da Escola de Assistência Social e Colégio Divina Providência, Refeitório, Cozinha, Copa, Amplo e Arejado Dormitório, Engraxataria, Almoxarifado, Serviços Higiênicos diversos com Privadas? [sic] Banheiros e Chuveiros etc.⁴⁸

Parte dos menores que ingressavam ali ficavam na condição de interno. Entretanto, nem todos que ingressavam na Casa ficavam nesta condição, alguns ficavam em regime de externato.

(...) a Casa do Pequeno Jornaleiro representa hoje uma instituição modelar no gênero. Suas instalações, dotadas dos mais modernos requisitos de conforto e higiene, honram os seus idealizadores, de vez que suas finalidades estão sendo cumpridas de maneira elogiável, com grandes resultados **para os jornaleiros internos e externos.**⁴⁹

A revista *A Divulgação* mostra que *cinquenta menores, dos menos favorecidos pela sorte são mantidos internados permanentemente, enquanto muitos outros, morando com os pais ou responsáveis, desfrutam das refeições, assistência médica, aulas, etc.*⁵⁰ Portanto, nem todos que ingressavam na instituição eram menores abandonados, mas meninos pobres que tinham algum vínculo familiar.

A Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro atendia um número maior de pequenos jornaleiros do que a Casa de Curitiba.

Encontramos com o Diretor da Casa do Pequeno Jornaleiro o professor Ernani Glaberli cuja dedicação ao seu posto é notável, segundo observações que colhemos no local e fóra dali. Nos acompanhou na visita, ministrando todas as informações sobre a organização e funcionamento daquela instituição que agora é que está se articulando pois foi inaugurada há dois meses.

⁴⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954.** Curitiba, 1954. p. 32

⁴⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 30 e 31.

⁴⁹ **Visita á casa do pequeno jornaleiro.** Gazeta do Povo. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348. Sem grifo no original.

⁵⁰ **O lar dos jornaleiros.** A Divulgação, setembro de 1954. p. 19.

Estão internados 120 menores submetidos a uma vida de internos mas agindo com liberdade dentro de uma ética rigorosa.⁵¹

Este trecho se refere a visita que o Diário da Tarde fez em 1940 à Casa do pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro. A visita foi acompanhada pelo diretor da instituição, que, segundo o mesmo artigo, já tinha dirigido a Escola de Trabalhadores em Castro no Paraná.

Existem características semelhantes entre as duas instituições. De acordo com o artigo quarto do estatuto da Fundação Darcy Vargas, a Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro se destinava a

amparar, educar e encaminhar os vendedores de jornais e outros menores de até dezoito anos de idade, cuja ocupação se exercita nas ruas, será construída e mantida pela Fundação, para morada dos beneficiários necessitados desse auxílio, proporcionando gratuitamente a estes, como aos demais menores, nela matriculados, assistência médica, educação pátria, religiosa, moral, básica e ensino profissional e assistência nos seus empregos, em colaboração com os Sindicatos Profissionais.⁵²

A referência aos Sindicatos Profissionais sugere ainda que não deveria necessariamente ser um pequeno jornaleiro para ingressar na Casa, podendo ser outros menores não especificados no trecho. Outra diferença era que a mantenedora da Casa era a Fundação Darcy Vargas.

Para cumprir os propósitos filantrópicos mencionados, a Casa do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 5º do seu estatuto, foi construída com

restaurante para uso exclusivo de seus beneficiários, nela matriculados para fornecer-lhes alimentação higiênica a preços ínfimos, bem como fornecerá, da mesma maneira, peças de vestuário, calçado, roupa lavada e outras utilidades, inculcando-lhes hábitos de poupança, de economia e amor ao trabalho.⁵³

Uma questão não detalhada por Simili era a utilização do restaurante da Casa do Rio de Janeiro pelos pequenos jornaleiros por um preço descrito como ínfimo. Pois na Casa de Curitiba toda a assistência era gratuita, inclusive a alimentação.

A utilização de uniformes pelos jornaleiros era outro ponto em comum nas duas Casas. A foto abaixo nos mostra os pequenos jornaleiros da cidade do Rio de Janeiro utilizando uniformes e marchando.

⁵¹ **Visitando a Casa do Pequeno Jornaleiro.** Diário da Tarde. 4 de dezembro de 1940. Sem grifo no original.

⁵² Apud SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945).** São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 103.

⁵³ Apud Ibid., p. 104.

Foto 4: *Dona Darcy Vargas inaugura a Casa do Pequeno Jornaleiro a sua obra mais querida, em 8 de setembro [de 1940].*



Fonte: <http://www.fdv.org.br/>, acesso em: 17 de fevereiro de 2009.

Esta foto nos sugere que, pelo menos na inauguração da Casa no Rio de Janeiro, foi destacada a importância de educar o menor pela disciplina militar e pelo civismo.

A Casa de Curitiba tinha uma estrutura com serviços filantrópicos para atender cerca de cinquenta menores. Pelos trechos dos jornais que tratavam da inauguração da instituição, o menor representaria um pequeno *soldado* que estava sendo incorporado em uma instituição militar para meninos. A intenção da instituição em enquadrar os meninos numa disciplina militar está evidenciada no jornal *Gazeta do Povo*, afirmando que os pequenos jornaleiros recebiam instrução pré-militar e praticavam *exercícios esportivos dosados de acordo com a idade e o físico de cada menor*.⁵⁴ Mas como os pequenos jornaleiros incorporavam na Casa? Quais eram os critérios de seleção que a instituição utilizava para selecionar os menores?

A documentação por nós explorada não descreve, de maneira explícita, a procedência do menor e os critérios de seleção. Não sabemos ao certo se antes de ingressar na Casa o menor tinha família ou era de outra instituição. Entretanto, temos alguns indícios que nos mostram a situação social do menor e como ele pretendeu ingressar na Casa.

Como que querendo desmentir as afirmações de eficiência da entidade, surgiu, apresentado por carta de recomendação, um menino de seus doze anos, pedindo, insistentemente internamento, por não ter onde dormir aquela noite. Não trazia consigo qualquer documento de identidade e nem prova de sua real necessidade. O coronel não titubeou: 'Você fica aqui esta noite, meu filho. Para sua sorte, está vago o lugar do 27. Amanhã nós vamos cuidar do seu caso'. E acrescentou, para o repórter: 'É desses que eu prefiro. Acolhidos aqui, eles são afastados de uma vida irregular, e aprendem a lutar por sua manutenção'. Infelizmente, nem todos os meninos que surgirem na Casa do Pequeno Jornaleiro podem ser matriculados, pois a falta de vagas é a constante que acompanha a vida daquela associação.⁵⁵

⁵⁴ **Visita á casa do pequeno jornaleiro.** *Gazeta do Povo*. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348.

⁵⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955.** Curitiba. 1955. p. 19.

Este trecho poderia sugerir algumas situações possíveis. A primeira é que os menores poderiam de alguma forma procurar a direção da Casa para solicitar o seu internamento. A segunda situação possível de acontecer era a apresentação do menor pela mãe ou pai para ser internado. A terceira possibilidade é que os menores poderiam ser internados por solicitação de alguém ou até por iniciativa própria, com carta de recomendação. Um forte motivador para as famílias internarem seus filhos nesta instituição era o auxílio financeiro proveniente da venda de jornais que a Casa oferecia para cada responsável pelos pequenos jornaleiros.

Outro indício nos mostra que os menores eram matriculados de maneira voluntária, mas a direção da Casa não especificou a origem dos menores.

Orientamos uma Instituição que é a mais liberal possível, onde tudo é feito com a maior liberdade de ação. Os meninos pobres que se destinam à venda de jornais, são matriculados por sua livre e espontânea vontade; a Casa recebe-os por sua livre e espontânea vontade. Os matriculados se excluem quando bem desejam, assim como a Casa os exclue quando acha conveniente.⁵⁶

Esta especificidade mostra que o menor poderia procurar a instituição e solicitar a sua inclusão. Um dos fatores que poderiam determinar a sua livre manifestação de entrar na Casa era de ordem social, muitos menores tinham suas internações associadas à necessidade de sobrevivência, pois muitos trabalhavam para sustentar a família ou para fugir das possíveis privações pelas quais passavam nas ruas.

Outro ponto em comum entre as Casas era a utilização das expressões *liberal* e *liberdade*, presentes nos trechos anteriores. A presença destes termos na documentação das Casas denota uma especificidade nas duas instituições que as diferenciam de outros estabelecimentos disciplinares, como prisões, hospitais e abrigos de reforma. O pequeno jornaleiro por sua livre espontânea vontade poderia ingressar na Casa e também poderia sair por sua livre vontade, dando sentido a expressão *liberal* presente na instituição. Embora, a Casa pudesse proibir a entrada de alguns meninos e permitir a entrada de outros, como também poderia expulsar os pequenos jornaleiros que achasse necessário.

Os dirigentes da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba se delegavam o direito de dar ordens, de estabelecer regulamentos, de tomar medidas, de expulsar menores e aceitar outros. A instituição tinha ainda o poder de recompensar alguns menores e punir outros.

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba ofereceu, a partir de 1957, também, a assistência aos pequenos engraxates, descritos pelos relatórios como *garotinhos improvisados engraxates que perambulam e estacionam em ruas centrais da cidade*. Neste caso em

⁵⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba. 1956. p. 16.

específico eram menores que trabalhavam nas ruas como engraxates. Da mesma forma que os pequenos jornalheiros, antes da instalação da Casa, os engraxates eram vistos com um certo olhar moralizante, conforme trecho: *interessantes garotinhos na ância de ganharem os meios de subsistência, não frequentam aulas, não se alimentam com regularidade e mesmo viciam-se em fumar, jogar palitos, etc., conforme se observa, simplesmente por falta de controle e fiscalização.*⁵⁷

A intervenção proposta pela Casa, que fora discutida pelo Conselho de Obras Sociais do Paraná, do qual o presidente da Casa era integrante, era a seguinte:

Os garotinhos engraxates só poderão exercer a profissão, com licença escrita expedida pelo Juizado de Menores. Para obterem essa licença, necessário seria que o menor apresentasse a essa autoridade, um rápido certificado de que está frequentando uma escola, que tivesse se alimentando regularmente e pelos menos uma vez, além do café que recebe em sua casa, um almoço, ou uma sôpa farta e succulenta.⁵⁸

Os pequenos engraxates, por estarem nas ruas, ofereciam também perigo à sociedade e, conseqüentemente, seriam objetos de interesse das instituições, como a Casa do Pequeno Jornaleiro, que visavam moralizá-los.

Destacamos um texto no qual a direção da Casa alertou as autoridades sobre os migrantes de Santa Catarina que vinham se estabelecer em Curitiba.

(...) nesta Capital, vem surgindo com frequência, gente pobre, de todos os quadrantes, principalmente do Estado de Santa Catarina, que imigra para o nosso Estado – **dementes, miseráveis, menores abandonados e indesejáveis**, o que já é notório, além de outros elementos pobres que voluntariamente abordam por aqui. Sem disporem de recursos suficientes, abandonam seus sítios, em busca de recursos que não encontram, caindo, em consequência e sem demora, na mais extrema miséria, culminando em esmolarem pelas ruas. Ouviram falar que na nossa Capital, os recursos são bastos e que ganha-se a vida sem nenhum sacrifício e sem precisar plantar. Ouviram dizer, que, na nossa Capital, o govêrno dá tudo: – casa, alimentação, roupas, e etc: que, nessas condições, para que fazer roça ou outro sacrifício qualquer? Urge que, quem de direito, pelo menos os departamentos em que essa gente abórda para pedir e a própria polícia, tomem providências severas, fazendo com que retornem à seus pagos, que vão fazer suas plantações e viver em seus ranchos com os recursos que por lá possuem, por que a notícia de que estão dando tudo, até casa, ninguém mais ficará em seus sítios, virão atrás de conversa, de receberem gratuitamente, todos os recursos que carecem.⁵⁹

O texto além de identificar no *outro*, pessoas oriundas de outros estados, que lhes atribuía traços negativos como: *demência, miséria, menores abandonados*, enfim os

⁵⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba. 1957. p. 32.

⁵⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba. 1957. p. 32.

⁵⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba. 1957. p. 41 a 43. Sem grifo no original.

indesejáveis, sugeria medidas severas que pudessem impossibilitar a migração. No mesmo relatório, a direção destaca meninos pobres, vindos do fluxo migratório, que procuravam abrigo na Casa.

Na Casa do Pequeno Jornaleiro, aparecem com frequência meninos de tôda aparte, analfabetos, não conhecendo nem o nosso dinheiro, em busca de internamento e investigados, dizem que eram lavradores, mas que a roça é pesada para fazer e que não dá resultados. Causa pena, vêr-se dêsses meninos: não conhecem a cidade, com misérias e desenganos, não conhecem dinheiro, analfabetos e completamente bisonhos, **impossibilitados assim, de serem recebidos na Instituição**, por não saberem distinguir os títulos dos jornais para venda e tão pouco trocar dinheiro. É necessário que seja impedida a vinda dêsses elementos do interior, que abandonam suas casinhas onde vivem em liberdade e onde possuem suas plantas e seus recursos, para virem sofrer as dolorosas misérias de uma vida diferente. Urge providências para não aumentar o número de vadios, desocupados e mendigos; quem de direito, obrigue-os a regressarem, mesmo fornecendo-lhes meios para isso, porque, caso contrário, torna-se impossível o atendimento pelas associações respectivas e pelo próprio Govêrno, de tão número de indigentes, tornando o serviço de ASSISTÊNCIA SOCIAL, incapaz de vencer a sua tarefa, por que essa massa vem constituir problemas mais complicados, mais complexos ainda, acarretando de responsabilidades, Govêrno do Estado e Juizado de Menores, principalmente. Cuidemos com mais carinho, dos nascidos e radicados na cidade, que não são poucos, dando-lhes colocações, enfim, encaminhando-os para uma existência normal e honrosa. URGE PROVIDÊNCIAS DE QUEM DE DIREITO.⁶⁰

Portanto, a Casa do Pequeno Jornaleiro restringia a entrada de menores vindos de outros estados. Neste caso em específico, ficaram claros os critérios de seleção, pelos quais a criança ao menos deveria distinguir títulos de jornais e conhecer o dinheiro.

Na foto, logo abaixo, vemos pequenos jornaleiros recém incorporados à Casa. Os menores não estavam ainda uniformizados, mas, percebe-se que estão sendo organizados em fila – as primeiras intervenções disciplinares –, provavelmente, por membros da instituição que aparecem na foto.

⁶⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba. 1957. p. 43 a 44. Sem grifo no original.

Foto 5: Grupo de menores prontos a serem incorporados.



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 23

Analisando as relações nominais de jornaleiros e ex-jornaleiros contidas em cada relatório, podemos ter uma noção do fluxo de crianças na instituição. De acordo com a tabela 1 temos indícios da quantidade de menores que ingressavam anualmente na instituição:

Tabela 1: Entrada de menores na Casa, de 1954 a 1961.

Ano	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	Média
Jornaleiros novos	62	43	59	53	69	40	53	60	54,87

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

Temos uma média de 54 pequenos jornaleiros que incorporavam anualmente na Casa, de 1954 a 1961. A quantidade expressiva de novos internos pode ser explicada, em parte, pela saída anual de pequenos jornaleiros da instituição, mas sobretudo pelo agravamento das questões sociais no período de industrialização e urbanização. Nas tabelas 2, 3 e 4, através da lista de jornaleiros e ex-jornaleiros, é possível encontrar períodos de permanência de cada pequeno jornaleiro na instituição.

Tabela 2: Período de permanência dos pequenos jornalheiros.

Permanência em anos	1954		1955		1956		1957	
	Internos	%	Internos	%	Internos	%	Internos	%
Até 1 ano	40	64,52%	15	34,88%	35	59,32%	31	58,49%
Até 2 anos	10	16,13%	19	44,19%	14	23,73%	13	24,53%
Até 3 anos	6	9,68%	5	11,63%	3	5,08%	3	5,66%
Até 4 anos	4	6,45%	3	6,98%	2	3,39%	3	5,66%
Até 5 anos	2	3,22%	1	2,32%	3	5,08%	1	1,89%
Até 6 anos	0	0%	0	0%	1	1,70%	2	3,77%
Até 7 anos	0	0%	0	0%	1	1,70%	0	0%
Total	62	100%	43	100%	59	100%	53	100%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

Tabela 3: Período de permanência dos pequenos jornalheiros.

Permanência em anos	1958		1959	
	Internos	%	Internos	%
Até 1 ano	41	59,42%	22	55,00%
Até 2 anos	12	17,39%	12	30,00%
Até 3 anos	11	15,94%	3	7,50%
Até 4 anos	4	5,80%	1	2,50%
5 anos ou mais	1	1,45%	2	5,00%
Total	69	100%	40	100%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

Tabela 4: Período de permanência dos pequenos jornalheiros (média)

Permanência em anos	Internos	%
Até 1 ano (de 1954 a 1959)	30,67	56,44%
Até 2 anos (de 1954 a 1959)	13,33	24,54%
Até 3 anos (de 1954 a 1959)	5,17	9,51%
Até 4 anos (de 1954 a 1959)	2,83	5,21%
Até 5 anos (de 1954 a 1959)	1,67	3,07%
Até 6 anos (de 1954 a 1959)	0,5	0,92%
Até 7 anos (de 1954 a 1959)	0,16	0,31%
Total (média)	54,33	100%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

Através destes dados, com base na evolução do pecúlio de cada menor, podemos concluir que a média anual, de 1954 a 1959, de menores incorporados à Casa era de 54 e destes cerca de 56,44% permaneciam até um ano e 24,54% ficavam até dois anos na Casa. Podemos, portanto, concluir, que apenas uma minoria dentre os menores permanecia mais de dois anos. Entretanto, os motivos que levavam os pequenos jornalheiros a permanecerem por pouco tempo não são explicitados nos relatórios, mas temos alguns indícios que podem nos ajudar a entender esta evasão.

A evidência da evasão anual de pequenos jornaleiros nos mostra que a disciplina aplicada na Casa do Pequeno Jornaleiro não era uma imposição absoluta, de cima para baixo, pois segundo a instituição, *a disciplina vem sendo aplicada – a de família, por que se fôr aplicada como se torna necessário, a Casa ficaria deserta – não se sujeitariam; mas se não houver, também, uma força moral bem fortalecida, até a Casa seria destruída.*⁶¹ Neste trecho, podemos perceber a preocupação da Casa em aplicar a disciplina que pudesse moralizar os menores, mas reconhece as limitações de sua aplicabilidade. Percebe-se, ainda, uma tensão entre os menores e a instituição. Alguns menores não ficavam se submetendo ao rigor disciplinar, pois *por aí avalia-se quão difícil é, praticar o bem! Preferem êsses menores, a vida liberta da rua, à sujeição de um regime familiar.*⁶²

Podemos supor que parte dos meninos que permaneciam até um ou dois anos na instituição, poderiam, portanto, ser rotulados de indisciplinados, porque fugiam ou eram expulsos pela Casa.

Estudando o cotidiano das crianças nas instituições religiosas e estatais de Pernambuco no final do século XIX, Vera Moura conclui que a fuga dos menores poderia representar uma forma de resistência a uma estrutura disciplinar, que não contemplava os seus anseios e necessidades, pois em muitos casos fugir significava uma maneira de dizer não aos maus tratos que eram submetidos.⁶³

Portanto, a evasão pode representar os limites de uma instituição disciplinar, com teor militar, para impor suas finalidades e, conseqüentemente, o cumprimento do projeto político do governo, que a instituição reproduzia em cada relatório. Assim, boa parte dos pequenos jornaleiros poderia não se enquadrar na definição foucaultiana de *corpos dóceis*, que segundo o autor, a partir da segunda metade do século XVIII, se definia como um *corpo* que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.⁶⁴

Muitos menores que ingressavam na Casa não se submetiam à disciplina militar implementada, pois os pequenos jornaleiros, como não eram presos na Casa, poderiam sair se assim desejassem. Mesmos aqueles meninos que ficavam por mais de dois anos na Casa eram corpos dóceis e disciplinados? Acreditamos que a pequena parcela que ficava por este período de tempo, permanecia não por ser um *corpo dócil*, mas por necessidades financeiras e sociais, pois poderiam sustentar famílias, além de fugir das privações em que muitos viviam.

⁶¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba. 1956. p. 17. Sem grifo no original.

⁶² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba. 1956. p. 17.

⁶³ MOURA, Vera Lúcia Braga de. **PEQUENOS APRENDIZES: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX**. Pernambuco, 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. p. 145.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Editora Vozes: Petrópolis, 2005. p. 118.

Outra questão relevante não explicitada nos relatórios da Casa do Pequeno Jornaleiro – nossa fonte – era a faixa etária com a qual os pequenos jornaleiros incorporavam. Temos indícios que a Casa abrigava meninos de 12 a 17 anos, conforme um relatório:

Com a ampliação da Casa ficou a Instituição com dois dormitórios, destinados á menores de 12 á 13 anos e á maiores de 14 á 17 anos. Medida salutar e de higiene moral que veio enriquecer a Casa. São ambos os dormitórios fartamente arejados e higiênicos, com camas beliche colocadas separadamente, umas das outras com molas, colchões, lençóis travesseiros fronhas e cobertores.⁶⁵

Uma das razões em separar grupos de pequenos jornaleiros por faixa etária e em dormitórios, era impor uma moralidade entre os menores. A Casa pretendia moralizar de todas as formas o comportamento dos menores, no trabalho diário da venda de jornais até no espaço físico pelo qual os meninos se socializavam.

A Casa explicitou a faixa etária como critério de seleção para os pequenos engraxates: (...) *abrangendo sòmente os menores de 10 à 14 anos de idade, que são os que sofrem a pressão dos engraxates maiores que infestam a Praça Zacarias, onde êsses menores não tem nem permissão de por ali passarem. São ali enxotados e até maltratados.*⁶⁶

Temos outro indício que explicita a idade de um dos menores, além de atribuir em seu nome uma numeração, muito comum em instituições militares, e descrever sua situação social. *Cada pequeno jornaleiro fez sua prova, imprimindo seus sentimentos; dentre êles destacou-se o jornaleiro nº 3, [L. J. S.], de 12 anos de idade, orfão de pae e mãe.*⁶⁷ O referido menor ingressou na Casa em 1958, portanto com aproximadamente 11 anos e saiu em 1961 com 14 anos. Permanecendo assim na instituição durante 4 anos, se enquadrava naquele grupo minoritário de meninos que permaneciam por mais de dois anos na instituição.

Em outros casos, só conseguimos determinar a idade do pequeno jornaleiro de maneira indireta e pouco precisa, através da relação dos menores contida em cada relatório que descrevia o valor da poupança de cada menino. Acreditamos que alguns meninos ingressavam com aproximadamente 10 anos de idade e poderiam permanecer, teoricamente, até a maioridade, o que na prática quase não acontecia. Entretanto de acordo com os dados levantados quase a totalidade dos menores não ficava até a maioridade, saindo da instituição antes mesmo de completá-la, neste caso teriam que aguardar alguns anos depois de sua saída para receber a poupança.

⁶⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 38.

⁶⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 34.

⁶⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 66

Não podemos afirmar qual era a idade sugerida pela Casa sobre a maioridade. De acordo com o Código de Menores vigente na época, de 1927, estabelecia a idade de 18 anos como limite para ser menor. O Código Civil de 1916, entretanto, vigente na época, estabelecia a maioridade a partir de 21 anos: *Aos 21 (vinte e um) anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil.*⁶⁸

Como foi explicado anteriormente, poucos meninos permaneciam na Casa até a maioridade. Tendo como referência o ano de 1954, percebe-se o intervalo de tempo entre a saída do pequeno jornaleiro da instituição até o recebimento do seu pecúlio, quando atingia a maioridade.

Tabela 5: Intervalo de tempo entre a saída do menor até o recebimento da poupança.

Intervalo de tempo, em anos	Quantidade de pequenos jornaleiros
0	1
1	2
2	3
3	6
4	4
5	2
6	1
7	3
Total	22

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual.** Curitiba.

Na tabela referente ao ano de 1954, num total de 22 menores pesquisados apenas 1 interno saiu ao completar a maioridade, o restante dos internos saiu antes. Temos outro indício, publicado no jornal de 1995, referente à memória de ex-internos: *Nos tempos dos veteranos, a casa só liberava 1% e as gorjetas. A maior parte dos ganhos era aplicada na poupança e só com bom comportamento saía a autorização para sacar o dinheiro aos 18 anos. Se não, só com a maioridade.*⁶⁹

Isso sugere que a Casa utilizava uma forma peculiar de recompensa e punição, aqueles considerados bons jornaleiros, se enquadrando no modelo de *jornaleiro do ano*, receberiam a poupança com 18 anos, caso contrário, a Casa poderia não recompensar os menores considerados indisciplinados, receberiam apenas quando completassem a maioridade civil.

⁶⁸ BRASIL. Lei nº 3071 (Código Civil) de 1º de janeiro de 1916. Artigo nono.

⁶⁹ **Na Casa do Jornaleiro, trabalho e educação.** Gazeta do Povo. 16 de abril de 1995. Sem grifo no original.

O pequeno jornaleiro no espaço e no tempo disciplinar

A Casa do Pequeno Jornaleiro pretendia, apesar das limitações impostas pela evasão anual discutida anteriormente, moralizar os menores, através de uma disciplina vivenciada no espaço físico da instituição.

A disposição do espaço físico dos edifícios, mesmo não utilizando a estrutura circular panóptica, assim como a localização de aberturas e acessos, pretendia possibilitar um eficaz controle da circulação de indivíduos. A hierarquia ali presente é importante, não somente pelo controle dos internos, mas também pelas suas dimensões simbólicas, representando ordenamento e organização.⁷⁰ Com base nesta definição, a Casa do Pequeno Jornaleiro apresentada em seus relatórios sugere um espaço físico organizado e moralizador, capaz de disciplinar o comportamento do menor, se enquadrando numa *arquitetura do isolamento*.

A definição de disciplina sugerida por Foucault pode significar um conjunto de métodos *que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade*. O corpo dos indivíduos, neste sentido, se tornou objeto de poder a partir da segunda metade do século XVIII. Possibilitou manipular, modelar, treinar, criar hábitos de obediência cujas forças se multiplicaram. Portanto, o corpo era alvo de *um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalar e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir* as suas operações.⁷¹

A disciplina pretendia, neste sentido, fabricar corpos *submissos e exercitados*, corpos *dóceis*, os quais poderiam ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados. A disciplina também era uma técnica racional do detalhe, pois

a minúcia dos regulamentos, o olhar detalhado das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito.⁷²

A disciplina procedia ainda à distribuição dos indivíduos no espaço, exigindo às vezes uma cerca que especificava um *local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo*. Ela não utilizava o método de clausura de maneira constante, trabalhava de maneira mais flexível, utilizando o método da localização imediata ou do quadriculamento, onde cada indivíduo teria o seu lugar e cada lugar teria um indivíduo. Segundo Foucault, *o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir*,

⁷⁰ CASTRO, op. cit., p. 24.

⁷¹ FOUCAULT, **Vigiar e punir**..., p. 117-118.

⁷² Ibid., p. 121.

pois era necessário, assim, anular o movimento *descontrolado* de indivíduos e as repartições indecisas. Através desta disciplina, pretendia-se acabar com as coagulações perigosas e inutilizáveis, estabelecendo métodos racionais de *antideserção*, de *antivadiagem* e de *antiaglomeração*.

Para Foucault, a disciplina estabelecia a presença e a ausência de cada indivíduo, criando comunicações úteis pelos quais se vigiava, a todo instante, o comportamento dos indivíduos. Logo, a disciplina organiza um espaço analítico e o distribuía de maneira racional, criando, neste sentido, um espaço útil.⁷³

Outro ponto destacado em Foucault é o aspecto homogêneo, após o século XVIII, das classes escolares, que colocavam os indivíduos uns ao lado dos outros sob o olhar disciplinar do mestre. A ordenação por fileiras se define como modelo de distribuição de indivíduos na *ordem escolar*, isto é, o espaço escolar apresenta um conjunto de

alinhamentos obrigatórios, cada aluno segundo sua idade, seus desempenhos, seu comportamento, ocupa ora uma fila, ora outra; ele se desloca o tempo todo numa série de casas; umas ideais, que marcam uma hierarquia do saber ou das capacidades, outras devendo traduzir materialmente no espaço da classe ou do colégio essa repartição de valores e méritos. Movimento perpétuo onde os indivíduos substituem uns aos outros, num espaço escondido por intervalos alinhados.⁷⁴

Portanto, a disciplina era vista como um componente básico de qualquer instituição que cuidasse de indivíduos considerados perigosos pela sociedade. Entretanto, poderia ser vivenciada de maneiras e de intensidades diferentes, dependendo da época e das finalidades de cada estabelecimento disciplinar. Na discussão acima, Foucault analisa a disciplina de instituições européias nos séculos XVIII e XIX.

Neste sentido, qual a aplicação que fazemos da disciplina inserida no espaço físico da Casa do Pequeno Jornaleiro? Na Casa do Pequeno Jornaleiro, cada menor teria sua localização, previamente estabelecida. Ora nas ruas vendendo jornais em *pontos estratégicos*, ora no interior da Casa – estudando, rezando, se alimentando e repousando. A Casa foi dividida, de maneira racional, para acolher os menores – capela de orações [foto 8], refeitório [foto 6], ambulatório médico e dentário, alojamentos, salas de aula e etc. Desta maneira, foram criados espaços úteis que procuravam *enquadrar* e *moralizar* o trabalho e o comportamento dos pequenos jornaleiros, através de uma disciplina bem específica.

Além do espaço útil, a Casa apresentava mecanismos disciplinares que pretendiam homogeneizar a instituição. Como as salas de aula e o refeitório, onde os pequenos jornaleiros

⁷³ Ibid., p. 123.

⁷⁴ Ibid., p. 126.

eram *vigiados* e circulavam com uniformes padronizados e com o mesmo corte de cabelo, criando um aspecto homogêneo, além de criar uma identidade coletiva. Para efetuar o corte de cabelo padronizado e a confecção do fardamento padrão a todos os pequenos jornaleiros, a Casa possuía em seu interior uma sala de cabeleireiro e costureiras para a *confecção* [de] *Fardamentos Cáqui, Gôrrros, Camisas, Aventais, Lençóis e Fronhas*.⁷⁵

A organização espacial da Casa do Pequeno Jornaleiro demarcava bem o espaço por onde os menores deveriam circular e permanecer, traduzindo os interesses da direção da Casa em discipliná-los e formá-los em cidadãos. A direção da Casa, ao expor as fotos 6 e 7 no seu relatório, procurou mostrar o funcionamento disciplinar da Casa, além de divulgar um espaço físico organizado, capaz de moralizar os menores ali presentes.

Foto 6: *Flagrante no Refeitório*.



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 45

Na foto vemos os pequenos jornaleiros se alimentando em um espaço específico da Casa: o refeitório. Na foto está representada uma disciplina, na qual todos os pequenos jornaleiros se alimentam uniformizados em um amplo refeitório, sem o gorro, de maneira aparentemente disciplinada, provavelmente os meninos receberam orientação de como se comportarem no momento da foto. A intenção de expor esta foto no relatório era mostrar a nítida eficácia da assistência ali praticada para os leitores que tinham acesso aos relatórios.

⁷⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 48.

Foto 7: (...) *Aspecto de uma aula.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955.** Curitiba, 1955. p. 42

A foto 7, por sua vez, nos mostra o aspecto de uma sala de aula na instituição. Nesta foto, aparecem duas professoras normalistas, uma, possivelmente, verificando a leitura de um menor, e outra utilizando o quadro negro com um pequeno jornaleiro ao seu lado. Temos um aspecto homogêneo da sala de aula, onde todos os menores estão uniformizados, sem gorro, corte de cabelo padronizado e organizados em fileiras.

Temos outra foto, que nos mostra os pequenos engraxates – que a partir de 1957 foram incorporados na instituição e seguiam as mesmas normas que os pequenos jornaleiros – na capela da instituição rezando com a presença de uma professora.

Foto 8: *Os pequenos engraxates na Capela da Casa.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 37

A Casa buscou, com esta foto, destacar a importância da religião na formação de cada criança. O fotógrafo ou a direção da instituição poderiam ter selecionado, para o registro da imagem, o exato momento em que os meninos expressavam através de seus gestos a fé em *Deus* ou poderiam ter pedido-lhes que ficassem assim.

A direção da Casa ao selecionar estas fotos e divulgá-las em seus relatórios, realizou uma escolha, pois decidiu mostrar um espaço físico organizado, onde os pequenos jornaleiros estavam sendo moralizados pela política assistencial. Em nenhum momento, nestas fotos, aparecia algo que escapasse do seu controle, o que reforça o nosso argumento da foto como *manipulação da realidade*.⁷⁶

Para tornar a sua disciplina moralizadora mais eficaz, a Casa do Pequeno Jornaleiro, com uma forma bem peculiar, realizava uma vigilância hierárquica sobre os menores, com

⁷⁶ Para Boris Kossoy, a foto é um *resultado final de uma seleção de possibilidades de ver, optar e fixar um certo aspecto da realidade primeira, cuja decisão cabe exclusivamente ao fotógrafo, quer esteja ele registrando o mundo para si mesmo, quer a serviço de seu contratante. Reside nesta seleção uma primeira manipulação/interpretação da realidade, seja ela consciente ou inconsciente, premeditada ou ingênua, esteja ela a serviço de uma ou de outra ideologia política (denunciando tensões sociais ou, pelo contrário, 'testemunhando a normalidade' de uma mesma situação apenas pela escolha de um outro ângulo mais conveniente para o falseamento dos fatos)*. (KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 107).

intuito de controlar o comportamento dos menores, para evitar as possíveis faltas e insubordinações dos mesmos.

Para Foucault, a vigilância hierárquica utilizava inclusive o *jogo do olhar*, no qual as técnicas que permitiam vigiar induziam, através de meios de coerção, os efeitos de poder. Teremos, neste sentido, uma arquitetura que vigia e permite um controle interior, articulado e detalhado, tornando visíveis os que nela se encontram. Uma arquitetura que age sobre o indivíduo, com dispositivos que o transforma, o molda e o qualifica.

O olhar disciplinar, portanto, aumentaria os efeitos possíveis da disciplina. Para aumentar sua função produtora, era necessário decompor o *olhar* em escalas menores, isto é, especificar a vigilância é torná-la funcional.⁷⁷

Neste sentido, a vigilância hierarquizada e suas subdivisões de olhares disciplinares produziam uma rede de relações de alto para baixo, de baixo para cima e lateralmente. Desta forma, o poder na vigilância hierarquizada funcionava como uma máquina, na qual o aparelho inteiro produzia poder e distribuía *os indivíduos nesse campo permanente e contínuo*. Possibilitando ao *poder disciplinar ser absolutamente indiscreto*, pois está em todo lugar, sempre em alerta, controlando *continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar*. Mas o poder disciplinar também era discreto, pois funciona constantemente e em silêncio.⁷⁸

A Casa de maneira diversa e diferente implementou uma vigilância sobre os meninos, na qual *a conduta dos pequenos vendedores é fiscalizada ininterruptamente, tanto no interior do estabelecimento como na rua, por pessoas da administração da Casa*.⁷⁹

A vigilância implementada apresentava graus de hierarquia e era executada pelo corpo funcional da instituição, especificado nos relatórios como *peçoal interno e diretoria*. Mais especificamente, eram empregados *guardas disciplinadores* e quatro *fiscais* [foto 9 e 10]. Estes últimos, especificados no relatório de 1954, eram designados *chefes de turmas*.

Comparando os nomes dos fiscais com os nomes dos *pequenos jornaleiros* da Casa, verificamos que eram os próprios menores que ocupavam esta função – no final de cada relatório havia uma relação de pequenos jornaleiros e o valor da poupança de cada interno, conforme explicado anteriormente. Percebemos, ainda, que o valor da importância acumulada de cada *fiscal* era superior aos demais jornaleiros – o valor em dinheiro acumulado por cada pequeno jornaleiro durante a sua permanência na instituição era retirado apenas após a sua

⁷⁷ FOUCAULT, *Vigiar e punir...*, p. 146.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 148.

⁷⁹ **1º aniversário da fundação da Casa do Pequeno Jornaleiro**. Gazeta do Povo, 27 de dezembro de 1944.

maioridade. Com estes dados, deduzimos que os fiscais eram pequenos jornaleiros que permaneciam por um período relativamente longo na instituição, aquilo que a direção da Casa denominou de *antiguidade*.

A hierarquia é um dispositivo muito comum nas instituições militares e até em alguns estabelecimentos para menores, como o Instituto João Pinheiro em Minas Gerais. A Casa do Pequeno Jornaleiro, através da hierarquia, representava uma instituição disciplinar para meninos, onde poucos poderiam ser promovidos a chefes de turmas, devido à evasão e porque poucos menores permaneciam na instituição por alguns anos. A função destas promoções era garantir uma vigilância mais eficiente e efetiva. Conforme indício elucidativo, logo abaixo, que evidencia um pequeno jornaleiro na função de fiscal:

O herói do ano. **Jornaleiro número 1 em antiguidade, exerce as funções de Fiscal nº 1 e chefia a turma 1.** Ingressou na Casa em 31 de Dezembro de 1951. É órfão de mãe. Não vive às expensas do pai e auxilia a sua Madrinha (...). Demonstrou sempre, bom comportamento, sendo de compleição sadia e está apto para enfrentar a vida em suas lutas. Foi alfabetizado na Instituição, na Escola Manoel Ribas recebendo diploma do 4º ano primário e continua [sic] recebendo assistência completa – alimentar, escolar, médica, dentaria e religiosa e como produto de seus esforços e de seu trabalho, é possuidor da Caderneta da Caixa Econômica ‘Depósitos Populares’ (...) com o total de Cr\$ 64.297,60, caderneta essa, instituída por esta Casa que foi criada pela saudosa Senhora ANITA RIBAS e que é protegida pela Senhora HERMÍNIA ROLIM LUPION⁸⁰

O trecho grifado é um indício de que os internos eram divididos por turmas – entretanto, não sabemos como eram feitas essas divisões e nem os seus critérios – e chefiados por fiscais. Sendo assim, haveria uma recompensa aos pequenos jornaleiros mais antigos, aqueles que permaneciam um longo período na Casa. Os mais *antigos e merecedores* eram promovidos em fiscais, cuja função era vigiar os pequenos jornaleiros mais *novos*.

Outro fator que poderia motivar a direção da Casa em designar pequenos jornaleiros mais antigos para cuidar dos restantes era a experiência que os fiscais deveriam ter na venda de jornais e de como se comportar, dentro dos preceitos morais estabelecidos pela Casa. Podendo facilitar, assim, além do controle cotidiano, a educação moral do trabalho organizado, tão citado nos relatórios da Casa, pois os fiscais poderiam ensinar os mais novos a vender jornais de acordo com os preceitos estabelecidos pela Casa.

A Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro também apresentava uma divisão por turmas, o que nos sugere que o objetivo em dividir os menores por turmas era manter um controle mais eficaz sobre os meninos.

⁸⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 88. Sem grifo no original.

A Casa fica na Rua do Livramento; é muito grande e muito boa. Nós temos roupa, comida, estudos de graça e nos domingos tomamos banho de piscina e jogamos fottball. Levantamos às cinco horas toda a manhã, fazemos ginástica e depois estudamos até dez horas. Em seguida, vamos para a oficina onde aprendemos o ofício que mais nos agrada. **Todo o tempo é dividido em turmas. Eu saio para a rua às duas horas para vender a edição final** e só volto para a hora do jantar, às sete e meia.⁸¹

Neste trecho, depoimento de um pequeno jornalista impresso na revista Sombra de 1943, sugere, que, além do controle, a venda de jornais era feita por turmas, para atender as edições matutinas e vespertinas com as exigências filantrópicas da Casa. Neste sentido, explicaria o horário regulado e dividido por turmas de pequenos jornalistas, isto é, enquanto alguns vendiam jornais pela manhã, outros estavam estudando na Casa e vice-versa, pois todos os jornalistas vendendo jornais pela manhã e pela tarde poderia comprometer o serviço filantrópico da Casa. Conforme trecho já citado no capítulo anterior que sugere esta divisão: *Hoje, faz gosto ver a marcha de legião de jornalistas, nos horários de circulação dos jornais, quando para as redações dirigem-se a receber para venda, as folhas matutinas, ou vespertinas, pela manhã ou às horas da tarde.*⁸²

Estas evidências nos sugerem que a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba dividia os menores em turmas, fiscalizadas por pequenos jornalistas mais antigos nas funções de fiscal, para vender jornais em horários alternados nas ruas. Isso explicaria em parte, como veremos no capítulo seguinte, porque as aulas eram ministradas em diferentes horários.

O jornalista número 1 citado na fonte como *herói do ano* teve, conforme a tabela 6, a seguinte evolução de pecúlio na instituição:

Tabela 6: Pequeno Jornaleiro e evolução anual de pecúlio.*

Ano	Valor	%
1953	13327,80	
1954	21494,70	61,28%
1955	32242,80	50,00%
1956	47268,60	46,60%
1957	64297,60	36,03%
1958	67421,00	4,86%
1959	70696,00	4,86%
1960	72357,50	2,35%
1961	74058,10	2,35%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

⁸¹ Apud SIMILI, op. cit., p. 110. Sem grifo no original.

⁸² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 27.

* Os valores que aparecem na cor negra representam o período em que o menor esteve na Casa. A cor vermelha representa o período que o menor não se encontrava mais na Casa. Baseei-me nas listas contidas em cada relatório.

Com base na evolução de pecúlio, é possível perceber a trajetória do referido jornalista na instituição, ele permaneceu por pelo menos 5 anos na Casa – como vimos anteriormente nos indícios analisados poucos menores permaneciam por este período. Nestes anos, em que esteve na Casa, teve uma evolução de pecúlio de 48,48 % em média – ou seja, o menor trabalhou durante pelo menos cinco anos na instituição, se enquadrando na proposta pedagógica da Casa – e o restante dos anos, de 1958 a 1961, o seu pecúlio sofreu acréscimo motivado, em média 3,60%, provavelmente, pelas taxas de juro anual da Caixa Econômica Federal. O elogio proferido pela citação se refere ao ano de 1957, provavelmente este era o último ano do jornalista fiscal na Casa, corroborando a nossa afirmação que as promoções poderiam ser motivadas pela antiguidade, não eliminando outros critérios não explicitados nas fontes.

Outro destaque era a denominação numérica que cada menor recebia. No exemplo anterior, o menor era denominado *Jornaleiro número 1*. Outros jornalistas, que aparecem nos relatórios, eram também especificados por um número. Portanto cada menor tinha uma numeração, era submetido a uma rígida disciplina, era uniformizado, poderia ser promovido e também poderia ser punido, tudo isto como parte da proposta disciplinar da Casa.

Segundo o relatório da Casa – que expôs a visita, realizada em 1950, de alguns deputados e vereadores na instituição, impressa originalmente no diário da Assembléia – *a assistência disciplinar também é digna de menção. Estão ali destacados guardas civis que atendem solicitamente aos pequenos jornalistas.*

Portanto, através de dispositivos disciplinares – pelos quais guardas civis e pequenos jornalistas que ocupavam funções de fiscal eram inseridos –, a Casa fiscaliza os menores, com intuito de moralizar os pequenos jornalistas principalmente pelo trabalho, conforme o mesmo trecho da citação anterior:

Antigamente, sabíamos nós que os jornalistas estavam completamente desorganizados eram constituídos de **meninos indisciplinados**, faltosos e até malcriados. No entanto, êsse panorama se **modificou** e verificamos hoje que o vendedor de jornal é um menino solícito, atencioso e de **ótimo comportamento**. Foi êsse o resultado que já se pode observar em nossos dias, obtido pela Casa do Pequeno Jornaleiro. (...) fazendo com que esses meninos sejam bem educados e se tornem sobretudo honestos.⁸³

A moralização, neste trecho, significava que o menino deveria ter um ótimo comportamento, ser atencioso, ser honesto, ser disciplinado, ter respeito e ser responsável. Estes eram atributos morais que a Casa impunha na formação dos menores, mas, como vimos,

⁸³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 19-20. Sem grifo no original.

nem todos estavam dispostos a receber esta educação *moral*, preferindo assim sair da instituição no seu primeiro ano de ingresso, evidenciando as limitações do projeto disciplinar da instituição. Pois, alguns pequenos jornaleiros não eram meninos passíveis que poderiam facilmente ser manipulados pela disciplina, podiam reagir às imposições da Casa em tudo aquilo que não lhes agradava.

A ação de vigiar necessita a presença indispensável e constante do pessoal especializado que, devido à sua função, se distingue dos demais. Hipoteticamente, na Casa havia distinções entre os membros, fiscais (chefes de turmas) e guardas disciplinadores, que vigiavam os pequenos jornaleiros, por usarem, segundo as fotos impressas nos relatórios da Casa, um quepe e não um gorro – peça integrante do fardamento do pequeno jornaleiro [foto 9 e 10].

Foto 9: *Grupo de Jornaleiros bem integrados na Instituição*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 45

Nesta foto todos estão fardados e mostra uma determinada hierarquia entre os meninos. Os pequenos jornaleiros, maiores, que provavelmente ocupavam as funções de chefe de turma estão em uma posição de destaque na parte superior da foto. São quatro meninos usando quepes, em vez de gorros como os demais. O que demonstra diferenciações dos demais pequenos jornaleiros.

A legenda desta foto, *Grupo de Jornaleiros bem integrados na Instituição*, sugere que os pequenos jornaleiros já estavam inseridos na prática disciplinar e moralizadora da Casa, com orientações militares, simbolizada pela homogeneidade do uniforme e na formação das fileiras. O objetivo de colocar esta foto no relatório com esta legenda era mostrar ao seu público leitor que a Casa cumpria sua finalidade filantrópica.

Na foto 10, abaixo, vemos três menores com quepe ao lado do presidente da instituição. Este posicionamento não era provavelmente aleatório, poderia simbolizar uma hierarquia, pois os pequenos jornaleiros com funções de fiscal estavam perto do coronel, que muitas vezes era simbolizado como comandante.

Foto 10: *Grupo de Pequenos Jornaleiros já incorporados e integrados na Casa do Pequeno Jornaleiro.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 25

Nesta foto, vemos o presidente da instituição no centro, representando um comandante dos pequenos jornaleiros. O presidente da instituição tinha certo carisma entre os menores, que o chamavam de *coronel Costinha*. No trecho abaixo – parte do documento produzido em 2004 por um ex-pequeno jornaleiro, direcionado ao governador do Paraná, pelo qual reclamava do fechamento da Casa – evidencia a representação paternal do coronel Alfredo da Costa presente na denominação *Coronel Costinha*.

Mas, faço-o, principalmente: In Memoriam e – como Justíssima Homenagem à saudosa Senhora ANITA RIBAS – Fundadora da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, e, do saudoso Coronel ALFREDO FERREIRA DA COSTA – **para nós, o ‘Coronel Costinha’**, que muito bem a presidiu durante 19 anos e – por questões de saúde, resignou o seu mandato em 1962 – juntamente com a Diretoria da Instituição. Mas, só o fez, depois de transferi-la ao ESTADO, EM DOAÇÃO, garantindo a ‘continuidade perpétua da obra para fins a que foi criada’! ...⁸⁴

Portanto, a direção da Casa procurou demonstrar, nestas fotos, a organização na qual os menores estavam inseridos. A hierarquia e a promoção, presentes implicitamente nestas fotos, eram um instrumento disciplinar que a instituição utilizava para recompensar os *bons jornaleiros*. A recompensa presente nas promoções era um reconhecimento pelo exercício constante daquelas qualidades consideradas necessárias ao bom trabalhador.

A vigilância hierárquica também estava presente nas sugestões do presidente da Casa que pretendia intervir no comportamento do menor rotulado de *vadio*. Ressaltamos que o conceito *vadio* significava uma condenação social, porque os menores, estando fora do ambiente familiar e optando em viver nas ruas, eram vistos como uma ameaça à sociedade capitalista.⁸⁵

Dar-se ao Juizado de Menores um prédio amplo, não distante do centro da cidade. Nêsse prédio, em alas bem dispostas seriam localizados os Órgãos Técnicos do Juizado; em anexo, um Pensionato com sala de refeições, dormitórios, instalações sanitárias, escola, tanto para meninos como para meninas; serviço de enfermagem; ainda mais: **um corpo de ‘Comissários Secretos’ e um veículo apropriado. Assim, se um Comissário deparasse com um menor vadio, seguiu-lo, discretamente, com seu carro e, sem escândalo, nem provocação de alarma, com rapidez, apreendê-lo conduzindo-o ao Pensionato do Juizado.** Aí, prestaria êle, suas declarações; seus pais ou responsáveis seriam chamados para esclarecimentos e até mesmo para a constatação de seu próprio **desajustamento social**. Segundo as circunstâncias apuradas, o menor seria imediatamente assistido no Pensionato com vestiário, alimentação, tratamento médico e etc. e encaminhado à escola. O ‘Visitante Assistente’ então buscaria colocação para o menor, considerando o seu sexo, idade, e aptidões, em casas de comércio, em escritórios, em casas de família, aonde poderiam prestar pequenos serviços, tais como: entregas de pacotes, retirar e postar correspondência, recados, pagem, e etc.. Êsses menores e seus responsáveis seriam fichados advertidos e instruídos a respeito de sua responsabilidade, sobre as consequências de não cumprimento honesto de seus misteres. E no caso de não procederem correta mente [sic], ou de voltarem à vadiagem ou de se mostrarem avessos às determinações que se lhes dêsem, ou incorrigíveis, seriam encaminhados à um Reformatório de disciplina mais severa e regime de maior vigôr.⁸⁶

Este trecho sugere uma vigilância nos moldes panópticos, através da qual os *comissários secretos* estariam vigiando os *menores vadios* de maneira discreta. O trecho

⁸⁴ Documento apresentado ao Governador do Estado do Paraná. Curitiba, 22 de setembro de 2004. p. 3. Sem grifo no original.

⁸⁵ MOURA, op. cit., p. 121.

⁸⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba. 1957. p. 30-31. Sem grifo no original.

sugere também o trabalho como estratégia para moralizar o comportamento dos menores e a disciplina mais severa para enquadrar os meninos que, por algum motivo, não aceitavam as imposições colocadas pelo trabalho.

Além da hierarquia vivenciada no espaço físico da Casa, a instituição impunha aos menores um tempo útil e disciplinar, os quais eram obrigados a cumprir. Eram horários regulados que determinavam quando o menor poderia trabalhar, estudar, se alimentar, rezar e dormir.

Nos séculos XVIII e XIX, o tempo disciplinar, analisado por Foucault, apresentava mecanismos de exatidão e de aplicação, com os quais pretendiam intervir no corpo, através de um controle minucioso de poder. O objetivo em construir um tempo útil era garantir a qualidade do tempo empregado, ou seja, o bom emprego do corpo permitiria um bom emprego do tempo, evitando assim que o corpo ficasse ocioso e inútil.

A disciplina colocava *o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo*, extraíndo dele *sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis*. Portanto, a disciplina pretendia fragmentar, reordenar e racionalizar o tempo, tornando-o útil.⁸⁷

Thompson, por sua vez, discute o conceito *tempo disciplinar* suscitado pelo capitalismo industrial na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. O historiador, diferente de Foucault, tem outros objetivos em estudar o tempo disciplinar, através de uma abordagem centrada nas especificidades culturais. Em seu artigo, *Tempo, Disciplina de trabalho e Capitalismo Industrial*, discute as mudanças provocadas pelo capitalismo industrial nos costumes tradicionais. Mecanismo pelo qual suscitou alterações nos ritmos de trabalhos irregulares (tempo cultural, geralmente vivenciado por comunidades de pescadores e rurais que trabalhavam ao ritmo da natureza, como clima e marés.) por uma disciplina de trabalho regular e racional (tempo disciplinar da fábrica).

As indústrias criaram códigos específicos para governar e regular a força de trabalho *rebelde*, estabelecendo os horários específicos que os trabalhadores deveriam seguir, isto é, a fábrica, através da disciplina, empregou o *uso-econômico do tempo*.

Portanto, o capitalismo industrial para se consolidar criou vários dispositivos disciplinares, como folha de controle do tempo, controlador do tempo (no qual supervisores fiscalizavam, registravam e controlavam a entrada e saída dos trabalhadores), delatores e multas, tanto moralistas e capitalistas criticavam a ociosidade, o tempo gasto fora do trabalho.

⁸⁷ FOUCAULT, **Vigiar e punir**..., p. 129-131.

A escola também fez o *uso-econômico do tempo*. Segundo Thompson, havia reclamações de moralistas sobre crianças *vadias* e *esfarrapadas* que desperdiçavam tempo em vadiagem pelas ruas de Manchester. Havia elogios às escolas de caridade por ensinarem às crianças o trabalho, a ordem e a regularidade. As crianças deveriam obedecer ao rigor dos horários no interior da escola. Era, portanto, um tempo disciplinar, pois, uma vez no seu interior, a criança deveria necessariamente seguir seu horário. A educação era, portanto, um mecanismo para adquirir o hábito do trabalho. As crianças se tornavam mais tratáveis e obedientes e menos *briguentos* e *vingativos*.⁸⁸

Portanto, em uma sociedade capitalista madura, todo o tempo deveria ser consumido, negociado, utilizado, pois a ociosidade era uma *ofensa* ao capitalismo. Desta forma, o capitalismo industrial regularizou o ritmo de trabalho – através de vários mecanismos, como: divisão e supervisão do trabalho; multas; sinos; relógios; incentivos em dinheiro; supressão dos feriados populares e dos esportes. Criou-se uma racionalidade nas horas de trabalho, com intervalos regulares de almoço e supressão da flexibilidade de horários, provocando, assim, uma diferenciação explícita entre o trabalho e a vida do trabalhador.

Guardando as devidas proporções históricas, os pequenos jornaleiros estavam também submetidos a um tempo disciplinar no interior e no exterior da instituição. O objetivo da Casa em criar um tempo regular era para tornar sua assistência filantrópica mais eficaz no tratamento do menor, evitando que ele assim ficasse ocioso, conforme indício:

Na instituição, os pequenos jornaleiros tomam o leito para dormir, entre 21 e 22 horas e levantam às 4 e meia da madrugada. Não dormem demais e dispostos, enfrentam as intempéries! Bem pensado, o Pequeno Jornaleiro é um herói. E assim, centenas e centenas de menores foram recuperados, recebendo completa assistência médica, dentária, cultural, religiosa, alimentar, etc...⁸⁹

O horário das refeições era estabelecido da seguinte maneira: às 6 horas havia café, leite e pão, às 11 horas havia o almoço e finalmente das 18 horas às 19 horas o jantar.⁹⁰ A Casa, a partir de 1957, também incorporou pequenos engraxates que seguiam a seguinte rotina:

(...) recebem instrução e alimentação adequadas, isto é, que recebam almoço às 11 e meia horas e em seguida freqüentem as aulas da Instituição, das 12 às 14 horas (...), lhes fornecerá a Casa, dessa mesma forma, a 'banca de engraxate' padronizada, suprida dos objetos necessários para exercerem as suas funções, como escovas, escovinhas, pastas, tintas, e ainda, guarda-pó, gôrrô, naturalmente não consentindo que os mesmos se apresentem em público sem estarem calçados, proporcionando-lhes também outros recursos de assistência de que tanto necessitam, como

⁸⁸ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 289-292.

⁸⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 26.

⁹⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 40.

assistência médica, dentaria e religiosa. (...) Assim (...) proporcionará à classe dos pequeninos engraxates, rápida assistência, dando-lhes um princípio de educação, ordem, organização, pontos determinados de trabalho, com a simples obrigação de almoçarem e freqüentarem as aulas da CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA, fornecendo ainda, aos mesmos, caderneta especial vizada por quem de direito, afim de serem identificados e controlados no cumprimento do dever, sendo também registrados na Instituição, que anotará suas freqüências ou faltas, principalmente às aulas. Essas medidas e providências que foram postas em práticas no dia 1º de agosto, tiveram boa repercussão em nossa sociedade e no espírito público, por conduzir um certo número de meninos ao trabalho, afastando-os do vício deprimente de esmolarem.⁹¹

Além de impor um tempo regular, a Casa procurava moralizar o trabalho dos pequenos engraxates, com controles de faltas e identificação. As normas estabelecidas pretendiam, além de integrar os meninos a um trabalho organizado, controlar os pequenos engraxates para que se afastassem dos vícios que a rua, segundo a instituição, propiciava.

Para Zarankin, existe uma associação entre o tempo e o espaço, tendo como base a relação do tempo e o espaço escolar. Segundo o autor, *não é possível ir à escola a qualquer momento: pelo contrário, há um horário e um lugar de funcionamento. Há também um tempo interno que é subdividido em tempos fixos, de duração variável, vinculados a espaços físicos.*⁹²

O trabalho exercido pelos pequenos jornaleiros era organizado por uma disciplina rígida e controlado através de um tempo útil e regular, conforme trecho do relatório que nos mostra a rotina de trabalho realizado pelos menores. A Casa, além de especificar a rígida rotina, também solicitou a população para comprar jornais de seus internos.

Assim sendo, essa Instituição cuja existência grandemente deve a vossa altruística cooperação, apela para que amplifiquéis a vossa obra, preferindo os jornais e revistas dos Pequenos Jornaleiros, **esses pequenos heróis que pela madrugada ainda arrostando as intempéries, suportando estoicamente a impiedade do frio cortante, do sol e da chuva, proclamando as notícias do dia**, bem fazem jús à vossa magnanimidade já tão celebrada no Brasil inteiro.⁹³

Portanto, os pequenos jornaleiros eram submetidos ao tempo disciplinar. Os menores trabalhavam pela parte da manhã ou tarde (começando de madrugada) e freqüentavam *sem interrupção as aulas diurna e noturna.*⁹⁴ Aos sábados eram *ministradas aulas puramente católicas, destinadas ao preparo eficiente e convicto, para as comunhões que se levam a efeito, fazendo dos meninos – católicos de verdade – tornando-os dóceis e crentes em nosso DEUS.*⁹⁵

⁹¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957.** Curitiba, 1957. p. 46.

⁹² ZARANKIN, op. cit., p. 70.

⁹³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956.** Curitiba, 1956. p. 28. Sem grifo no original.

⁹⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955.** Curitiba, 1955. p. 44.

⁹⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957.** Curitiba, 1957. p. 73.

Portanto, o tempo organizado pela Casa apresentava uma conotação moral, que pretendia manter o menor ocupado, evitando que o mesmo ficasse ocioso. Para isso, o pequeno jornaleiro deveria trabalhar, estudar, rezar, se alimentar e dormir em horários específicos e estabelecidos pela instituição.

O departamento de educação da Casa do Pequeno Jornaleiro era também estruturado por um tempo disciplinar. A Casa, através de professoras normalistas que ensinavam os menores a ler e a escrever, organizava séries separadas uma das outras por provas graduadas, determinando programas específicos que deveriam necessariamente desenrolar-se em cada série.

A estrutura de ensino era dividida em 5 séries (ensino primário), onde os pequenos jornaleiros de cada série, ao final do ano letivo, eram submetidos, por uma banca examinadora designada pela Diretoria Geral de Ensino do Estado, a provas orais e escritas. Após os resultados, era realizada uma cerimônia de entrega de certificados e diplomas aos alunos aprovados e, conseqüentemente, promovidos para séries mais avançadas, conforme trecho:

Nos dias 18, 19 e 20 de Novembro e 2, 3 e 4 de Dezembro, tiveram lugar os exames finais da 1^a, 2^a, 3^a, 4^a e 5^a séries. Com bancas examinadoras perfeitamente organizadas e com questões elaboradas dentro dos programas oficializados pelo ensino do Paraná. Os resultados foram magníficos; foram aprovados para a segunda série, 13 alunos; para a terceira série, nove alunos; para a quarta série, nove alunos e para quinta série, nove alunos e oito, concluíram o curso, ingressando no pré-ginasial. (...) No dia 14 de dezembro, às 13 horas, em cerimônia realizada com a presença das respectivas professoras e do presidente da Instituição, foram as aulas (...) encerradas, fazendo-se (...) entrega de diplomas aos alunos que concluíram curso e de atestados aos promovidos de classe.⁹⁶

O diploma com suas respectivas notas era um instrumento de poder que pretendia comprovar o grau de aprimoramento moral e intelectual de cada pequeno jornaleiro. Conseqüentemente, de maneira implícita, o menor que não pudesse comprovar o seu aprimoramento intelectual nas provas, além de não receber os certificados, não poderia ser promovido de turma.

A entrega de diploma era realizada com festividades, conforme trecho intitulado *Exames escolares e entregas de diplomas*:

Ao findar a cerimônia, aquelas dignas professoras encerraram as aulas do ano letivo, fazendo farta distribuição de bombons aos Pequenos Jornaleiros. Falou, ao terminar a cerimônia, pela Diretoria da Casa, o seu Presidente, que, com palavras simples, louvou as referidas professoras, pela dedicação, assiduidade e muito carinho com

⁹⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 85-86.

que se desempenharam no corrente ano, dando provas de modernas educadoras, face os brilhantes resultados alcançados.⁹⁷

A cerimônia de entrega de diplomas tinha um objetivo pedagógico, pois os menores aprovados, exibindo seus diplomas, como veremos no próximo capítulo, tornavam-se exemplos para os demais. A direção da Casa se esforçava para torná-la um fato marcante para dar lições de vida aos pequenos jornaleiros.

Bons e maus jornaleiros

A Casa do Pequeno Jornaleiro criou valores com atributos morais que, através da disciplina militar, poderiam diferenciar e qualificar pequenos jornaleiros como bons e maus. Os bons jornaleiros, representando uma pequena parcela de menores que incorporavam anualmente, poderiam ser promovidos como chefes de turma, além de terem uma grande visibilidade nos relatórios. Diferentemente dos menores que, a instituição admitia não poder corrigir, não tinham a mesma visibilidade e estavam inseridos na significativa parcela que não permanecia na Casa por mais de um ano. Estes meninos, portanto, poderiam implicitamente ser denominados como maus jornaleiros e estavam sujeitos a micropenalidades impostas pela Casa que visava a moralização dos pequenos jornaleiros.

Era recorrente a partir dos séculos XVIII e XIX a utilização nas oficinas, nas escolas e no exército de vários tipos de micropenalidade. Nestes estabelecimentos funcionava a micropenalidade do tempo que reprimia atrasos, ausências e interrupções de tarefas. Funcionava também uma micropenalidade da atividade que reprimia desatenções, negligências e falta de zelo. Nestes espaços existia também uma micropenalidade da maneira de ser que punia grosserias e desobediências. E por fim, uma micropenalidade do corpo e da sexualidade que reprimia atitudes incorretas, consideradas sujas e indecentes.⁹⁸

A micropenalidade poderia implementar, também, *toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações*, isto é, tornar penalizáveis as frações mais imperceptíveis de conduta e empregar *uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar*, levando ao extremo todos os mecanismos para punir os mínimos desvios.⁹⁹

Cabe aqui o conceito foucaultiano de *desvio*, que era tudo aquilo que se afastava ou era inadequado à regra. Desta forma, o desvio se inscrevia na penalidade disciplinar, e o castigo, neste sentido, teria a função de reduzi-lo e corrigi-lo.

⁹⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 40.

⁹⁸ FOUCAULT, **Vigiar e punir...**, p. 149.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 149.

Outro conceito adjacente a micropenalidade era a *punição*, que significava um mecanismo com dois elementos: gratificação e sanção. A punição, neste sentido, poderia qualificar o comportamento e o desempenho dos indivíduos a partir de dois valores opostos, o bem e o mal, ou seja, o aparelho disciplinar, através de castigos e recompensas, estabelecia classificações entre os *bons* e *maus* indivíduos.

A *disciplina*, portanto, recompensaria exclusivamente pelo jogo das promoções que permitiam hierarquias e lugares, e punia com mecanismos que possibilitavam rebaixar e degradar. A penalidade tinha a função de normalizar, porque possibilitava comparar, diferenciar e relacionar desempenhos e comportamentos entre os indivíduos, além de hierarquizar, homogeneizar e excluir estas pessoas enquadradas no espaço disciplinar.

O conceito *exame* combinava técnicas de hierarquia e de sanção que possibilitava vigiar e normalizar, gerando um controle normalizador e uma vigilância que permitia qualificar, classificar e punir os indivíduos. O exame estabelecia, assim, sobre as pessoas uma visibilidade através da qual elas eram diferenciadas e sancionadas.¹⁰⁰

A Casa do Pequeno Jornaleiro utilizou um mecanismo disciplinar específico que apresentava característica de uma micropenalidade sutil, cujo objetivo era moralizar os pequenos jornaleiros e corrigir os seus mínimos desvios, conforme indício elucidativo na entrevista de um ex-interno.

Na época da disciplina rígida, a palmatória e os castigos eram coisas comuns, principalmente aos que voltavam do trabalho [sic] com débitos. Para os que não fechavam as contas entre o número de exemplares vendidos e o total de dinheiro arrecadado, a punição era polir os talheres enferrujados com areia. Trabalho que durava uma tarde, segundo os ex-jornaleiros, que depois colocavam novamente os talheres na água para enferrujar e servir de castigo para o próximo.¹⁰¹

A finalidade específica deste castigo era corrigir os mínimos desvios que poderiam ocorrer no trabalho diário dos menores, conforme mencionado na fonte acima. Este castigo tinha uma finalidade pedagógica que pretendia educar o menino para ser responsável, zeloso e atento ao seu trabalho, virtudes consideradas como necessárias ao bom trabalhador e cidadão. Assim, o pequeno jornaleiro não poderia ser desatento, não poderia lesar os clientes e, conseqüentemente, não poderia trazer prejuízos financeiros para a Casa.

O castigo com teor pedagógico foi analisado também por Veiga e Faria, que estudaram o Instituto João Pinheiro. Para estes autores o castigo tem uma função pedagógica porque moraliza e disciplina o corpo e o espírito dos menores. No que se refere

¹⁰⁰ Ibid., p. 150 a 154.

¹⁰¹ **Casa do Jornaleiro completa 50 anos.** O Estado do Paraná, 29 de dezembro de 1993. Sem grifo no original.

a este último aspecto, uma das principais formas de punição era o exercício, fosse este constituído de frases a serem recopiadas milhares de vezes (frases estas relacionadas ao motivo da punição), fosse constituído de tarefas a serem executadas nos horários de descanso e naqueles de passeio, por exemplo.¹⁰²

O trabalho diário de venda de jornais nas ruas, antes da instalação da Casa, poderia gerar alguns problemas. Para Simili, com base na revista Serviço Social de 1940, editada no Rio de Janeiro,

os jornaleiros eram figuras simpáticas e populares, que viviam nas ruas das cidades gritando os nomes dos jornais e que a sociedade procurava ajudar, comprando deles os jornais. Entretanto, escondia-se no pequeno jornaleiro um problema social, visto que ‘todo delinqüente foi, em seus dias de menino, jornaleiro e engraxate’. Embora o trabalho desses menores fosse considerado importante porque necessário à família e muitos fossem seu arrimo ou suplementassem as despesas com os ganhos obtidos nessa atividade, o meio em que os jornaleiros viviam, as ruas, era perigoso e favorável ao desenvolvimento de vícios, como os jogos, a bebida, o cigarro e as práticas de pequenos delitos, tais como: ludibriação e o roubo de clientes.¹⁰³

O trecho acima se refere aos pequenos jornaleiros da cidade do Rio de Janeiro, mas pode servir de base para compreender o trabalho diário dos pequenos jornaleiros em Curitiba. Os atributos imorais que a venda de jornais poderia trazer foram combatidos com a instalação da Casa. No caso específico do ritual punitivo de limpar talheres enferrujados era para evitar, além das desatenções na venda de jornais, os desvios que pudessem ocorrer. Nos casos de pequenos delitos como ludibriações e roubos de clientes, a Casa hipoteticamente poderia utilizar a prerrogativa de expulsar os pequenos jornaleiros, como foi mencionado.

Portanto, para controlar o comportamento de cada menor, a Casa se valia da prerrogativa de punir ou de premiar os pequenos jornaleiros. Alguns que foram premiados pela Casa tinham a seguinte visibilidade:

(...) sendo órfão de mãe, ingressou na Casa em 1953, analfabeto e sem recursos. Coursou a Escola ‘Manoel Ribas’, da Casa do Pequeno Jornaleiro, onde, com aproveitamento, recebeu certificado de quarto ano primário. Teve assistência médica, dentária e religiosa. Deixou a Casa em dezembro de 1958, por ter obtido emprego. Em 8 de abril de 1961, tendo atingido a maioridade, recebeu sua Caderneta (...).¹⁰⁴

Pelos relatórios da Casa é possível perceber o destaque dado a alguns pequenos jornaleiros descritos como *jornaleiros do ano*. A Casa destacava as condições sociais do menor ao ingressar na instituição, a eficácia do seu serviço filantrópico na moralização do seu

¹⁰² VEIGA e FARIA, op. cit., p. 89.

¹⁰³ SIMILI, op. cit., p. 96.

¹⁰⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 58.

comportamento e, finalmente, as condições pelas quais ele deixou a Casa, inserido no mercado de trabalho.

O ex-jornaleiro elogiado no relatório de 1961 é o mesmo elogiado no relatório de 1957. Este pequeno jornaleiro recebeu dois elogios. No primeiro foi considerado pela Casa, no relatório de 1957, *herói do ano* – na ocasião este jornaleiro exercia a função de fiscal – e no relatório de 1961 foi considerado *jornaleiro do ano* e recebia, nesta oportunidade, a sua caderneta por ter atingido a maioridade. Entretanto, nos dois trechos existem dados contraditórios, no primeiro trecho nos fala de seu ingresso em 1951 e no último em 1953. Mas pela análise feita pelas listas de jornaleiros percebemos que se trata da mesma pessoa.

Além do jornaleiro do ano, temos o pequeno jornaleiro I. S. que teve seu elogio impresso no relatório da instituição.

Típico Jornaleiro de Curitiba. Foi internado na Casa, em 19 de fevereiro de 1953, juntamente com seu irmão [L. S.]. É órfão de pai e desconhece o paradeiro de sua progenitora. Alfabetizado na Instituição, prestou recentemente exame do quarto ano primário, tendo sido aprovado com distinção. É portador de Caderneta da Caixa Econômica (...) com um depósito de Cr\$ 44.416,00, produto de seu esforço como Jornaleiro exemplar que é.¹⁰⁵

Os elogios expostos nos relatórios eram estratégias de premiar os *bons jornaleiros*. Estes eram elogiados em público, pois os relatórios eram distribuídos para alguns indivíduos, incluindo além de jornalistas, que davam publicidade dos mesmos em suas colunas.

Juntamente com o trecho do relatório, temos a foto do jornaleiro I. S. [foto 11] semelhante a um pequeno soldado, caracterizado pelo uniforme, na prática cotidiana de venda de jornais.

¹⁰⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 41.

Foto 11: I. S.



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 41

No caso em específico, o objetivo em expor a foto era para endossar o discurso presente no texto (nota 105), pois o menor estava representado na foto como o trabalhador almejado pela instituição. A expressão utilizada no texto, *típico jornalista de Curitiba*, sugere que a maioria dos menores ingressos na Casa tinha estas peculiaridades e que estaria cumprindo integralmente a sua assistência filantrópica na moralização de praticamente todos os pequenos jornalistas ali assistidos.

Foi possível também encontrar indícios da trajetória do jornalista I. S., acima citado, com base na evolução de seu pecúlio, conforme tabela abaixo:

Tabela 7: Evolução anual de pecúlio do jornaleiro I. S. *

Ano	Valor	%
1953	6321,60	
1954	16978,60	168,58%
1955	29301,20	72,58%
1956	44416,00	51,58%
1957	58033,10	30,66%
1958	60840,70	4,84%
1959	63802,40	4,87%
1960	66836,40	4,76%
1961	66836,40	0%
1962	66836,40	0%

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

Os dados nos permitem a seguinte leitura, o menor ingressou na Casa em 1953 e teve no final do mesmo ano o valor correspondente a Cr\$ 6321,60, oriundo da venda de jornais. No ano de 1954 o valor do pecúlio depositado teve um acréscimo de 168,58% com relação ao ano anterior, em 1955 teve um aumento de 72,58% e, finalmente, em 1957 (possivelmente sua saída) teve um acréscimo de 30,66%. De 1958 a 1960, o menor provavelmente já não estava mais na instituição, por isso o acréscimo foi de apenas 4,84%, referente aos juros anuais. E em 1961, ao adquirir maioridade, recebeu o valor de Cr\$ 66.836, 40.

Em outro exemplo, o ex-pequeno jornaleiro L. S., denominado pela instituição de *jornaleiro do ano* – irmão do jornaleiro I. S. citado anteriormente –, foi também elogiado, inclusive tendo a citação das suas *palavras elogiosas* ao receber o seu pecúlio.

Ingressou na Casa, em 19 de fevereiro de 1953. Analfabéto, órfão de pai e abandonado. De bom comportamento e obediente, permaneceu nesta Instituição até 11 de março de 1959. Foi alfabetizado, recebeu completa assistência médica, dentária, escolar e religiosa. cursou até o 4º ano primário, fez a primeira comunhão, deixando a Casa por ter sido empregado e é hoje [1960], **proprietário de uma banca de jornais**, comerciando por sua própria conta. Tendo completado maioridade, recebeu a sua caderneta da Caixa Econômica (...), produto de seu esforço. A entrega da caderneta foi feita por intermédio do Dr. CARLOS STERNEBERT DO VALE, Diretor Gerente da ‘Gazeta do Povo’, que ouvindo [o pequeno jornaleiro], êste, além de outras declarações elogiosas à Casa, disse: – Faço um apêlo a todos os jovens que tiveram a desdita de enfrentar problemas como o meu: – busquem instituições como a Casa do Pequeno Jornaleiro que elas há de amparar e dirigir os passos, por um futuro melhor.’¹⁰⁶

* Os valores que aparecem na cor negra representam o período em que o menor esteve na Casa. A cor vermelha representa o período que o menor não se encontrava mais na Casa e, finalmente, a cor azul representa o valor já restituído pelo ex-jornaleiro, devido à sua maioridade. Baseei-me nas listas contidas em cada relatório explicado na introdução. Nas tabelas 6, 7 e 8, utilizamos também a mesma formatação.

¹⁰⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 27-28. Sem grifo no original.

O pecúlio do pequeno jornalista L. S. teve uma trajetória similar a de seu irmão, conforme tabela abaixo:

Tabela 8: Evolução anual de pecúlio do jornalista L. S.

Ano	Valor Bruto	% de rendimento
1953	6888,90	
1954	16679,80	142,13%
1955	27260,20	63,43%
1956	41383,90	51,81%
1957	59904,40	44,75%
1958	64101,30	7,01%
1959	67215,00	4,86%
1960	67215,00	0%
1961	67215,00	0%
1962	67215,10	0%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual**. Curitiba.

Tais valores sugerem que o menor permaneceu de 1953 até 1957, ou até meados de 1958, devido ao acréscimo de 7,01% de seu pecúlio neste ano, mas difere do trecho da nota 106 que afirmou que o mesmo permaneceu até 1959. L. S., após um ou dois anos que saiu da instituição, adquiriu, devido à sua maioridade, a sua poupança. Supomos que tenha recebido seu pecúlio com 18 anos, o menor teria, portanto, ingressado na Casa com aproximadamente 11 anos e saiu com 15 anos da instituição por ter sido absorvido pelo mercado de trabalho.

Existe neste trecho uma pequena contradição, a atividade profissional que o ex-pequeno jornalista exerceu, de proprietário de banca de jornais. As bancas de jornais e revistas, naquele momento, estavam se multiplicando no centro de Curitiba, provocando discursos repulsivos por parte da Casa, assim descrito:

Continuam infestando a cidade, as malfadadas bancas de jornais. Diariamente, instalam-se novas bancas, pelo centro e subúrbios da cidade. Pelo meio de praças, nas ruas, em casas particulares, nos botequins, enfim, como verdadeira praga, aparecem afrontando a nossa Instituição e os pequenos jornalistas. Decresce, diariamente, por esse motivo, a venda de jornais e revistas e o desânimo domina o pequeno jornalista, que no fim da estafante jornada, regressa à Casa, triste, vencido e cheio de encalhes. Tende a Casa do Pequeno Jornalista, a encerrar as suas atividades e também de prestar benefícios à essas pobres criaturas desprotegidas da sorte. É necessário que o senhor Prefeito Municipal não facilite instalações de novas bancas, que de qualquer forma, são inconvenientes, porque enfeiam a cidade, impedem trânsito e dificultam a vida dos pequenos jornalistas, porque as bancas procuram sempre e ocupam pontos de maior trânsito, usurpando lugares ocupados por pequenos jornalistas, que são enxotados desses pontos mais vendáveis. Os chamados banqueiros, inescrupulosos, procuram subornar os meninos, vendendo a eles os seus encalhes e quando nada obtêm, insultam, implicam e lhes prejudicam.

– Um apêlo ao Senhor Prefeito Municipal, será inútil, os ‘banqueiros’ são eleitores...¹⁰⁷

O que nos chamou mais atenção era o fato dos dois trechos estarem no mesmo relatório e nas mesmas páginas. Pois, os *jornaleiros do ano* eram modelos que a Casa colocava nos relatórios que se traduziam nos bons resultados filantrópicos da instituição. Porém, o seu ex-interno premiado exerceu, ao sair da Casa, uma atividade condenável pela instituição, pois se tornava um dos seus concorrentes.

Entretanto, encontramos indícios que poucos jornaleiros apresentavam uma trajetória similar, pois boa parte dos pequenos jornaleiros não permanecia por mais de um ou dois anos. Neste sentido, hipoteticamente, nem todos os menores que ingressavam na instituição estavam dispostos a se submeter à disciplina da Casa. Os menores poderiam ser rotulados de *indisciplinados* que, segundo trecho abaixo, não era possível *corrigi-los*.

Há, porém meninos, isto é necessário confessar, que não se compreende e por isso não se pode corrigir. Esses são casos especialíssimos, pois preferem dormir ao relento e se alimentarem com restos de frutas apanhadas nos caixões das feiras, a um internamento, para receberem com todo o conforto, a educação familiar. **Êsses não se consegue corrigir, porque culminam em abandonar a Instituição, fugindo à nossa ação.**¹⁰⁸

A instituição considerou os casos de rebeldia e evasão como especialíssimos. Aquele menor que não se enquadrasse ao modelo idealizado seria considerado especialíssimo, dando a entender como raro ou minoria. Diferente do típico, que sugeria que a maioria dos pequenos jornaleiros estaria enquadrada nos modelos. Mas pela análise realizada, encontramos indícios que parte considerável de menores não permaneciam muito tempo na instituição. Mas, não sabemos os motivos pelos quais estes menores saíam da Casa. Para ilustrar alguns, destacamos o menor S. M. que ingressou na Casa em 1954 com 12 ou 14 anos e já no ano seguinte, pela evolução de seu pecúlio, teria saído da instituição. Percebemos também que o menor recebeu a sua poupança em 1961, após 6 anos em que deixou a Casa. Em nenhum momento teve elogios semelhantes aos citados anteriormente. Segue abaixo, mais exemplos:

¹⁰⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 28.

¹⁰⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 09-10. Sem grifo no original.

Tabela 9: Evolução anual de pecúlio: de 1954 a 1962.

	S. M.	%	M. S.	%	P. S.	%	J. P.	%	J. B.	%
1954	4818,10		3336,80		93,70		689,10		103,40	
1955	5060,00	5,02%	3504,20	5,02%	98,40	5,02%	723,90	5,05%	108,50	4,93%
1956	5316,50	5,07%	3681,50	5,06%	103,30	4,98%	760,40	5,04%	113,90	4,98%
1957	5585,60	5,06%	3867,80	5,06%	108,40	4,94%	798,80	5,05%	119,60	5,00%
1958	5868,30	5,06%	4063,50	5,06%	113,80	4,98%	839,10	5,05%	125,50	4,93%
1959	6165,30	5,06%	4269,10	5,06%	119,50	5,01%	881,50	5,05%	131,80	5,02%
1960	6477,30	5,06%	4485,10	5,06%	125,40	4,94%	926,00	5,05%	138,30	4,93%
1961	6477,30	0,00%	4712,10	5,06%	131,70	5,02%	972,80	5,05%	145,20	4,99%
1962	6477,30	0,00%	4712,10	0,00%	131,70	0,00%	972,80	0,00%	145,20	0,00%

	O. M.	%	H. C.	%	C. E.	%	O. C.	%	M. O.	%
1954	83,40		50,00		140,00		62,50		120,00	
1955	87,50	4,92%	52,40	4,80%	146,50	4,64%	65,60	4,96%	125,60	4,67%
1956	91,80	4,91%	55,00	4,96%	153,80	4,98%	68,80	4,88%	131,90	5,02%
1957	96,30	4,90%	57,70	4,91%	161,50	5,01%	72,20	4,94%	138,40	4,93%
1958	101,10	4,98%	60,50	4,85%	169,60	5,02%	75,80	4,99%	145,30	4,99%
1959	106,10	4,95%	63,50	4,96%	178,10	5,01%	79,50	4,88%	152,60	5,02%
1960	111,40	5,00%	66,60	4,88%	187,00	5,00%	83,40	4,91%	160,30	5,05%
1961	116,90	4,94%	69,90	4,95%	196,30	4,97%	87,50	4,92%	168,40	5,05%
1962	116,90	0,00%	69,90	0,00%	196,30	0,00%	87,50	0,00%	168,40	0,00%

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual**. Curitiba.

De acordo com a tabela 9, pela qual colocamos a evolução do pecúlio de alguns pequenos jornaleiros que ingressaram em 1954, percebemos que após o ano de 1955 o acréscimo foi de, aproximadamente, 5%, referente aos juros anuais. Tudo indica que estes jornaleiros permaneciam na instituição por até um ano, justificado pela evolução de seu pecúlio (com exceção do ano de 1962 que não foi computado o acréscimo bancário devido à produção do relatório ter sido em agosto, diferente dos anos anteriores que foi em dezembro). Estes menores tinham hipoteticamente um comportamento diferente dos jornaleiros que recebiam elogios por parte da Casa, os quais permaneciam por mais tempo.

Neste sentido, havia uma diferenciação entre aqueles menores disciplinados e os indisciplinados. Mas podemos interpretar de outra maneira, hipoteticamente, eram menores que ingressavam na Casa e não aceitavam serem submetidos a uma rígida disciplina e, assim, preferiam sair da Casa, como forma de estratégia de sobrevivência. Esta também pode ser pensada, ao contrário, como uma maneira em que o menor preferiu ingressar na instituição, fugindo das possíveis privações pelas quais vivia.

Os jornaleiros premiados tinham seus nomes em um painel de madeira [foto 12 e 13], visível a todos da Casa. Provavelmente, além de receber a poupança, eram considerados jornaleiros disciplinados, pois seus nomes estavam em destaque junto aos *fundadores* da instituição: *Ainda hoje se vê na sala do diretor (...), os nomes de importantes pessoas que colaboraram na época para a criação e manutenção da Capejo. Estão num painel de madeira, todo entalhado, e que em tempos idos deve ter ocupado lugar de maior destaque na casa.*¹⁰⁹ Portanto, eram jornaleiros premiados que serviam de exemplo, pois seus nomes estavam para serem vistos pelos demais integrantes da Casa.

Foto 12



Fonte: acervo do Museu Paranaense

Na foto 13 logo abaixo, nos mostra especificamente o espaço reservado na moldura destinada a expor os nomes dos jornaleiros premiados. Provavelmente os *bons jornaleiros* tinham este espaço de visibilidade para servir de exemplos para os demais menores.

¹⁰⁹ **Jornaleiros**. Revista Rumo Paranaense, setembro de 1982, p. 29.

Foto 13



Fonte: acervo do Museu Paranaense

As fotos 12 e 13 nos mostram uma moldura de madeira, toda talhada, medindo aproximadamente 1,75 m de altura com 2,00 m de largura. O brasão das armas fica no centro e tem em sua volta a descrição *Casa do Pequeno Jornaleiro*. Logo abaixo, temos as descrições *Quadro de Honra, Beneméritos, Ex^{ma} Snr^a D^a Anita Ribas e Ex^{mo} Snr. Manoel Ribas*. Em volta das descrições, há os ramos de café e de erva mate. No lado esquerdo da moldura, temos a descrição *Jornaleiros premiados* e logo abaixo um espaço reservado aos nomes dos pequenos jornaleiros. *

Os *bons* jornaleiros eram recompensados de várias maneiras: elogio em público, colocação do nome no quadro de honra, promoção de chefes de turma. O mesmo não ocorria com os jornaleiros que a Casa não conseguia corrigir, pois não tinham a mesma visibilidade da dos *jornaleiros do ano*.

A necessidade de transformar menores abandonados em trabalhadores, cidadãos disciplinados, moralizados, conscientes dos seus direitos e deveres, exigia do diretor, das professoras, dos religiosos e demais funcionários da Casa, a manutenção de um ambiente disciplinar que levasse os menores a se comportarem, no interior da instituição, como se desejassem que os meninos se comportassem mais tarde, no mundo do trabalho. Essa estratégia era o principal objetivo dos prêmios e recompensas, que reconheceriam pelo exercício constante dos atributos considerados necessários ao bom trabalhador, tornando-se um exemplo para os demais. Sendo assim, a recompensa seria atribuída ao bom jornaleiro que, ao sair da Casa, seria também um bom cidadão. A recompensa sendo algo visível, um fato importante, funcionaria como uma estratégia pedagógica utilizada para dar lições aos

* Os objetos das fotos fazem parte do acervo do Museu Paranaense.

menores.¹¹⁰

Podemos concluir que a Casa do Pequeno Jornaleiro se enquadrava na política pública mais ampla, ao sabor de um projeto político recorrente na época, transformar meninos pobres em cidadãos dóceis. Mas isso significava que efetivamente a Casa produzia corpos dóceis? A permanência de um menino na Casa poderia ser medida pelo seu grau de docilidade? Boa parte dos pequenos jornaleiros não ficava por muito tempo, evidenciando as limitações desta política, pois não estavam dispostos a se submeterem à disciplina moralizadora da Casa e preferiam fugir da instituição. Entretanto, a pequena parte dos menores que ficava por mais tempo, que tinham visibilidade nos relatórios, eram mais dóceis que a maioria? Acreditamos que a permanência de vários anos de alguns pequenos jornaleiros era devido mais pelas suas reais necessidades, como fugir das possíveis privações e contribuir na sustentação familiar que muitos eram também responsáveis.

Conforme um documento que foi produzido por um adulto, ex-pequeno jornaleiro, que nos mostra a sua experiência vivida antes de ingressar na Casa. Este documento nos sugere que muitos menores ingressavam na instituição motivados pelas reais necessidades que passavam.

Na minha infância, em Ourinhos – SP, fui ‘bóia-fria’ – cortador de cana de açúcar e carpideiro de café, no Vale do Parapanema. O caminhão a ‘céu aberto’ apanhava-nos às 5 horas da manhã e nos devolvia por volta das 20 horas – isto quando não quebrava na estrada!!! ... Fui também ‘catador do lixo’ (alumínio, ferro, fio de cobre) para vender, ajudando meus pais, já falecidos nos sustento de meus numerosos irmãos !... Cursei a ‘escola da vida’ até os 9 anos e 4 meses de idade, quando então, em 18/02/1957 – tive a grata felicidade de ter sido matriculado na Escola Estadual ‘Virgínia Ramalho’, em Ourinhos – assim como: em 18/01/1962, a feliz oportunidade de acolhimento – na CAPEJO [Casa do Pequeno Jornaleiro], em Curitiba (...) E, em 5 de dezembro – graças à Casa, ingressar na Companhia Força e Luz do Paraná – hoje Companhia Paranaense de Energia – COPEL, aposentando-me em 31 de agosto de 1995 – como Gerente da Divisão de Cultura e Esportes da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social.¹¹¹

A experiência vivida de cada pequeno jornaleiro era diversa e complexa. Neste sentido, a permanência dependia muito mais das complexidades da vida de cada um, de suas escolhas, se a política da Casa atendia suas necessidades, do que a simples eficácia da Casa na produção de corpos dóceis, facilmente manipulados pela disciplina. Além disso, estas evidências podem nos sugerir que a disciplina e a ordem não são sempre experimentadas como algo positivo e negativo pelos indivíduos.

No capítulo seguinte pretendemos discutir com mais profundidade cada serviço

¹¹⁰ VEIGA e FARIA, op. cit., p. 88-89.

¹¹¹ Documento apresentado ao Governador do Estado do Paraná. Curitiba, 22 de setembro de 2004. p. 7.

implementado pela instituição – religioso; médico; odontológico e pedagógico entre outros. Principalmente a estratégia pedagógica do trabalho e sua implicação na formação dos menores, relacionando, ainda, o paternalismo e o moralismo na construção de valores que, necessariamente, deveriam direcioná-los ao trabalho.

Terceiro Capítulo

‘A Nação caminha pelos pés das crianças’.

‘Proteger e educar os menores, é um dever de todos os brasileiros’¹

O objetivo deste capítulo é analisar a construção ideológica do trabalho imposta pela Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e os seus serviços especializados que visavam a assistência e a moralização dos pequenos jornaleiros ali incorporados. Neste sentido, podemos problematizar os seus objetivos filantrópicos e políticos e verificar em que medida a Casa estava inserida, com grau de aproximação ou de afastamento, nas políticas sociais mais amplas.

Nos relatórios da Casa é recorrente a exposição dos objetivos, principalmente na parte direcionada ao Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, através dos quais o presidente da Casa afirmou que

dezenas de pequenos jornaleiros estiveram sob a tutela da ‘Casa’. Esta (...) proporcionou-lhes amparo moral e material; prestou-lhes assistência contínua, discreta mas insinuante, buscando moldar-lhes o caráter, orientando-os para o Bem e contornando os óbices que geram os recalques e complexos.

A Casa do Pequeno Jornaleiro, enfim, Senhor Ministro, tem procurado fazer jús ao seu título de ‘Instituição de Utilidade Pública’, **transformando pequenos ‘marginais’, prováveis futuros delinquentes, em cidadãos úteis à coletividade.**²

Quando a Casa foi criada em 1943, os pequenos jornaleiros já trabalhavam como vendedores de jornais e suas situações não eram de vadiagem, mas perigosas, pois estando nas ruas poderiam oferecer perigo à sociedade. A direção da Casa enfatizou, no trecho acima, que sua finalidade era a transformação de *pequenos marginais* em *cidadãos*. Este discurso moralizador e utilitarista era recorrente naquele período, fazendo parte do projeto político ideológico do governo e do discurso filantrópico, que pretendia recuperar os indivíduos considerados perigosos e inúteis em cidadãos trabalhadores que poderiam desta forma serem aceitos socialmente.

Para tentar cumprir sua finalidade filantrópica a Casa oferecia *toda a assistência aos seus internados, como seja: alimentar sadia, com suficiencia não racionada; - Assistência*

¹ CASA DO PEQUENO JORNALERO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 11.

² CASA DO PEQUENO JORNALERO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. p. 65. Sem grifo no original.

[sic] *Escolar; Assistencia Medica; Assistencia Dentaria; Assistencia Religiosa.*³ Além dos serviços especializados, a Casa implementava o trabalho disciplinado – com certo teor pedagógico –, através do qual os pequenos jornaleiros vendiam jornais pelas ruas.

As finalidades filantrópicas da Casa foram reproduzidas também pelo meio jornalístico, como o artigo de Heitor Stockler de França * transcrito no relatório da instituição: (...) *Impressiona, sobretudo, no quadro das atividades permanentes, como se cuida do corpo e da alma dos pupilos, através de perfeito serviço médico-dentário e de assistência escolar e religiosa, com excelentes resultados práticos.*⁴

Neste sentido, em que medida os serviços especializados da Casa poderiam cumprir integralmente ou parcialmente as finalidades filantrópicas e as do projeto político nas quais a instituição se inscrevia? No capítulo anterior vimos que boa parte dos pequenos jornaleiros não permaneciam por mais de um ano na instituição, sugerindo, neste sentido, que o alcance dos objetivos moralizadores era limitado diante da resistência e do interesse de boa parte dos meninos que ali passavam.

A construção do trabalho e do trabalhador brasileiro.

A Casa do Pequeno Jornaleiro foi criada, primeiramente em 1940, no Rio de Janeiro por Vargas e, posteriormente em 1943, em Curitiba pelo interventor Manoel Ribas. Esta instituição foi criada pelo Estado Novo e se enquadra em um conjunto mais amplo de medidas pelo qual Vargas pretendia intervir nos problemas gerados pela pobreza – na qual o menor se inscrevia –, vista como fator que proporcionava o *atraso* no Brasil.

Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, nas décadas de 1930 e 1940 podem ser compreendidas como *revolucionárias* com relação à questão do trabalho no Brasil, devido basicamente a dois fatores: a criação de uma legislação específica que regulamentava o mercado de trabalho no Brasil e a construção de uma ideologia política voltada à valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro.

Durante muitos séculos, no Brasil e no contexto mundial, a pobreza significava um fato inevitável e até útil, pois representava um estímulo ao trabalho. A pobreza começou a ser

³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 30.

* De acordo com o relatório da Casa de 1960, Heitor Stockler de França era poeta, escritor e jornalista que se destacou nos meios sociais, literários e jornalísticos. Também era cronista do Diário da Tarde e trabalhou na rádio Tinguí. De acordo com este relatório, França era um dos leitores dos relatórios da instituição.

⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960.** Curitiba, 1960. p. 16.

identificada como perigosa e incômoda, portanto não útil, no contexto do desenvolvimento capitalista, mais precisamente no mercado de compra e venda da força de trabalho.⁵

Especificamente no contexto brasileiro, a identificação da pobreza sofrerá mutações após a Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, intelectuais e políticos realizavam reflexões sobre as causas e conseqüências negativas da pobreza e suas implicações nos problemas econômicos e sociais. Portanto, a pobreza deixava de ser útil e inevitável. As razões da pobreza eram apontadas pelos intelectuais como *ignorância* e ineficiência do Estado diante deste problema. Para resolvê-lo, segundo a concepção daquela época, era necessária a intervenção do poder público nestas demandas sociais.

A crise do liberalismo econômico no final da Primeira Guerra Mundial provocou a revisão, em muitos países, do papel do Estado na sua relação com a sociedade e suscitou a busca de soluções alternativas para os problemas sociais. A resposta dada aos problemas daquela época *se deu através da configuração de um Estado intervencionista, tendo à frente um líder carismático que se dirigiu às massas e introduziu uma política social com vistas a evitar as 'revoluções populares'*. A política de massas implementada pelo Estado Novo se impôs no Brasil em contraposição à crise do liberalismo e como promessa de inserção do país no *mundo novo*.⁶ Neste sentido, o Estado Novo representaria a *ruptura* com o passado liberal e pretendia introduzir as novas bases sociais e políticas para o país. Assim, os diagnósticos da elite intelectual sobre as soluções dos problemas no Brasil eram direcionados para uma nova modalidade de intervenção estatal: a necessidade da regulamentação do mercado de trabalho. A intervenção consistia, além na organização do mercado de trabalho, livrando-o dos distúrbios provocados por greves, também no combate à pobreza que simbolizava todos os problemas nacionais.

As ações intervencionistas – como demonstrações da intensidade e atualidade dos problemas sociais que foram diagnosticados pelos intelectuais e políticos – provocaram medidas, entre outras, de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na criação da Justiça do Trabalho. Também, foram evidenciadas estratégias políticas e ideológicas no combate à pobreza, centralizadas na valorização do trabalho. A superação dos graves problemas sociais e econômicos no Brasil era assegurar à população brasileira uma forma *digna* de vida – pois as causas mais profundas

⁵ GOMES, Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 151.

⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 141 a 143.

dos problemas sociais eram o abandono da população pobre. Assegurar a vida digna à população pobre significava, portanto, conduzi-la ao *trabalho*. Para superar a pobreza era necessário *promover o homem brasileiro e defender o progresso* e a paz no Brasil. Estes objetivos unificavam em outra meta: *transformar o homem em cidadão / trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação*. Estes eram os postulados marcantes do Estado Novo, a valorização do trabalho e do trabalhador brasileiro.⁷

A política trabalhista tinha como principal meta a eliminação da miséria e a garantia dos direitos dos trabalhadores, atendendo, neste sentido, as suas reivindicações. No entanto, os problemas sociais só poderiam ser resolvidos com a criação de um poder executivo forte, dotado de instrumentos específicos no *atendimento das questões sociais e com capacidade para proteger as massas, organizá-las e controlá-las*.⁸

O projeto político do Estado Novo pretendia, então, transformar uma sociedade agrária e rural em uma nação industrializada e unificada. Para transformar o Brasil em um país industrializado, implicava na *organização de uma força de trabalho disciplinada e de mecanismos de controle social para segurar a ordem*.⁹ A *ordem* e o *progresso* eram as principais aspirações do Estado Novo. Somente a centralização do poder estatal poderia auxiliar a industrialização e promover a justiça social.

O trabalho, desvinculado da situação de pobreza, era interpretado pelo governo como modo ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. A implementação dos direitos sociais, no Governo Vargas, estaria ligada a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão fundamental da revalorização do homem brasileiro. O trabalho deveria ser, portanto, o direito e o dever de todo brasileiro, uma obrigação para com o Estado e a sociedade, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.

O *progresso* e a *civilização* eram interpretados pelo Estado Novo como produtos do trabalho. Neste sentido, criam-se políticas de amparo ao cidadão brasileiro. Porque a legitimidade do arranjo institucional de dominação do Estado não pode acontecer simplesmente pela manipulação ou repressão políticas, *mas precisa deixar raízes em práticas*

⁷ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 152.

⁸ CAPELATO, op. cit., p. 155.

⁹ Ibid., p. 145.

*que incorporem – mesmo em bases mínimas – interesses e valores concretos dos que estão excluídos do poder.*¹⁰

A manipulação ideológica, recorrente em vários estudos, como explicação única para adesão das classes trabalhadoras aos regimes autoritários é questionada por Capelato. Segundo a autora, *a origem rural e conseqüente ausência de experiência política, a falta de maturidade e a ausência de consciência de classe explicariam a adesão dos trabalhadores a um líder carismático e demagogo.* Neste sentido, sugere, por meio de análises mais profundas sobre o tema da adesão, *que a manipulação de massas através da propaganda obtinha resultados quando acompanhada de benefícios reais aos trabalhadores.*¹¹

Para o Estado Novo, somente o trabalho poderia constituir-se em medida de avaliação do *valor social* das pessoas e em critério de justiça social. Só o trabalho poderia ser um princípio orientador das ações de um Estado democrático, isto é, de um Estado administrador do bem comum. A ascensão social direcionava o futuro do homem, ligado ao trabalho *honesto*, que deverá ser necessariamente despido de seu conteúdo negativo.

O trabalho precisava ser visto como uma criação fundamentalmente *humana*, ou seja, uma criação que *dignificasse e espiritualizasse* o homem. Para isso, era necessário criar uma política de organização científica do trabalho que pudesse encontrar o equilíbrio entre a mecanização da produção, necessária à industrialização, e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro. Esta política, segundo os ideólogos do Estado Novo, era impossível de ser realizada em uma democracia liberal.

O Estado Novo, ao implementar a política de *revalorização* do trabalho, enfrentava a questão social, não como uma questão operária, como um problema de todos os brasileiros e de todas as classes, *já que são trabalhadores todos aqueles que produzem, que colaboram com o valor social de seu trabalho.* Desta forma, o trabalhador, *homem do povo*, não era visto apenas como uma *máquina de produção*, mas como um ser humano, interpretado com uma *célula vital do organismo pátrio*. Na concepção do Governo Vargas, o trabalho não era apenas um meio de sobrevivência, mas um meio de *servir à pátria.*¹²

Portanto, durante a vigência do Estado Novo, pautado pela ideologia do trabalho, o imaginário social foi preparado para conceber o trabalho como elemento fundamental para o *progresso da nação*. O trabalhador brasileiro passou a ser sinônimo de cidadão brasileiro, o novo cidadão da *democracia social* idealizada pelo governo, diferentemente dos

¹⁰ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 153.

¹¹ CAPELATO, op. cit., p. 141-142.

¹² GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 156.

desempregados, dos mendigos, dos criminosos ou dos subversivos, adversos ao trabalho, que foram colocados para o lado de fora da política social. A aproximação entre o Governo Vargas e os trabalhadores foi uma estratégia política encontrada para buscar a *legitimação do regime que, sustentado pela legislação trabalhista, pôde manter o governo ‘estável’ às sombras de uma ‘democracia social’, em que o novo ator era o trabalhador.*¹³

As políticas implementadas desde 1930 e, sobretudo, após 1937, tentaram legitimar um diálogo entre a elite e o povo brasileiro que durante a República Velha, segundo os idealizadores do Estado Novo, seria difícil de se realizar, devido à ausência de contato *harmonioso* entre governantes e governados. A ideologia do trabalho, neste sentido, essência do projeto do Estado Novo, era construída pelo mito da outorga, que entre o Estado e o povo existiria um *pacto social*. O povo procurava, assim, a autoridade e mostrava as suas necessidades básicas para ela, que, por sua virtude e benevolência, as concedia, cabendo, em troca, aos trabalhadores retribuírem a *doação do chefe do Estado* com o seu trabalho, pois, somente assim, o Brasil poderia alcançar o almejado desenvolvimento. Desta maneira, o trabalhador obteria por meio da outorga (doação) do Estado — que se antecipava e elaborava a legislação — sem lutas, os seus benefícios. Em troca, o brasileiro encarado como cidadão e trabalhador oferecia seu apoio e obediência ao governo.¹⁴

A ideologia da outorga procurava difundir a idéia de que os avanços sociais implementados pelo governo teriam sido *doações*. Com isso, segundo Fonseca, procurou-se *escamotear uma série de reivindicações dos trabalhadores e suas lutas de mais de duas décadas, reforçando a visão paternalista do governo Vargas, tão presente entre nós até hoje.*¹⁵

O Estado Novo pretendia, deste modo, ser um regime *Todo Orgânico*, uma *nação* associada à imagem de um *corpo uno*, indivisível e harmonioso, cabendo ao trabalhador a *doação* de seu trabalho, para alcançar o desenvolvimento nacional. O Estado pretendia criar uma *identidade nacional*, a imagem de uma *Nação Una*, onde o *Nós* seria vitorioso sobre o *EU*.¹⁶

Entretanto, para ser cidadão, naquele contexto, dependia do seu enquadramento a certos critérios previamente estabelecidos. Este enquadramento estava diretamente relacionado ao

¹³ TOMAIM, Cássio dos Santos. “**Janela da Alma**”: Cinejornal e Estado Novo — fragmentos de um discurso totalitário. Franca, 2004. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista. p. 82.

¹⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 226 et seq.

¹⁵ FONSECA, Cristina M. Oliveira. “**Modelando a ‘cera virgem’: a Saúde da criança na política social de Vargas**”. Niterói, 1990. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. p. 31.

¹⁶ TOMAIM, op. cit., p. 84-85.

direito social. Ambos, cidadania e direitos sociais, eram atrelados ao trabalho, reconhecido pelo Estado, ou seja, uma *cidadania regulada*, onde

(...) são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas* e *definidas* em lei. A extensão da cidadania se faz, pois via regulamentação de novas profissões e/ ou ocupações em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. (...) A associação entre cidadania e ocupação proporcionará as condições constitucionais para que se inflem, posteriormente, os conceitos de marginalidade e de mercado informal de trabalho, uma vez que nestas últimas categorias ficarão incluídos não apenas os desempregados, os subempregados e os empregados instáveis, mas igualmente, todos aqueles cujas ocupações por mais regulares e estáveis, não tenham sido ainda regulamentadas. (...) Se era certo que o Estado devia satisfação aos cidadãos, era este mesmo Estado quem definia quem era e quem não era cidadão, via profissão.¹⁷

Portanto, para o indivíduo pobre ser reconhecido como cidadão precisava necessariamente ser trabalhador e deste modo poderia usufruir dos direitos sociais oferecidos pelo governo. Pois, o critério para ser cidadão era o vínculo do indivíduo ao trabalho reconhecido pelo governo, excluindo o direito à cidadania para os desempregados, os criminosos, os mendigos, que eram considerados marginais e não-cidadãos.

As discussões em torno do trabalho infanto-juvenil ganhavam novas formas com a legislação trabalhista criada no Governo Vargas. As crianças poderiam trabalhar desde que seu trabalho fosse legalizado pelo Estado. Assim, as atividades profissionais não reconhecidas pelo governo representavam uma ameaça ao *progresso* do país e à ordem pública. Uma das profissões não reconhecidas pelo governo era o jogo do bicho, considerado uma contravenção. Caso crianças exercessem esta atividade poderiam ser presas pela polícia e encaminhadas ao Juizado de Menores.

O conceito de cidadania carregou também implicações que se refletiram na forma de ver a infância. Enquanto objeto de políticas sociais, a criança foi enquadrada como um pré-cidadão. Neste sentido, ela se tornou alvo de atenção do Estado na medida em que simboliza um futuro cidadão, futuro trabalhador, que deveria ser moldado de acordo com os ideais da época.

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba se insere no projeto político ideológico do governo no que tange a valorização do trabalho e do futuro trabalhador, construída durante a

¹⁷ SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987. p. 68 e 70. Grifo no original.

ditadura varguista e que aparece com certa freqüência nos relatórios da instituição mesmo após o fim do Estado Novo, como no trecho do relatório de 1955.

A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA, Estado do Paraná, como decorre de dados estatísticos e informativos retro, continuou, durante o ano de 1955, o programa que se propoz cumprir em seu Estatuto constitutivo, promovendo o bem-estar, o amparo, e o aprimoramento moral e intelectual de varias dezenas de menores, concorrendo, dest'arte, para a prevenção da delinquência infantil e, além disso para a formação de futuros cidadãos úteis à coletividade da qual serão, logo mais, células vivas¹⁸

A citação sugere a preocupação da Casa, além da prevenção da delinquência infanto-juvenil, em formar meninos para o trabalho. Os menores trabalhavam na venda de jornais em horários e espaços estabelecidos pela instituição. Cada menor recebia uma quantia de jornais e revistas que eram vendidas pelas ruas de Curitiba. Parte da renda proveniente de revistas e jornais era destinada aos pequenos jornaleiros e era organizada da seguinte maneira:

Destinam-se aos menores, a renda proveniente das vendas de revistas e jornais. (...) Dos lucros auferidos pelos Pequenos Jornaleiros são retirados de cada um, a importância de Cr\$ 100,00, mensalmente e entregues aos seus pais ou responsáveis, em quinzenas de Cr\$ 50,00, como Assistência aos mesmos e o restante, recolhidos á Caixa Econômica Federal vencendo juros e obedecendo condições de não poderem ser retirados, nem mesmo pela Instituição, e nem pelos seus pais ou tutores e sim, sòmente pelos próprios menores, depois de atingirem a maioridade. Os recolhimentos á Caixa Econômica Federal, das importâncias, são feitos mensalmente, pela Tesouraria da Instituição, em cuja guarda se acham as cadernetas que têm os juros contados anualmente. Todos os menores tem cadernetas.¹⁹

A Casa possuía um funcionário que organizava especificamente a venda de jornais. No relatório de 1958 destacou, na parte *reconhecimento ao pessoal interno*, um suboficial da reserva que exercia *as funções de auxiliar de escrita, cobrador e distribuidor de revistas e jornais*.²⁰ Este militar, provavelmente, auxiliava a direção na organização do trabalho dos menores, com a distribuição e separação de jornais para cada pequeno jornaleiro.

A caderneta de poupança, neste sentido, teria uma função pedagógica que era estimular a criança ao trabalho. Além disso, serviria de auxílio aos pais ou responsáveis de cada pequeno jornaleiro. Um complemento nas suas rendas nos sugere que muitos pais ou responsáveis poderiam encaminhar seus filhos à instituição, uma maneira de amenizar o estado de pobreza que muitos poderiam ter.

¹⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 79.

¹⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 44.

²⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 54.

O trabalho de venda de jornais também apresentava uma orientação pedagógica e moralizante. Algo semelhante na análise de Veiga e Faria que estudaram o Instituto João Pinheiro – instituição criada em 1909 em Minas Gerais –, onde os internos realizavam o trabalho agrícola. O Instituto, que tinha relações estreitas com o discurso da elite republicana no início do século XX, apresentava um discurso moralizante que enfatizava *o princípio ativo do trabalho como elemento essencialmente formador das crianças*. Segundo os autores a concepção de trabalho criada no Instituto *não envolvia aprendizagem elaborada de atividades, mas vinculava-se à tentativa de alterar a subjetividade dos meninos, evitando-se a ociosidade*.²¹

Esta reflexão pode ser utilizada na compreensão do trabalho implementado na Casa do Pequeno Jornaleiro. A venda de jornais não exigia técnicas especializadas com alto grau de complexidade, embora a instituição exigisse de seus internos a noção mínima do manuseio do dinheiro. O trabalho era, portanto, um instrumento pedagógico com intuito de modificar o comportamento dos menores, visando o seu futuro. Com esta prática pedagógica a Casa pretendia criar cidadãos disciplinados e conscientes da prática do trabalho *honesto*.

Além da assistência aos pequenos jornaleiros, a Casa apresentava uma peculiaridade: a representação paternal do presidente da Casa em relação aos meninos, representando um pai que se impõe e guia os meninos ao caminho do trabalho e do bem. O trecho escrito por Heitor Stockler de França, transcrito no relatório de 1960, mostra esta particularidade:

O Cél Alfredo Ferreira da Costa, dirige, como criação exemplar de Curitiba, a Casa do Pequeno Jornaleiro, onde se acolhem centenas de pequenos vendedores de jornais, sob um estatuto perfeito de assistência, graças, é verdade, à **sua enérgica mas paternal ação recuperadora**, tanto que há dedicados e ativos jornaleiros que já amealham mais de vinte mil cruzeiros, em depósitos bancários, como outros, mais que, em idade legal, **deixaram a Instituição, suficientemente alfabetizados e saudáveis, para jogar-se à luta de maiores**.²²

O trecho ressalta a disciplina implementada pelo presidente da Casa, militar reformado, que educava os menores na instituição. Este indício foi explicitado também na revista Panorama de 1956.

Digno de nota é sobretudo, o espírito ordeiro d'esses meninos, sua educação, sua lhanza. Nada de algazarra, ou, o que seria pior, insubordinação e rebeldia, manifestações tão próprias dos juvenis em semelhantes condições. Quantas depredações, quantos estragos já não se registraram por parte dos escolares que, como uma manada saem das escolas e não respeitam uma flôr, uma árvore, uma

²¹ VEIGA, Cynthia Greive e FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 52.

²² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 19. Sem grifo no original.

fruta à beira do caminho. Não há cêrca tão alta que ofereça segurança; não há vigilância que nos ponha a salvo dêsses pequenos vândalos que os lares modernos e as escolas novas produzem e fabricam. **Não assim os pupilos do Coronel Ferreira da Costa que, como um pai, amigo e irmão maior, sabe incutir nos meninos que lhe são confiados, o maximo respeito pela propriedade alheia, a par de uma esmerada educação e aprimorado cavalheirismo.** Assim conduzidos, com tanta sabedoria e com tanto carinho, não duvidamos que, ao atingirem a sua maioridade, tôdos esses meninos – já homens de fato - possam ser devolvidos à sociedade, na qual saberão cumprir, com mais cabal desempenho, a missão que a vida lhe estiver reservado.²³

Os trechos acima sugerem que a Casa era coordenada e conduzida por um *pai*, uma figura paternalista de perfil militar que acabava impondo uma disciplina militar aos pequenos jornaleiros que visava a sua moralização. Esta representação está contida em uma foto do relatório de 1953 que nos mostra o presidente da instituição orientando os pequenos jornaleiros.

Foto 1: *Instruções e Recomendações*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 53

Nesta foto, onde o presidente da instituição aparece junto com os pequenos jornaleiros que visivelmente estão prontos para o trabalho, nos oferece uma particularidade da instituição que relaciona o trabalho de venda de jornais com a disciplina militar, presente na utilização de uniformes pelos meninos, e o paternalismo *, explicitado na legenda da foto: *Instruções e*

²³ **A Casa do Pequeno Jornaleiro**. Panorama, outubro de 1956, ano VI, número 53. p. 39. Sem grifo no original.

* O paternalismo, em uma definição ampla, indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua participação. Neste sentido, o paternalismo se define em uma política autoritária e benevolente, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. (BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universitária de Brasília,

Recomendações. Esta legenda relaciona a figura paternal do presidente com os trabalhos diários dos menores. A relação entre o presidente e os pequenos jornalheiros está também presente no trecho do jornal Diário da Tarde do jornalista Roberto Barroso, transcrito no relatório da Casa, que se intitula ‘*Meninos do menino*’, sem data.

O relatório, que a Diretoria da Casa do Pequeno Jornaleiro acaba de enviar ao ministro da Justiça, referente ao exercício de 1958, como documentário justificativo da reduzida subvenção que lhe concede o Governo Federal, é um opúsculo de 82 páginas traçadas com entusiasmo, candura e emoção. Reproduz e reduz conceitos referentes à existência da infância, sua participação no estudo dos que **preparam o futuro da Nação**; o significado da importância do **amparo das crianças na radiosa formação dos homens de amanhã**, demonstrando, assim, aspectos culminantes da obra magnífica que ali se realiza sob a inspiração de um puro, sublime e quase divino relicário espiritual. (...) **Eis o eloquente testemunho de uma legítima cruzada cristã, dirigida pela tenacidade, dedicação, sacrifícios, do ilustre coronel Alfredo Ferreira da Costa comandando os seus bravos soldados da campanha do Bem.**²⁴

O presidente da instituição é simbolizado como comandante – devido à sua formação militar – e os pequenos jornalheiros são representados como soldados disciplinados guiados pelo coronel, através do trabalho. Portanto, temos neste trecho explicitamente a relação entre o paternalismo, representado pelo coronel que comanda os meninos, com a disciplina militar e trabalho, representados pela expressão *bravos soldados da campanha do Bem*. Especialmente esta última frase sugere forte relação entre disciplina militar e trabalho, pois os pequenos jornalheiros são *soldados da campanha do Bem* porque trabalham.

A presença paternalista na Casa era muito nítida, presente em algumas festividades como o aniversário do presidente da instituição – a figura do coronel, com o corpo funcional da Casa, associada aos serviços assistenciais poderia justificar a expressão *assistência de família*, termo utilizado em vários relatórios para caracterizar os serviços da Casa.

Significativa homenagem foi prestada ao Presidente da Instituição, Cél Alfredo Ferreira da Costa, à 7 de março, por ocasião de seu aniversário natalício. Na sala principal do estabelecimento, estavam reunidas as professoras (...), funcionários da Casa e, incorporados, todos os Pequenos Jornaleiros.

1993. p. 908 e 909). Para Thompson, paternalismo é um componente de equilíbrio, não apenas ideológico, e de mediação nas relações sociais, com bases tradicionais, entre plebeus (gentry) e patrícios na Inglaterra desde o século XVIII. Existe entre estes grupos sociais um jogo de interesses recíprocos, beneficiando o grupo que detém o poder e os que são submetidos por ele, traduzindo, às vezes, em benefícios para os grupos que não detém o poder. (THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.). Entretanto, o sentido que atribuímos ao paternalismo é a representação, presente nas fontes pesquisadas, de benevolência construída pelos relatórios do coronel em relação aos pequenos jornalheiros, simbolizando, o diretor, um pai militar responsável pelo tratamento moral de seus filhos, simbolizados como *pequenos soldados*.

²⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 28-29. Sem grifo no original.

Às 13 horas, ao chegar ao Estabelecimento, para seu expediente, foi o Cél (...) recebido com prolongada salva de palmas. (...) Logo após, o Fiscal número 2 dos Jornaleiros, fez entrega em nome de seus colegas, de uma linda e rica corbelhe de flôres.²⁵

Este trecho sugere que as professoras e funcionários, além de homenagear o seu presidente, reconheciam a sua atuação na instituição, que naquele ano estava completando 74 anos de vida. A escolha de um fiscal (pequeno jornaleiro responsável por turmas de jornaleiros mais novos) para entregar flores ao coronel Costa denota certa hierarquia entre os menores e o presidente da instituição. A hierarquia presente implicitamente nesta homenagem poderia representar uma relação entre paternalismo e disciplina, na qual os pequenos jornaleiros estavam inseridos.

Na mesma homenagem, uma das professoras presentes proferiu um soneto, que pretendia, além de homenagear o presidente da instituição, enaltecer a sua atuação na Casa.

A reunião que hoje desta data assim dimana,
Justa homenagem em cada um de nós promana.
Mais uma página em seu livro de memórias.
Nossa gratidão, por seus feitos, suas vitórias.

* * *

Se na existência tudo passa e se desfaz
Ou se transforma, não na alma do mortal.
Uma causa nobre, não é um bem fugáz:
E algo grandioso – Glória bem real.

* * *

Vivendo de ideais à Casa tão unido,
Ao jornaleiro dando a luz de uma esperança,
De obscuro, – torna-se grande pois um dia;

* * *

Não o deixando no amanhã desprotegido.
E prosseguir, sim, conduzindo esta criança,
Causa mais nobre e outra igual – não haveria! . . .²⁶

Este soneto mostra, de maneira explícita, a liderança e o paternalismo que o presidente tinha em relação aos integrantes da Casa. A sua representação paternalista está associada diretamente à assistência aos menores, principalmente no terceiro e no quarto parágrafo do soneto. Neles, a atuação do Coronel simboliza uma esperança ao pequeno jornaleiro, que até então vivia em uma obscura vida, sem assistência, revestindo-o, agora, de grandeza, que no futuro o menor não estará, graças ao Coronel, desprotegido. E segundo o soneto, ainda, a atuação do Coronel era conduzir o pequeno jornaleiro, sugerindo uma relação paternal com os menores.

²⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 47 e 48.

²⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 48.

A relação entre paternalismo e assistência aos pequenos jornaleiros aparece também no relatório de 1962, que transcreve um recorte intitulado *Mantenedores do hábito* do jornal *O Estado do Paraná*, do mesmo ano. O artigo faz também referências à saída do presidente da Casa em 1962.

(...) E quando se afasta, mais em atendimento à idade já avançada, o célf Alfredo Ferreira da Costa, primeiro diretor-presidente da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba e dirigente durante todo o tempo de sua existência não poderíamos deixar de registrar a firmeza de suas atitudes, a paciência no trato com os menores humildes e desamparados, a atuação para que o Paraná em nossos dias pudesse ter orgulho de possuir mencionado estabelecimento. (...) Oxalá todas as cidades paranaenses e brasileiras tivessem um ‘Coronel Costinha’ para esquematizar, orientar e desenvolver estabelecimento igual à Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba.²⁷

Neste trecho, fica evidente algumas características da atuação do presidente, firmeza e paciência, que podem simbolizar um pai austero, porém bondoso, pois sabe entender os meninos. Estas características teriam como finalidade o tratamento do menor, evidenciado nos relatórios da Casa, aparecendo, por exemplo, nas primeiras páginas do relatório de 1959, na apresentação ao Ministro dos Negócios do Interior e Justiça.

Esteja cértio Va. Excia., que continuará a CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA, a trabalhar com a melhor boa vontade, para bem desempenhar as suas altruísticas finalidades, proporcionando aos pequenos jornaleiros e pequenos engraxates, uma assistência completa e **encaminhando para uma existência mais feliz, em benefício da Sociedade e da Pátria.**²⁸

O valor do trabalho atribuído pela Casa, associado à assistência, com finalidade patriótica, tem relações implícitas com a disciplina militar e o paternalismo. Além disso, a valorização do trabalho infantil pela Casa é notória, como a poesia *menino jornaleiro* de Maria de Lourdes Gomes, impressa no relatório da instituição, a qual exalta a criança forjada no trabalho.

Envolvido numa capa
para se defender da chuva e do frio
um menino jornaleiro
olha sem ver . . .
O rosto moreno emoldura em sorriso vago . . .
Com que sonhas meu menino jornaleiro?
Com o carinho de uma mãe?
ou com a bicicleta enfeitada? . . .
Desejas um pae amigo?
ou em [sic] carro todo cromado? . . .

²⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 102.

²⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 3. Sem grifo no original.

As quimeras voltejam
em redor dos teus cabelos anelados
e pousam nos teus gestos.
Não me enxergas
e no entanto em ti, **criança forjada no trabalho,**
eu vislumbro os gigantes
que sustentarão o meu Brasil.²⁹

A autora expôs os sentimentos e sonhos que o pequeno jornalista poderia ter durante o seu trabalho diário, no entanto a autora enfatiza o valor do trabalho realizado pelo menor, simbolizando um gigante que *sustentará*, pelo trabalho, o Brasil. Esta poesia foi criada em homenagem à Casa do Pequeno Jornaleiro. O que é notório nesta poesia é a qualificação da criança através do trabalho, representada pela frase *criança forjada no trabalho* com forte conotação moral e impositiva, que necessariamente ela será, no futuro, um cidadão trabalhador.

O trabalho de venda de jornais, realizado pelos menores, poderia também ser visto como uma estratégia pedagógica com fins terapêuticos, através da qual os pequenos jornalistas ao saírem da instituição iriam conscientemente seguir o caminho do trabalho, conforme artigo de Heitor Stockler de França transcrito no relatório da Casa de 1960:

Edificante, sem dúvida, é esse resultado de um **labor intenso** dos pequenos jornalistas a quem não tolhem os passos, o sol, a chuva, o calor ou o frio. Há os que percorrem a cidade, rua após rua e os que se plantam em pontos estratégicos, nos passeios, com jornais, inteligentemente, expostos à preferência do leitor. (...) 243 menores, desde a fundação, ali atingiram a maioridade, deixando o generoso recolhimento e levando a sua fortuna acumulada (...), para encetar a vida, com novas rotas mas, educados num sentido de sã ambição, isto é, de pelo **trabalho contínuo**, fazer frutificar o seu primeiro capital.³⁰

O trecho sugere que os menores, após atingirem a maioridade e receberem o dinheiro acumulado, durante a sua permanência na instituição, poderiam ter um *novo caminho* a percorrer, o caminho do trabalho. Portanto, o trecho endossa as pretensões filantrópicas da Casa do Pequeno Jornaleiro, que pretendia moralizar o comportamento dos menores através do trabalho, pois ao saírem da instituição eles eram, segundo a estratégia pedagógica da Casa, inseridos intencionalmente no mercado de trabalho. Neste sentido, o trabalho assume uma finalidade pedagógica e moralizante, peça fundamental na tarefa de educar o menor para ser trabalhador, única forma de ser aceito socialmente, pois sua vida anteriormente nas ruas era totalmente reprovável e desqualificada. Esta estratégia aparece, anos depois, na memória de ex-internos entrevistados por um jornal, que se referindo à Casa do Pequeno Jornaleiro, eles enaltecem os ensinamentos ali recebidos. Um deles diz que *também foi ali [na Casa] que*

²⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 51. Sem grifo no original.

³⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 16. Sem grifo no original.

aprendeu ‘a ser honesto, trabalhador e respeitador dos outros’. Outro se lembra do ensinamento moral quando diz que uma das coisas mais importantes que aprendeu foi ‘nunca pegar nada dos outros’.³¹

A Casa enaltece o valor do trabalho, que ainda de madrugada os menores, enfrentando intempéries, começavam a vender jornais. Esta valorização estava presente também no hino do Pequeno Jornaleiro escrito, em 1959, pela professora da instituição, Ivete Amaral Lima dos Santos:

I
Mensageiros, o jornal vamos levando,
Para o povo as notícias receber,
É por nós que a mensagem divulgando:
Que tristeza ou alegria possam ter...
Estribilho
Jornaleiros! Pois soldados nós devemos,
Ter por lema: ‘ó dever e a retidão’:
A nossa fôrça: é a grande fé que temos;
E a esperança: é Deus no coração!

II
De caminhos, mais diversos nós viemos,
Outros tantos, vamos nós também seguir;
Na crença de que um dia então seremos,
Também, homens de valor e de porvir...

Estribilho
Jornaleiros! Pois soldados . . .
Nossa ‘CASA’ proteção que não tivemos,
O colega – o irmão que então quisémos,
**No trabalho – a nossa corôa de glória,
Nosso esforço, e o prêmio da vitória!**

Estribilho
Jornaleiros! Pois soldados . . .³²

O hino foi aprovado pela Casa e, segundo o relatório, qualificado como uma *música harmoniosa e letra patriótica e sugestiva*, [que] *teve já, à primeira vista, aceitação por parte dos Diretores e principalmente, dos Pequenos Jornaleiros*.³³

No hino, além de valorizar o trabalho juvenil, os pequenos jornaleiros eram representados como soldados que, no futuro, se *transformariam* em *homens de valor*. Percebemos também nas últimas linhas do hino a valorização do trabalho, simbolizado por uma coroa de glória e pelo esforço dos pequenos jornaleiros, o qual poderia representar também o aumento de suas poupanças, o prêmio da vitória – dinheiro acumulado por cada menor na venda de jornais durante sua permanência na Casa que, após a maioridade, terão o direito de usufruir.

³¹ **Na Casa do Jornaleiro, trabalho e educação**. Gazeta do Povo, 16 de abril de 1995. Sem grifo no original.

³² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 70 e 71. Sem grifo no original.

³³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 70.

Portanto, a valorização do trabalho implementado pela Casa se inscreve no contexto do Estado Novo, mesmo com o fim da ditadura de Vargas em 1945. A Casa permaneceu com suas ações *inalteradas* até 1962, em grande parte devido à permanência do mesmo quadro dirigente por 19 anos.

Durante o Estado Novo e suas possíveis permanências nos anos seqüentes, a ascensão social promovida pelo governo, ideologicamente, pretendia, através do trabalho, dignificar o homem brasileiro e possibilitar um melhor padrão de vida. Para isso, o trabalhador deveria conseguir, ao longo de sua vida e por seu próprio esforço, uma situação mais confortável para si e para seus familiares. O trabalhador brasileiro, mesmo sendo pobre, era visto como um *homem bom e honesto*. A sua situação de pobreza não deveria ser associada à falta de moral, mas às condições estruturais do sistema econômico que poderiam ser vencidas. Portanto, o trabalhador era considerado um homem bom porque ganhava a vida honestamente, fruto do seu trabalho, merecendo toda a proteção do Estado.

A ascensão social do indivíduo, além de estar associada ao trabalho, dependia também da intervenção do Estado, único agente capaz de superar os problemas sociais e econômicos que impediam a realização pessoal do trabalhador. Especialmente no Estado Novo, com a personificação na figura de Vargas, o governo tentou possibilitar *o acesso aos instrumentos de realização individual e social*. Neste sentido, a relação do homem povo / Vargas estava estruturada na *mitologia do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social*.³⁴

A intervenção do Estado na proteção do trabalhador infantil ganhava conotações que iam mais além do que os direitos reconhecidos aos trabalhadores em geral, ela simbolizava um investimento no futuro do Brasil. A proteção a infância trabalhadora representava também por extensão proteger o próprio país. A imagem da criança, naquele momento, estava estreitamente associada à *nação* que o estado pretendia construir, pois modelar o futuro trabalhador significava mudar os rumos do país.

No caso específico da Casa, que buscava intervir no comportamento do menor abandonado, pretendia também promover a ascensão social dos pequenos jornaleiros pelo / para o trabalho. Pois a política filantrópica implementada pela instituição buscava promover a formação de futuros trabalhadores disciplinados que pudessem, assim, se inserir na sociedade. Neste sentido, a inserção social almejada pela Casa era direcionada fortemente para o trabalho.

³⁴ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 164.

Esta finalidade da Casa de cunho ideológico e político era recorrentemente reproduzida pela imprensa, como o jornal Diário da Tarde: *Que ela testemunhe, hoje e sempre, o seu sagrado sentido creador; e então, aqueles que nela se abrigarem e que aqui se educarem (...) se tornarão homens uteis á Sociedade e á Patria.*³⁵

Para endossar a finalidade acima mencionada, os relatórios da instituição destacavam alguns pequenos jornaleiros como *Jornaleiros do ano*, que simbolizavam um menino pobre que ingressou na Casa e através dos serviços especializados da instituição se *recuperou*, ao sair da instituição o menor já estaria empregado ou conscientemente preparado para encontrar um trabalho que o tornasse digno. Tal destaque mostra explicitamente que a instituição cumpriu integralmente a sua política filantrópica: transformar o *menor* em *cidadão trabalhador* e, conseqüentemente, *útil à Pátria*. Conforme trecho que destacou o ex-pequeno jornaleiro ao receber o seu pecúlio, devido à maioridade.

Á 2 de Fevereiro, na sede da LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA, a Exma. Senhor [sic] HERMÍNIA ROLIM LUPION, Presidente de Honra e Madrinha Protetora dos Pequenos Jornaleiros, em cerimônia ali realizada, fez entrega ao ex-pequeno jornaleiro (...), de sua caderneta da Caixa Econômica, (...) produto do seu esforço, caderneta essa que foi instituída em seu favor, pela Casa do Pequeno Jornaleiro da qual é Criadora, a Sra. ANITA RIBAS de saudosa memória. [o ex-jornaleiro] foi um excelente jornaleiro, que demonstrou sempre ótimo comportamento, tendo ainda, durante sua permanencia na Instituição, auxiliado a sua progenitora (...). Foi alfabetizado na Casa, onde recebeu diploma de 4º ano primário, obtendo sempre, em exames, notas altas. Recuperou seus dentes, é bem equilibrado, sendo já reservista de 3ª. categoria do Exército e está empregado no S. E. S. C. com possibilidades de bom futuro, pela sua dedicação ao serviço.³⁶

A ênfase em destacar alguns menores, sugere que a instituição tentou divulgar para o público que teve acesso aos relatórios uma certa eficiência de sua política assistencial: *transformar* o menor, através do trabalho, da disciplina militar e dos serviços especializados, em *cidadão trabalhador*. A Casa impôs, portanto, um discurso moralizador que se inscrevia no projeto político ideológico, construído pelo Estado Novo e que ainda permaneceu, na proposta da Casa, nas décadas seguintes.

Os relatórios destacavam também o trabalho como estratégia terapêutica no combate à miséria e à criminalidade. Como os pequenos engraxates, segundo a interpretação da instituição, que tiveram suas atividades informais, muitas vezes consideradas perigosas pela sociedade, moralizadas.

³⁵ “Casa do Pequeno Jornaleiro”. Diário da Tarde. Curitiba. 27 de dezembro de 1943. Ano 45. Nº 14894.

³⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 62-63.

(...) num gesto de solidariedade humana, reuniu esses pequeninos sêres que se improvisavam engraxates, para oferecer-lhes uma mão protetora que lhes prestasse uma assistência concreta para elevações de seus espíritos. Notamos que era o que lhes faltava. Animados, agora, exibindo uma carteirinha de licença especial para engraxate e alguém para orientar no mistér, um lugar para uma escola, para assistência, para fazerem suas queixas, para receberem conselhos, recomendações e instruções, tornaram-se animados, vivos, cheios de esperanças para uma vida melhor e mais satisfatória. Notamos que êsses pequeninos sêres, com uma tosca caixinha de madeira, para não pedirem esmolas, perambulavam pelas ruas da cidade, sem ânimo, sem a menor assistência, como improvisados engraxates, nada produziam para auxílio de seus familiares a quem ajudam na subsistência. Organizados que foram, por aquelas entidades, animados, recebendo gratuitamente, não só o material necessário padronizado, como alimentação e assistência, eles sentem-se felizes e nós que para isso concorremos, também nos sentimos bem e chegamos a conclusão de que êsses são bons, obedientes e até decentes e compreensivos e que não querem esmolar, não querem se perder, nem se tornarem nocivos à sociedade. O que lhes faltava, na verdade, era quem os organizasse e orientasse. Feliz a hora em que o ‘CONSELHO DE OBRAS SOCIAIS’ o JUIZADO DE MENORES e a ‘CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA’, levaram avante êsse empreendimento, que agora reputamos – ‘empreendimento feliz’. Ajustem-se os vencidos, os esmoleres e os próprios miseráveis, dando-lhes uma mão forte e verão, estamos certos, que eles se modificarão completamente. Que não os abandonem de todo, porque serão levados à mais extrema miséria e aos mais nefastos crimes, engrossando as fileiras das penitenciárias.³⁷

O extrato do relatório expõe situações contraditórias entre si. Uma delas é a mendicância, oposto do trabalhador – cujo destino era as penitenciárias –, e o trabalho organizado cujo objetivo era moralizar a atividade dos pequenos engraxates. Na foto abaixo, temos um pequeno engraxate em seu trabalho diário, após o seu ingresso na Casa.

³⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 48 e 49.

Foto 2: *Os pequenos engraxates em suas atividades pelas ruas e praças da cidade.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1957. p. 35.

Com esta foto, pretendia-se reafirmar o trecho da fonte citada anteriormente, ou seja, as vantagens da expansão da assistência aos pequenos engraxates. Pois, o menino na foto já aparece com uniforme nas suas atividades diárias, se enquadrando no padrão da Casa. Com isso, a instituição procurava mostrar o sucesso de sua assistência moral aos menores.

Temos também duas situações opostas explicitadas na crônica de Heitor Stockler de França intitulada *Glorificação do pequeno jornaleiro*. Uma nos mostra os pequenos jornaleiros antes de ingressarem na instituição, indisciplinados, e outra nos mostra os pequenos jornaleiros incorporados à Casa, agora disciplinados. Esta crônica foi publicada no Diário da Tarde e transcrita no relatório da Casa:

Antes da ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, os garotos dos jornais de Curitiba, eram um bando de gaiatos mal educados, audaciosos e até insuportáveis. (...) Agora, o pequeno vendedor de jornais, prima pela conduta, pela atenção e delicadeza com que serve a sua clientela de leitores da imprensa diária. É o primeiro a divulgar, nas ruas, o aparecimento dos nossos credenciados matutinos, como também, dos vespertinos. O menino é cordial, paciente, compenetrado da sua bonita missão que, bem orientada, dá-lhe vagares para a freqüência à Escola da entidade, onde o assistem,

ainda, o seu médico e o seu dentista, sem lhe faltar o carinho dos professores que lhe abrem o cérebro para as novas etapas da juventude e além, para as lições do mundo³⁸

Estes trechos sugerem que a Casa pretendeu demonstrar a nítida vantagem de seus serviços na moralização do trabalho infanto-juvenil. Através desta pretensão, o que ficou evidenciado era a valorização do trabalho naquele período em detrimento da vadiagem e da delinqüência.

No final do século XIX, a construção ideológica do trabalho buscava a manutenção da estrutura social – proprietário de terras e escravos recém libertos – associando o trabalho, simbolizado como *lei suprema* da sociedade, à moralidade, à manutenção da ordem estabelecida e ao respeito à propriedade privada. Na elaboração do conceito de trabalho – ligado ao desenvolvimento de atributos morais – implicava na construção do conceito de *vadiagem*, com qualificações associadas à *imoralidade* e à *perversão*, visto como ameaça constante à ordem pública.

O ocioso era o indivíduo que vivenciava a vadiagem, pois era desprovido de educação moral e respeito à propriedade. Portanto, a ociosidade representava um estado de depravação dos costumes que acabava introduzindo o indivíduo a ações criminosas contra a propriedade e a segurança individual.

Para Karvat não haveria uma polarização entre a ordem do trabalho e a ociosidade – a ociosidade colocada à margem da ordem estabelecida – mas presentes na mesma sociedade, como elementos constituintes da própria noção de ordem. O conceito de vadiagem – preocupação da elite dirigente do final do século XIX e também nos primeiros anos da República Brasileira – era uma construção ideológica utilizada para justificar a ação de mecanismos de controle, coação e sujeição de grupos sociais menos favorecidos.

Nas primeiras décadas republicanas, a construção de uma sociedade do trabalho, que visava o *progresso* e a *civilização*, implicava na necessidade da manutenção da paz e da ordem social, idealizados como os fatores que possibilitariam alcançar o *progresso*. Para isso, era necessário construir uma sociedade disciplinada, com indivíduos disciplinados e de *cidadãos morigerados e operosos*.

Sendo assim, os ociosos – vadios e mendigos – representavam a negação do trabalho, rotulados como *seres anti-sociais*, e estavam inseridos numa sociedade que acreditava se instituir a partir do próprio trabalho, a qual idealizava homens que deveriam cooperar funcionalmente para se atingir o *progresso*. O não trabalhador, ocioso, era motivo de

³⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 22.

diferentes discursos de poder e, conseqüentemente, alvo de diferentes estratégias de poder que procuravam *regenerar* através do trabalho os *seres anti-sociais*, se responsabilizando pela sua socialização.³⁹

No contexto do Estado Novo, o oposto do trabalhador brasileiro era o *malandro*. Considerado inimigo interno do Estado – o inimigo externo era os comunistas, os anarquistas e os estrangeiros com ideologias *perigosas* ao Estado Nacional –, era definido como oposto ao trabalho e às leis e regras da ordem constituída. Portanto, o malandro – cujas raízes se encontram no passado escravista – era uma ameaça contagiosa ao fundamento da democracia social do trabalho, porque recusava *conscientemente* em se integrar ao mercado de trabalho. Desta forma, o ocioso agredia o *diálogo direto e confiável que deveria ser estabelecido entre o trabalhador e Vargas e que se estruturava justamente pela vigência e obediência às leis que materializavam o ‘espírito’ do Estado Nacional*.⁴⁰

A Casa do Pequeno Jornaleiro estava inserida nas construções ideológicas de cidadãos e não cidadãos. Entretanto, apresenta algumas especificidades do *inverso* do trabalhador, o não trabalhador. No exemplo abaixo a instituição reclamava dos pobres que recebiam algum tipo de benefício e dos pedintes.

O elemento póbree, abrigado ou protegido, é incontentável. Nunca está satisfeito e quando mais recebe benefícios, mais pensa que é uma obrigação, um dever e não deixa nunca de ser um revoltado, principalmente contra aquêles que o protege, que lhe cuida com carinho. Acreditem todos: é difícil fazer bem; como são revoltados e mal agradecidos, os pedintes, ao ponto de odiarem por não lhes ser feita tôdas as vontades, o que nem sempre é possível praticar. As pessoas dedicadas à êsses mister de praticar o bem, si não forem entes superiores, si não forem compreensíveis e se não sujeitarem-se à essas impertinências, desistem, fogem de praticar a caridade, de dirigir instituições. Os pobres não são nada humildes, são revoltosos e inquerentes e nada lhes satisfaz; hoje, atravessamos uma época em que, ao dar um pão à um pobre que esmóla, receberá uma praga e não um agradecimento. Os peiores, então, são os pedintes profissionais que procuram freguezes certos, para, periódicamente buscarem algo em dinheiro, roupas, sapatos, etc. Quando não é possível atendê-los no período que êles estabelecem, insultam, praguejam ao ponto de se tornarem agressivos. Um dia, pelas tantas lições que recebemos desses ingratos e mal educados pedintes, um dia virá, embora seja o nosso coração brasileiro aberto à caridade, ficaremos como alguns povos que não toleram o pedinte, que, quando lhe bate à porta para implorar uma migalha de pão, recebe descomposturas acompanhadas de ‘vá trabalhar, vagabundo’.⁴¹

Por que a instituição reclamaria em seu relatório de pobres e de pedintes? O presidente da Casa também era tesoureiro do Conselho de Obras Sociais do Paraná e, provavelmente,

³⁹ KARVAT, Erivan Cassiano. **A Sociedade do Trabalho: Discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998. p. 30-34.

⁴⁰ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 164.

⁴¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 21-22

tivesse problemas com estes grupos sociais. Ele coordenava e trabalhava em instituições filantrópicas que atendiam pobres e com base nisso estabeleceu algumas categorias explicativas para cada tipo de pedinte, conforme o trecho abaixo:

O conselho de Obras Sociais do Paraná, não conseguiu ainda atingir as suas finalidades, principalmente no que diz respeito organizar o seu fichário para um controle dos pedintes exploradores. Existem os pedintes espertalhões e os pedintes mais preguiçosos e menos inteligentes. Os mais espertalhões percorrem tôdas as fontes exploráveis, como sejam: Legião Brasileira de Assistência, Secretaria de Assistência Social, Sociedade de Socorro aos Necessitados e outras. Êsses espertalhões quando em família numerosa, subdividem-se e todos atacam em todos os setores, buscando durante a semana, alimentos para tôda família. O Conselho de Obras Sociais não atingiu ainda a sua finalidade, organizando as suas fichas mestras, para receber as fichas das Entidades de Serviço Social, que por sua vez devem fichar os seus protegidos, para um controle perfeito, por meio de permuta, de maneira a não serem as Entidades exploradas por uns e falhas para outros.⁴²

Nestes trechos, a Casa generalizou, com certo teor depreciativo, a pobreza assistida, quando afirmou que são indivíduos incontentáveis, provocando indignações por parte das instituições. A Casa qualificou também o pedinte como elemento ocioso, avesso ao trabalho, que vive perambulando pelas ruas em busca de sustento. Em outro relatório, transcreve um trecho do jornal Diário da Tarde de 15 de novembro de 1955, que destacou o trabalho como estratégia terapêutica no combate à *ociosidade* e à *criminalidade*.

No meio de tantos marginais, há os que se conseguem adaptar a uma profissão digna que lhes garanta a manutenção. Nesse caso estão os aleijados vendedores de bilhetes de loteria, e os cegos que prestam serviços ao seu instituto, além dos que vendem vassouras, que eles mesmos fabricam, pelas residências dos bairros da cidade. Outro caso, bastante tranquilizador, é o dos pequenos jornaleiros. Êsses meninos, abrigados por uma instituição tradicional como a Casa do Pequeno Jornaleiro, não só mantem-se a si próprios, como também auxiliam parentes desfavorecidos e amealham economias para o início de carreira. Se a todos os casos do marginalismo fossem dadas soluções como as encontradas para o menor que consegue internamento na Casa do Pequeno Jornaleiro, em breve estaria praticamente desaparecido o drama da falta de assistência social.⁴³

Neste trecho o trabalho, sobretudo acompanhado por uma assistência institucional, representaria uma solução para eliminar a *marginalidade* e a *delinqüência*. Desta forma, a Casa se insere na construção ideológica da valorização do trabalho e da depreciação de certos grupos sociais, não aceitos socialmente, pois são interpretados como indivíduos adversos ao trabalho.

⁴² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 21.

⁴³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 17.

Caridade e Filantropia

A caridade com base na religião pretendia estabelecer uma divisão moral da sociedade, entre os indivíduos com poder de perdoar e os que precisavam ser perdoados – até meados do século XIX, a assistência à infância pobre era feita, sobretudo, por iniciativa de ordens religiosas, oferecendo ao pobre um atendimento asilar, como as Casas de Expostos mantidas e criadas pela Casa de Misericórdia.

O isolamento de crianças pobres, submetidas à educação moral, nas instituições de caridade, sobretudo nas rodas de expostos, criadas no Brasil em 1738, tinha como objetivo preservar a moralidade destes enjeitados, pois eram, geralmente, frutos de relações ilegítimas. Entretanto, a preservação era, sobretudo, da sociedade, pois esta se prevenia contra os potencialmente desviantes. A caridade tinha também outra utilidade que era a possibilidade de *regenerar*, pela educação moral e pelo trabalho, jovens considerados *degenerados* e *despreparados*, com intuito de colocá-los em uma ocupação útil à sociedade. Porém, tal ação se baseava fundamentalmente em impedir a deterioração moral desses sujeitos do que profissionalizá-los.⁴⁴

Para Marcílio o conceito de filantropia é ambíguo. Em uma definição genérica, o termo pode qualificar um conjunto de obras sociais, caritativas e humanitárias de iniciativa privada. Mais especificamente, a filantropia se opõe às fundações religiosas, representando obras pluralistas e neutras, sem finalidade missionária.⁴⁵

Na Europa, final do século XVIII e no decorrer do século XIX, a filantropia – que pode ser interpretada como resultado do Iluminismo, do Higienismo e da Revolução Industrial – pretendia, inicialmente, eliminar a pobreza e melhorar a situação dos operários e de seus familiares, a partir da adoção de estratégias pedagógicas. Neste sentido, no século XIX – denominado *século das luzes* que por influência da ideologia da Revolução Francesa, *progresso* e *civilização*, vão orientar os programas educacionais no mundo ocidental – os asilos para crianças pobres sofreram

mudanças gradativas rumo à secularização da educação. Questiona-se o domínio do ensino religioso em detrimento do ensino ‘útil a si e à Pátria’, embora o primeiro nunca tenha deixado de fazer parte dos programas das instituições públicas. Percebido como garantia da transmissão dos preceitos morais, dos bons hábitos e das noções de ordem e hierarquia, nunca se cogitou seriamente em excluí-lo dos asilos e das escolas oficiais.⁴⁶

⁴⁴ RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 51 et seq.

⁴⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 73 e 74.

⁴⁶ RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 24.

O discurso filantrópico baseava-se na idéia utilitarista, que era preciso regenerar jovens delinquentes e crianças abandonadas por meio do trabalho. Sendo assim, a criança, segundo a expectativa utópica dos filantropos e após a assistência de uma instituição filantrópica e profilática, seria devolvida *apta* para viver em sociedade, como trabalhador.

Um fator importante que contribuiu para o surgimento da filantropia na Europa, a partir de meados do século XVIII, foi o rápido crescimento da população. Este aumento foi resultado, principalmente, de uma elevada taxa de nascimentos associada a uma taxa de mortalidade decrescente, implicando no aumento do número de crianças, principalmente as ilegítimas e abandonadas.⁴⁷

No Brasil, a partir de meados do século XIX, os asilos religiosos eram alvos de diversas críticas de filantropos por não atenderem as especificidades do novo projeto de asilo, baseado nos princípios científicos no tratamento de crianças pobres. Segundo o médico Moncorvo Filho, em 1926, o asilo,

tal qual o concebiam os antigos, era uma casa na qual encafurnavam dezenas de crianças de 7 a 8 anos em diante nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, **vivendo sem o menor preceito de higiene**, muitas vezes atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes. Via de regra pessimamente alimentadas, sujeitas, não raro, à qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quais o mais suave era o suplício da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso **dos princípios científicos e sociais que devem presidir a manutenção das casas da caridade**, recolhimentos, patronatos, orfanatos, etc, sendo, conseqüentemente os asilos nessas condições instituições condenáveis.⁴⁸

As principais críticas aos estabelecimentos de caridade, proferidas principalmente por médicos e juristas, se referem à alta taxa de mortalidade infantil, à educação quase exclusivamente religiosa, ao tratamento indiscriminado e não especializado dos menores e à falta de preceitos higiênicos nos estabelecimentos religiosos.

Portanto, até o final da década de 1930, verifica-se no Brasil a existência de um embate entre duas tendências assistencialistas, caridade e filantropia. Um dos pontos de ruptura e conflito entre os dois modelos era a substituição da fé pela ciência como justificativa para a assistência da população pobre.⁴⁹ Segundo Irma Rizzini, a filantropia no Brasil, surge no final do século XIX e início do século XX

como um modelo assistencial que se apresenta capacitado para substituir o modelo representado pela caridade. Fundamentada pela ciência, o movimento filantrópico atribui-se a tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas

⁴⁷ MARCÍLIO, op. cit., p. 75.

⁴⁸ Apud RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil...**, p. 56.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 47.

exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem juntamente com a República.⁵⁰

Entretanto, Silvania Martins questiona a afirmação de Irma Rizzini em relação ao domínio absoluto da Igreja sobre a pobreza até o final do século XIX, mas concorda com Rizzini sobre o embate entre Igreja e Filantropia. Para Martins, a partir da segunda metade do século XIX, *o eixo de disputa será ampliado para Igreja versus Filantropia e Estado, e a Igreja vai perder, cada vez mais, autoridade sobre a questão, sendo substituída por ideais filantrópicos ligados a um grau maior ou menor aos do Estado.*⁵¹

No início da República, quando a economia se fundamentou na redescoberta do trabalho como *fonte de riqueza*, a caridade era também criticada pelos especialistas por promover a miséria, por não distinguir sujeitos válidos e inválidos para o trabalho. Os filantropos – que visavam a reintegração social, através do trabalho – consideravam que a criança pobre sendo assistida pela caridade não era preparada adequadamente para se integrar na sociedade produtiva.

Neste sentido, a filantropia, na orientação pelo / para o trabalho, tem duas orientações: econômica e moral. Na questão econômica se fundamentava na formação de uma futura mão-de-obra, através da educação profissional a ser realizada pelas instituições. Na questão moral, não se limitando em apenas proteger a moral dos *inocentes* ou a moral da sociedade, como fundamentava a caridade, mas introduzir os *improdutivos* na esfera produtiva, além de prevenir a desordem que a miséria poderia provocar.

Logo a filantropia surgiu para renovar a caridade, com nova concepção de assistência fundamentada nos preceitos científicos, cujo propósito era reintegrar os indivíduos desajustados que, segundo os filantropos, na caridade seriam seus eternos *clientes*. Portanto, a assistência, com base filantrópica, difere da caridade nos seus objetivos e métodos científicos. Além disso, as finalidades da filantropia eram de cunho econômico, político e moral.

O método científico da filantropia – com valores de ordem, disciplina, organização, discrição e discriminação –, através da higiene e educação, pretendia reintegrar os indivíduos *desajustados* à sociedade brasileira, exigindo *o seu ajustamento às demandas do mercado de trabalho e a sua aceitação das normas sociais e da moral vigente.*⁵² Portanto, o objetivo da

⁵⁰ RIZZINI, Irma. O elogio do científico: A construção do “Menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene (Organizadora). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1993. p. 84.

⁵¹ MARTINS, Silvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial: Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888)**. Rio de Janeiro, 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 28.

⁵² RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil...**, p. 49.

filantropia era qualificar o menor para o trabalho, evitando, desta maneira, que viesse a aumentar as fileiras dos *desocupados*.

Porém, a caridade vai criticar as ações científicas dos estabelecimentos filantrópicos por afastarem a doutrina cristã de suas instituições. Entretanto, no início do século XX a pura filantropia não chega a ser estabelecida por seus defensores. Naquele momento não houve uma separação radical entre a filantropia e a caridade. Os estabelecimentos filantrópicos não tinham uma prática orientada apenas pela ciência, pois mantiveram algumas práticas inerentes à caridade.⁵³

Com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o do Ministério da Educação e Saúde, ambos em 1930, vão surgir cooperações consideradas necessárias para superar todos os problemas sociais dos trabalhadores brasileiros. Estes órgãos apresentavam uma concepção *totalista* de trabalho, pois pretendiam intervir em todos os aspectos sociais do trabalhador: saúde, educação, alimentação, habitação.

O projeto político ideológico do Estado, de oferecer assistência aos pobres com intuito de transformá-los em cidadãos, se aproximou do projeto da filantropia. Diante disso, como a Casa do Pequeno Jornaleiro colocou em prática este discurso filantrópico? Na página de apresentação do relatório de 1955, dirigida ao Ministro, é explicitado o seguinte:

A orientação da ‘Casa’, Senhor Ministro, permanece intacta: **não se cogita de CARIDADE e não se inculca no menor o complexo de invalidez**. Dá-se-lhe educação moral e intelectual, instrução e meios para enfrentar a luta pela vida. O que se faz, sob uma discreta tutela, é ensinar-lhe o valor da cooperação que o provérbio sãbiamente consagrou, dizendo: A UNIÃO FAZ A FORÇA. E a CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA readquirindo para a Pátria pequenos patrícios, sente-se jubilosa pelo dever cumprido, de proporcionar aos menores-jornaleiros a oportunidade de trilharem o caminho do bem, almejando que outras instituições congêneres surjam para a solução do angustioso problema do menor abandonado.⁵⁴

Nesta apresentação ao Ministro, a Casa deixou claro o seu objetivo filantrópico ao mesmo tempo em que explicitou o que ela entende por caridade. A Casa não congratulava com a caridade por considerá-la fomentadora de complexos de invalidez e a classificou, implicitamente, como instrumento ineficiente no atendimento ao menino pobre. Neste sentido, o objetivo filantrópico da Casa era, através da educação moral e intelectual, enquadrar o menor à sociedade, onde supostamente teria condições de sobreviver, representada pela expressão *luta pela vida*, através do trabalho.

⁵³ Ibid., p. 60.

⁵⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 4. Sem grifo no original.

A Casa tinha uma assistência de cunho filantrópico, pedagogia e medicina, cujo objetivo era a moralização do comportamento e a recuperação do menor. A tônica discursiva da Casa, neste sentido, se enquadrava nas finalidades filantrópicas e no projeto político ideológico do Estado, que pretendiam criar uma utilidade aos indivíduos considerados perigosos pela sociedade.

Outra preocupação filantrópica presente na Casa era o cuidado higiênico no espaço físico da instituição, como o refeitório e o dormitório que foram explicitados nos relatórios como *amplo e apropriado, fartamente arejado e higiênico*.⁵⁵

Neste sentido, a Casa se apropriou do discurso utilitarista e moralizador da filantropia, mas apresentava uma especificidade que era a importância da religião católica, esfera de poder criticada pela filantropia científica, em sua instituição. Para Rizzini, a filantropia não abandonou os preceitos religiosos, embora estes se apresentavam como justificativas secundárias e sem efeitos práticos.⁵⁶

Entretanto, a Casa não colocava a religião em segundo plano ou sem efeitos práticos, mas no mesmo grau de importância dos demais serviços. Para a instituição, não bastava apenas oferecer serviços especializados aos menores, era necessário, portanto, introduzir o ensino religioso.

A Instituição, como ninguém ignora, propiciava todo conforto material aos menores jornaleiros. Entretanto, 'não só de pão vive o homem'. Realmente, a par dos cuidados indispensáveis à manutenção do corpo, há que se cuidar, e muito, dos mistérios espirituais, preparando-se o indivíduo humano, para a vida sobrenatural.⁵⁷

Neste trecho, ficou explicitado a necessidade, além da assistência material, do ensinamento religioso para, segundo a interpretação da instituição, cuidar da *alma* dos pequenos jornaleiros.

A assistência filantrópica e religiosa e suas implicações na Casa do Pequeno Jornaleiro.

Para assegurar os valores humanos e cristãos ao *futuro trabalhador*, a Casa do Pequeno Jornaleiro tinha um departamento religioso – com orientação exclusivamente católica –, no qual os menores tinham aulas *puramente católicas* aos sábados. O departamento religioso da Casa era organizado e composto por um padre assistente – padre pertencente à Arquidiocese de Curitiba –, uma professora dirigente e uma professora auxiliar que ministravam *aulas*

⁵⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 38.

⁵⁶ RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil...**, p. 47 e 48.

⁵⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 40.

completas de catecismo, através das quais pretendiam realizar o *preparo intelectual e espiritual para comunhão*.⁵⁸

O departamento contava ainda com padres pertencentes ao Colégio Santa Maria que lecionavam Filosofia, Religião, História e Humanidade e atuavam na educação religiosa dos menores.

Nesta página, apresentamos dois destacados professôres de religião, que, aos sábados, ministram preciosas aulas que **transformam completamente o mais impertinente dos meninos, que até então, não conheciam o temor a Deus!** (...) Há anos, vêm lecionando com abnegação e carinho, desprendidos de qualquer interesse a não ser o de salvar almas, com seus ensinamentos, preparando os Pequenos Jornaleiros e Engraxates, para a Comunhão, principalmente aqueles que até então, desconheciam a RELIGIÃO CATÓLICA.⁵⁹

Neste trecho, o serviço religioso pretendia moralizar o comportamento dos meninos que parte deles, segundo a interpretação da instituição, era caracterizada como impertinentes, sugerindo diferentes graus de impertinência. Esta evidência sugere que os menores que ingressavam na instituição não eram indivíduos passivos, facilmente moldados, que segundo a teoria foucaultiana poderiam ser interpretados como *corpos dóceis*. Na instituição poderiam surgir tensões entre os menores e a Casa que, às vezes, se traduziam em fugas ou exclusões. Neste caso em específico, existe uma nítida associação entre a impertinência e a ausência de *temor a Deus*.

O serviço religioso tinha também outro objetivo moralizador que associava o trabalho aos valores cristãos, conforme o trecho abaixo:

Durante anos, semana a semana, vêm estes incansáveis servidores da Igreja de Cristo, ministrando o Catecismo aos Pequenos Jornaleiros; não só preparando-os para sua Primeira Comunhão, mas também, mostrando-lhes o caminho da Redenção, simbolizando na vida do Salvador. A êsses Pequenos Jornaleiros, crianças jogadas à sorte, em sua maioria órfãos, não bastavam o amparo que nesta Casa encontraram; mas sobre tudo a eles carecia o temor, o respeito a Deus; a fraternidade e a honestidade; o conhecimento e a obediência aos sublimes ensinamentos de Cristo, para que, preparados contra as vacilações da vida, se habilitassem a trilhar o caminho da Verdade. **E mercê de Deus, mercê dêstes abnegados Professôres, o Pequeno Jornaleiro aprende a amar o trabalho, a amar o próximo e acima de tudo, a temer a Deus.**⁶⁰

Segundo a interpretação da Casa, o pequeno jornaleiro, após receber os ensinamentos religiosos, deveria *temer a Deus* e, conseqüentemente, ter um ótimo comportamento. Ficando implícito se o menor não tivesse o comportamento desejado pela instituição poderia sofrer

⁵⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 76.

⁵⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 36. Sem grifo no original.

⁶⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 33. Sem grifo no original.

sanções espirituais. O ensinamento religioso, neste sentido, apresentava um teor utilitarista e moralista, pois para a Casa, o menor deveria ter necessariamente uma vida pautada nos ensinamentos católicos.

A função pedagógica do ensino religioso era preparar o menor contra as possíveis vacilações da vida e torná-lo consciente das obrigações católicas. A vacilação da vida poderia representar o pecado ou aquilo que o menor, sem assistência, nas ruas poderia realizar como os pequenos delitos. Isso sugere que a instituição tinha consciência de que o menor ao sair da instituição, ou que ele agora não tivesse mais a sua assistência, pudesse deparar com estes problemas, mas estaria conscientemente preparado para seguir o modo de vida idealizado pela instituição.

Outro ponto relevante na função religiosa era a relação entre o trabalho e os valores cristãos. Entretanto, esta relação não era exclusiva da instituição, pois já em 1935 procurou-se criar uma visão de trabalho apoiado em valores cristãos.

Particularmente a partir de 1935 a categoria ‘trabalho’ ganhou espaço de grande relevância, se configurando como a solução para os problemas por que passava o país e sua população, baseada na idéia de que a ‘civilização e o progresso são um produto do trabalho’. Além disso procurou-se construir uma visão de trabalho que se apoiava em valores cristãos, enfatizando a harmonia e a realização espiritual; onde as normas do trabalho social deveriam ser reguladas pela solidariedade cristã.⁶¹

O serviço religioso já estava presente nas festividades do lançamento da pedra fundamental da Casa, que segundo o relatório foi solene e festivo, tendo a presença de autoridades federais, estaduais, municipais e eclesiásticas.

⁶¹ FONSECA, op. cit. p. 48.

Foto 3: *Uma página de saudade!*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 29.

Na foto acima, ao centro com chapéu, Anita Ribas acompanhada, à esquerda, de seu marido, o interventor Manoel Ribas. Esta fotografia foi tirada em 25 de dezembro de 1942, *por ocasião de ser colocada a pedra fundamental da Casa do Pequeno Jornaleiro*.⁶² Na foto, o arcebispo metropolitano D. Ático Euzébio da Rocha, à direita, realiza o *ato religioso da benção da pedra fundamental*⁶³, sugerindo, assim, que naquele local era edificada uma obra cristã, uma instituição assistencial.

O batismo era um sacramento realizado com muita frequência na Casa, através do seu departamento religioso. Mas um batismo teve um destaque diferenciado dos demais. O destaque foi dado ao batizado do pequeno jornaleiro número 17, que era órfão de pai e mãe.

Recolhido à Instituição sem registro civil e sem ser batizado. A Casa do Pequeno Jornaleiro tomou-o a seus cuidados. Foi registrado e a foto mostra seu batizado, na Catedral Metropolitana, realizado pelo Monsenhor PEDRO FEDALTO. Serviram de Padrinhos, o Exmo. Sr JOSÉ CARLOS DE FIGUEIREDO e sua Exma. Espôsa-Professôra ESTHER FRANCO FERREIRA DA COSTA.⁶⁴

⁶² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 29.

⁶³ **Espetáculo rico de fraternidade e soberbo no seu significado de compreensão social: Brilhante as festividades do lançamento da pedra fundamental da Casa do Pequeno Jornaleiro – A missa campal – A pedra fundamental – encerramento das festas**. Gazeta do povo, 27 de dezembro de 1942.

⁶⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 49.

O trecho acompanha ainda a foto abaixo, que nos mostra o exato momento em que o menor recebe o sacramento do batismo pelo padre, acompanhado de seus padrinhos. A foto se intitula *pequeno jornaleiro n. 17* e acompanha o seguinte trecho: A. S. *Natural de Santa Catarina – Orfão de pai e mãe.*

Foto 4: *Pequeno jornaleiro n. 17*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962.** Curitiba, 1962. p. 49.

Qual era o objetivo da Casa em expor uma foto de batizado de um de seus internos? Primeiramente a instituição descreve a sua situação social, órfão de pai e mãe, o que poderia nos indicar o estado de privações em que o menor vivia. A foto endossa o texto que menciona o seu batizado e sua situação social. Esta evidência nos sugere que a Casa pretendia dar um destaque ao sacramento e divulgar a importância do serviço religioso na moralização do comportamento do menor, pois sendo órfão e possivelmente abandonado, poderia estar nas ruas oferecendo perigo à sociedade, mas foi acolhido pela Casa que o revestiu de cuidados assistenciais e religiosos.

Alguns sacramentos eram realizados pelo departamento religioso da instituição. O trecho intitulado *Solenidade de batismo, primeira comunhão e comunhão geral*, mostra as intervenções religiosas implementadas na Casa: batismo, confissão e comunhão.

Dia 29 de Julho, Domingo, foi festivo e alegre para os Pequenos Jornaleiros de Curitiba, que, em sua totalidade fizeram a comunhão geral, destacando-se quinze,

que fizeram a primeira comunhão e ainda, a cerimônia do batizado do jornalista número 17, (...) que também foi registrado em Cartório Civil. Os jornalistas receberam lições durante um ano, para uma comunhão convicta, lições não só de catecismo, como também de história universal ministradas carinhosa e dedicadamente por dois ilustrados professores (...) que foram incansáveis na árdua missão. Nas vésperas de se realizarem as cerimônias, durante oito dias, também, o Monsenhor PEDRO FEDALTO, Digníssimo Secretário do Arcebispado, compareceu à sede da Instituição, ministrando seus ensinamentos e ao mesmo tempo fazendo exame de aptidão de cada aluno. No mesmo dia 29, dois sacerdotes confessaram todos os alunos, a partir das 15 horas e às 18 horas, na Catedral Metropolitana, repleta de fiéis, foi rezada solene missa cantada (...).⁶⁵

A Casa do Pequeno Jornaleiro também possuía uma capela para orações, conforme trecho do seu relatório que nos mostra alguns detalhes: *Possue a Casa do Pequeno Jornaleiro, em seu prédio, lindíssima capela onde são ministrados ofícios religiosos – Missas, Rézas, Catecismo, Comunhões, etc. É Padroeiro da Capela – São Francisco de Salles, Protetor dos Jornalistas e Jornalistas.*⁶⁶ Neste espaço específico, a instituição garantiria a realização dos sacramentos religiosos, citados anteriormente.

Foto 5: *Pequenos Engraxates na Capela da Instituição fazem suas orações.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958.** Curitiba, 1958. p. 38.

Nesta foto, vemos os pequenos engraxates fazendo orações na capela da instituição. A intenção desta foto é destacar o ensino religioso e mostrar para seu público a eficácia da

⁶⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962.** Curitiba, 1962. p. 48.

⁶⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 38.

educação religiosa no comportamento dos meninos. Portanto, a Casa possui um espaço no qual são realizadas práticas religiosas de orientação católica. A capela da instituição também possui vários símbolos religiosos: *Jesus Crucificado e Nossa Senhora das Dôres*, conforme a foto número 6.

A capela foi instalada em 1944 e segundo o jornal *Gazeta do Povo* era um desejo de Anita Ribas.

Em seguida, eu me dirijo a V. Excia Revmo Sr. Arcebispo Metropolitano para me referir à inauguração da Capela, complemento indispensável do estabelecimento, que era desejo ansioso de uma fundadora segundo sempre se manifestava a nós dirigentes, dizendo só estar satisfeita quando visse aqui um altar onde os meninos pudessem receber educação moral e religiosa, base da formação do caráter dos que por aqui passarem (...).⁶⁷

Portanto, percebe-se a importância atribuída à construção da capela no interior da Casa, que, além de representar a religião católica no espaço físico da instituição, almejava provocar mudanças no comportando e no caráter dos pequenos jornalheiros.

Foto 6: *Outro Aspécto da Capela: Jesus Crucificado e N. Senhora das Dôres*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. *Relatório anual 1953*. Curitiba, 1953. p. 41.

⁶⁷ **Visita á casa do pequeno jornalheiro.** *Gazeta do Povo*. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348.

A Casa destacava também a importância da Páscoa, na qual o departamento religioso realizava o sacramento da comunhão, conforme trecho intitulado *Comunhão pascal*.

Com a proteção piedosa do Exmo. e Revmo. D. Manuel da Silveira D'Elboux, D. D. Arcebispo Metropolitano, assistido pelo Revdo. Padre Albano Cavalin, protetor religioso da Instituição e tendo como professora de preparação a Sra. Antonieta de Oliveira Côrtes, da Escola de Assistência Social do Estado, tiveram lugar no domingo, 25 de junho, na Catedral Metropolitana, as cerimônias da Comunhão Pascal dos Pequenos Jornalheiros de Curitiba. Assim, no dia 25, compareceu à Capela da Instituição, o Revdo. Padre Albano Cavalin, acompanhado por dois sacerdotes e levaram a efeito o ato de confissão dos menores e em seguida foram os mesmos encaminhados à Catedral Metropolitana, onde foi rezada a missa cerimonial e ato de comunhão. Falou do púlpito, sobre a cerimônia, o Padre Albano Cavalin, que em palavras comoventes, **concitou os pequenos jornalheiros a trilharem o caminho da virtude e do dever, para se conduzirem com dignidade afim de terem lugar aos pés de Deus e serem úteis à Pátria e a Sociedade em que vivem.** Por uma comissão de senhoritas representantes da Ação Católica Paranaense, foi servida lauta mesa de doces, aos Pequenos Jornalheiros na Casa Paroquial do Arcebisado.⁶⁸

No texto, há uma relação religiosa e patriótica, sugerindo ainda que os pequenos jornalheiros, necessariamente, deverão ser católicos e úteis à *Pátria*. Esta relação está evidenciada em outro trecho, logo abaixo:

A Instituição prepara, dispondo de todos os seus meios e recursos, a formação de caráter, honestidade, pontualidade, instrução e higiene dos menores, educando-os dentro dos sãos princípios, fazendo-lhes interessar o amor por nosso Santo Deus e a nossa estremecida Pátria. A Diretoria não poupa esforços em bem educá-los, avivando-lhes constantemente o sentimento da religião que neste setôr é bem amparado pelo Exmo. e Rvmo. Arcebispo Metropolitano, por sacerdotes dedicados e por professoras religiosas e abnegadas.⁶⁹

É recorrente a visibilidade do arcebispo metropolitano nos relatórios da Casa, através dos quais é representado como: *nosso supremo chefe que dispensa à Casa do Pequeno Jornalheiro, a sua proteção, prestígio e carinho.*⁷⁰ Entre muitas visibilidades, destacamos o trecho referente à visita do arcebispo na Casa:

Ocorreu, ontem à tarde, uma visita do Arcebispo Metropolitano à Casa do Pequeno Jornalheiro, fundada para a maior proteção e abrigo de menores desamparados. (...) Aproveitou S. Exa. para dar sua bênção aos meninos, presenteando-os com relicários de Roma, que trouxe de sua última viagem à Cidade Santa. (...) O arcebispo Metropolitano falou da alegria em estar com os meninos, e da saudade que deles havia sentido em sua recente viagem. Encerrando-se a visita, foram percorridas as dependências da Casa, mostrando-se S. Exa. Rev. impressionado com a ordem e disciplina que imperam naquela, modelar instituição, tecendo louvores à profícua e abnegada administração do Cel. Alfredo Ferreira da Costa.⁷¹

⁶⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956.** Curitiba, 1956. p. 37. Sem grifo no original.

⁶⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954.** Curitiba, 1954. p. 4.

⁷⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961.** Curitiba, 1961. p. 30.

⁷¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959.** Curitiba, 1959. p. 43.

A foto abaixo mostra outra visita do arcebispo à Casa, explicitando a importância atribuída pela instituição à Igreja Católica. Nela, o arcebispo aparece no centro ao lado dos menores, com a bandeira nacional, logo acima, simbolizando a *pátria*. Através da foto são evidenciadas duas esferas de poder que a instituição enaltece: *Deus* e *Pátria*. A foto nos mostra, ainda, os pequenos jornalistas uniformizados e com jornais na mão, evidenciando também os conceitos fundamentais da Casa: disciplina, trabalho e fé.

Foto 7: *A imponencia de uma honrosa visita: Sua Excelencia Reverendissimo D. Manuel da Silveira D'Elboux Dignissimo Arcebispo Metropolitano, ladeado dos pequenos jornalistas de Curitiba.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 23.

A foto acima acompanha um trecho que o arcebispo enaltece o serviço assistencial da Casa.

Teve lugar no dia 9 de Julho do ano que finda, deixando Sa. Excia., no livro de termos o seguinte registro: 'Fui recebido festivamente, na CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. É a segunda vez que visito esta instituição modelar. A impressão é sempre a mesma: - ordem, trabalho, disciplina, tudo em seu lugar e tudo perfeito. Sente-se que o ambiente é de família e que o ar que se respira está impregnado do carinho paternal de alguém que se devota, corpo e alma, á uma nóbre missão de autêntico apostolado patriótico e cristão. Parabéns ao Senhor Presidente e Diretores da Óbra. Que São Francisco de Salles, celestial Patrono da Casa, continue a velar carinhosamente, por esta sua Pequena e Simpatica Família.⁷²

⁷² CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 24.

Através deste trecho podemos relacionar os valores citados pelo arcebispo, a disciplina – que está simbolizada pela utilização de uniformes pelos meninos, os quais representam *soldados* –, o trabalho – os pequenos jornaleiros estão visivelmente prontos para trabalhar, portando seus jornais – e a fé, explicitada pelos elogios do arcebispo. Em outra foto, o arcebispo se encontra na capela da Casa. A maior autoridade eclesiástica da cidade presente na instituição, mais especificamente no espaço reservado para práticas religiosas, evidencia a importância atribuída à religião católica pela Casa.

Foto 8: *D. Manuel da Silveira D'Elboux Dignissimo Arcebispo Metropolitano na Capéla da Instituição*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 41.

O presidente da instituição, ao deixar o seu cargo em 1962^{*}, sugeriu para a próxima direção a continuação do ensino religioso da Igreja Católica.

Espera a Diretoria da Casa do Pequeno Jornaleiro, que a nova Direção não deixe de ministrar a Religião Católica aos Pequenos Jornaleiros, cujos ensinamentos muito influem na vida dos mesmos, uma vez que, sem ela, não haverá temôr de Deus e sem êsse temor não haverá humildade nem obediência.⁷³

* A partir de 1962, a Casa do Pequeno Jornaleiro, por aprovação dos legisladores estaduais, é transferida para o Governo do Paraná através da lei estadual nº 4.574, de 23 de Junho de 1962. Portanto, a Casa deixou de ser Sociedade Civil para se vincular e se subordinar ao Departamento da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

⁷³ CASA DO PEQUENO JORNALISTAS. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 48.

Além de defender a continuação do ensino católico, o presidente relacionou o aprendizado católico com o *temor a Deus*. Pois segundo ele, a ausência deste temor implicaria em desobediência. Esta palavra possivelmente provocava repugnância na direção da Casa, pois uma instituição disciplinar que zelava pela ordem e disciplina não aceitaria motivações desordeiras por parte de seus internos.

No trecho intitulado *Catecismo e aulas religiosas* é explicitado uma das causas da delinqüência: a ausência de *temor a Deus*.

Durante o ano, aos sábados, pela distinta e competente professôra ANTONIETA DE OLIVEIRA CÔRTEZ e sua auxiliar professôra LAURA GOMES DA SILVA, foram ministradas aulas puramente católicas, destinadas ao preparo eficiente e convicto, para as comunhões, que se levam a efeito, fazendo dos meninos – católicos de verdade – tornando-os dóceis e crentes em nosso DEUS. Estamos certos de que a religião católica nesta Instituição, tem produzido efeitos milagrosos na educação dos meninos, **porque, uma das causas sôbre delinqüência, é a falta do ensino religioso ou, digamos: o temôr de DEUS.**⁷⁴

Pelos relatórios da instituição, de maneira implícita, não havia liberdade religiosa por parte dos internos. O pequeno jornaleiro, possivelmente, não poderia seguir outras crenças religiosas ou, até mesmo, abster-se de algum credo religioso. Explicitamente, a ausência da fé católica geraria desobediência, pois não haveria *temor a Deus*.

Neste sentido, o departamento religioso, além de seus objetivos específicos, pretendia moralizar o comportamento do menor, sobretudo no trabalho. Entretanto, a Casa implementava também a educação formal, sem o viés religioso, que pretendia igualmente moralizar os meninos. Uma moralização que se associava ao trabalho infanto-juvenil e à disciplina com nítido intuito de criar e impor valores aos menores que ingressavam na Casa.

Assim, a Casa, além do serviço religioso, oferecia a educação primária aos menores, as aulas eram ministradas por professoras normalistas mantidas pelo Estado.

É ministrado o ensino com religiosidade, dos primeiro, segundo, terceiro e quarto anos e mais o pré-ginasial. Éssas cadeiras estão à cargo das ilustradas e dignas professoras normalistas (...) que são merecedoras dos mais altos louvores, pela dedicação, assiduidade e esforço demonstrados, e pelos resultados que apresentam, dada a exigüidade do tempo de que dispõe para suas aulas.⁷⁵

As professoras normalistas, além de alfabetizar os menores, ensinavam a Educação Moral e Cívica – havia uma professora, exclusivamente, para lecioná-la –, instruções de higiene e História do Brasil em contos e religião. O relatório da Casa expõe o objetivo das

⁷⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 73. Sem grifo no original.

⁷⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 47.

professoras do departamento de educação, simbolizado pela expressão: *essa tem sido a árdua missão*.⁷⁶

Lutam com ardôr, os professores, no ensino primário, nesta Casa, para obterem resultados eficientes, porque a educação preliminar trazida dos lares pobres e miseráveis, é nula e até condenada. Luta intensa para inculcar no espírito infantil, algo de educação familiar e personalidade, para fazer esquecer hábitos nocivos na primeira infância. As dedicadas professoras desta Entidade, cumprem a sua nobre missão, não só no sentido de alfabetizar ou ensinar a lê e escrever. Elas trabalham também, para transformar o menino em cidadão, homem digno, zeloso, em pessoa humana e consciente de personalidade pessoal.

(...)

Oito professoras e três professores, dedicam-se exclusivamente na educação dos meninos, com resultados ótimos no preparo de cidadãos brasileiros.⁷⁷

A especificidade deste trecho nos mostra situações opostas, a educação formal implementada pela Casa sendo referenciada com forte teor moral que, além de apagar qualquer referência às famílias dos meninos, coloca atribuições depreciativas na educação informal das famílias dos pequenos jornaleiros.

Esta finalidade moralista imposta pela Casa se enquadrava no projeto político ideológico do governo, que desde algum tempo, pretendia construir o *cidadão* e a *nação*. Além disso, no campo ideológico, a educação promovida pelo Estado procurava *proteger* a família e o trabalho – uma proteção que atingisse o homem do presente e do futuro. Através do ensino possibilitaria *construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e prepará-lo para servi-lo*. Portanto, a intervenção do Estado, criando postulados pedagógicos fundamentais à educação do homem brasileiro, pretendia criar valores positivos ao culto da nacionalidade brasileira, à disciplina, à moral e ao trabalho.⁷⁸

Neste sentido, a revalorização do trabalho também se refletiu na educação que se destacava como um dos canais, através da qual o Estado pretendia intervir, divulgando os valores patrióticos, a disciplina e o trabalho, atuando na formação do *novo trabalhador*.

Especificamente, a Educação Moral e Cívica, naquela época, teria a função de integrar o aluno à nação, muito comum nas instruções de escotismo. Mas além de integrar o menino à nação, a Casa pretendia moralizar o trabalho infanto-juvenil, impondo valores patrióticos, os quais a criança necessariamente deveria seguir.

Uma das formas encontradas pela Casa para impor valores patrióticos era a comemoração do dia da Bandeira, onde apresentava elementos pedagógicos na formação e na moralização do menor.

⁷⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 45.

⁷⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 45.

⁷⁸ Gomes, O trabalhador brasileiro..., p. 158.

À 19 de Novembro, dia da Bandeira, não funcionaram as aulas por ser dia da Bandeira, o símbolo sagrado da Pátria! Houve ao em vez, concentração das professoras e alunos, estando presentes todos os Pequenos Jornaleiros no Salão de aulas e aí, a nossa Bandeira recebeu as homenagens que lhe são devidas. Dissertações, palestras, hinos, etc. levados a efeito como demonstração de respeito à Bandeira do Brasil, imagem da querida Pátria que amamos e fazemos respeitar. Pelas professoras, a maior preocupação, foi fazer despertar nos Pequenos Jornaleiros, **o sentimento de patriotismo e amor**, pelo que é nosso, pelo que nos é sagrado, herança dos nossos antepassados que devemos com sacrifício da própria vida, mantermos gloriosa e íntegra.⁷⁹

Com relação às datas nacionais, o que ficou evidenciada era a importância dada pela Casa nestas comemorações. As aulas eram canceladas e davam lugar às palestras com teor patriótico e todos os membros da Casa participavam.

As principais datas nacionais, nesta Casa, não deixaram de ser comemoradas: as professoras, presentes e reunidos todos os alunos da Sala de Aulas ‘Manoel Ribas’, pelas mesmas, em forma de palestra, foram patrioticamente comemoradas, com a presença do Presidente da Instituição e funcionários da Casa, não havendo aulas nessas datas, em homenagem à PÁTRIA.⁸⁰

Portanto, as comemorações destas datas podem ser inseridas na educação cívica implementada na instituição, como estratégia pedagógica para impor aos meninos os valores patrióticos, destacando o amor à *Pátria*.

No aspecto estrutural, as professoras lotadas na Casa do Pequeno Jornaleiro eram mantidas e encaminhadas à instituição pela Secretaria da Educação e Cultura.

No dia 26 de maio, apresentou-se nesta instituição, a professora normalista EDI MACEDO COSTA FALCE, por ordem da Secretaria da Educação e Cultura. Conforme solicitação feita por esta Diretoria, àquela Secretaria, a referida professora assumiu as suas funções, destinando-se exclusivamente **à lições de História do Brasil em Contos e Religião**. Desta forma, fica a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba, constituída de um completo corpo de professoras, para educação de seus internados, que certamente receberão instrução e educação perfeitamente aprimorada.⁸¹

A educação implementada era organizada pelo departamento de educação da própria instituição, denominada escola Manoel Ribas. Era composto por: uma professora normalista na função de *diretora encarregada da distribuição do Ensino e Escrituração*; uma encarregada, no período diurno, da *educação moral e cívica e instruções sobre higiene*; uma encarregada, no período diurno, em ensinar *História do Brasil em Contos e Religião*; uma, no período diurno, para o quinto ano; uma, no período noturno, para o quarto ano; uma, período

⁷⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. p. 71. Sem grifo no original.

⁸⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 85.

⁸¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 47. Sem grifo no original.

diurno, para o terceiro ano; uma, período diurno, para o segundo ano; uma, período diurno, para o primeiro ano; uma, no período noturno, na função de auxiliar e substituta; uma, período diurno, *encarregada da Classe de Retardados*; e finalmente uma professora normalista *nas funções de Inspetora de Alunos*.⁸²

Há um forte indício que a Casa do Pequeno Jornaleiro oferecia assistência aos pequenos jornaleiros, segundo o relatório, *retardados*, pois tinha uma professora específica na educação destes alunos.

No dia 11 de agosto, apresentou-se nesta Casa, a professora normalista HILDA FERREIRA DA COSTA, por ordem da Secretaria de Educação e Cultura. A referida professora que é especializada, assumiu as suas funções, **tomando a seu encargo a classe dos Pequenos Jornaleiros e Engraxates retardados**. (...) Está nestas condições, a Casa do Pequeno Jornaleiro, com um corpo constituído de professoras capazes, atingindo até, em classe especial, os alunos retardados que não alcançaram promoção nas respectivas classes.⁸³

Como foi discutido no capítulo anterior sobre a disciplina, havia uma professora com a função específica de inspetora de alunos. Possivelmente, cuidava da disciplina no interior da Casa, não especificamente nas salas de aula.

À 17 de outubro, apresentou-se na Instituição, a professora HELENA ALVES DE MACEDO, por determinação da Secretaria da Educação e Cultura, onde veio servir. A referida professora, dada a necessidade do serviço, foi designada para as funções de Inspetora de Alunos, tendo assumido o cargo na mesma data.⁸⁴

Na foto abaixo, temos um aspecto da sala de aula. Percebemos os alunos uniformizados, alinhados e *comportados*, recebendo a orientação pedagógica da professora, em pé e no meio da sala, possivelmente olhando as tarefas educativas de cada aluno. Provavelmente a inspetora de alunos atuava na disciplina dos alunos no espaço escolar.

⁸² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 48 a 58.

⁸³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 47. Sem grifo no original.

⁸⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 47.

Foto 9: *Escola Manoel Ribas: Outro aspecto da aula.*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 43.

A intenção da Casa em expor esta foto era para demonstrar ao leitor dos relatórios a nítida eficácia ideológica e moralizante da educação formal implementada pela instituição. Nesta foto, a instituição procurou mostrar um espaço escolar organizado, onde os meninos estão todos uniformizados e, aparentemente, disciplinados.

A instituição ressaltava também a importância do seu grupo de professoras, a educação implementada por elas era vista como missão com teor sagrado.

Um grupo de onze professoras, ministram o ensino nesta Casa. São onze abnegadas Professoras que não medem sacrifícios, não só para o ensino, como pelo aprimoramento da educação dos menores internados. A Direção da Casa tem a impressão que essas onze preceptoras foram escolhidas para tão altruísticas finalidades. Uma, mais dedicada que a outra, dão francas demonstrações que não trabalham pelo interesse de perceber vencimentos e sim para cumprir espontâneamente, sagrada missão que a si próprias se responsabilizaram.⁸⁵

A estrutura das salas de aula era também enfatizada e os preceitos da higiene eram mais uma vez ressaltados. Alguns itens pedagógicos, como mapas, material escolar e livros são mencionados.

⁸⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 43.

Com a reforma feita no prédio da Instituição, ficou a Casa enriquecida com mais uma sala de aulas, possuindo agora, duas salas, sendo a maior denominada 'ESCOLA MANUEL RIBAS' Ambas as salas são excelentes tendo todos os requisitos exigidos, **como muita clareza, ar com abundância e higiene**, Está completa com mobiliário de imbuia, grande quadro negro imbutido na parede, material escolar moderno, mapas figurados, e históricos, livros expedientes, secretárias, etc. O ensino, nessas salas, são de fato ministrados com assiduidade, abrangendo 1º, 2º, 3º, 4º anos e pré-ginásial.⁸⁶

Além da instrução primária, em aulas que funcionavam de dia e de noite, os pequenos jornaleiros recebiam *instrução pré-militar e aulas de catecismo assim como praticavam exercícios esportivos dosados de acordo com a idade e o físico de cada um*.⁸⁷ Os exercícios físicos implementados pela Casa, pelo menos nos primeiros anos de sua inauguração, pois não encontramos indícios se houve continuidade após 1945 (os relatórios não mencionam exercícios físicos), se inscreviam na valorização do corpo promovido pelo Estado Novo.

O trecho do jornal que traz referências à instrução pré-militar na instituição reforça a nossa análise de que a disciplina implementada pela Casa tinha uma forte conotação militarizada.

A biblioteca, inaugurada na Casa em 1955, também era destacada, conforme trecho:

No dia 29 de março – 'Dia de Curitiba' – em homenagem [sic] à data, foi inaugurada na Sala da Escola Manoel Ribas, a BIBLIOTECA DO JORNALEIRO. Foi instalada adequadamente, com armários apropriados, mesas, cadeiras, tudo de imbuia, grande **coleção de quadros de brasileiros célebres, pássaros empalhados e boa quantidade de livros infantis de autores brasileiros, como sejam Monteiro Lobato e outros**.⁸⁸

Percebemos elementos educativos voltados aos valores patrióticos. No trecho acima, a instituição enfatizou a coleção de quadros de brasileiros célebres, possivelmente rotulados de *grandes heróis*. A literatura infanto-juvenil também era destacada, como as obras de Monteiro Lobato.

Não era apenas a disciplina dos pequenos jornaleiros que era destacada, pois as professoras normalistas, segundo o relatório da Casa, eram:

Assíduas, competentes e pontuais, cada uma mais do que a outra, conscia de seus deveres; ao iniciarem seus horários de trabalho, desde a porta de entrada, faziam suas recomendações, sem perda de tempo iniciavam as aulas, para melhor aproveitarem o exíguo tempo que lhes era concedido para tal fim (...).⁸⁹

⁸⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 40. Sem grifo no original.

⁸⁷ **Visita á casa do pequeno jornaleiro**. Gazeta do Povo. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348.

⁸⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 23. Sem grifo no original.

⁸⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. p. 56.

Temos outro trecho do relatório da Casa que nos mostra o início do ano letivo na instituição:

No dia 16 de fevereiro, tendo finalizado o período de férias regulamentares, compareceram às 12 horas, na sala principal, tôdas as professôras lotadas na Instituição. Foi feita a distribuição e matrícula de alunos para as diversas séries, tendo cada professôra recebido o número de alunos que competia. Feita a matrícula, tiveram, nas diversas salas, o início das aulas do ano letivo, tendo o Sr. Presidente da Instituição feito a comunicação respectiva, ao Exmo. Secretário da Educação e Cultura.⁹⁰

No final de cada ano letivo eram realizados os exames e a cerimônia de entrega de certificados e diplomas. O exame era realizado por uma banca examinadora designada pela Diretoria de Educação e Cultura e apenas os alunos aprovados nestes exames poderiam ser promovidos de séries: *Tiveram ótimos resultados os exames de fim de ano, tendo sido aprovados todos os alunos, com direito de promoções, concedidos não só por essas cultas professoras, como pela Banca Examinadora designada pela Diretoria de Educação e Cultura.*⁹¹ O trecho abaixo, nos mostra a cerimônia completa da realização dos exames, orais e escritos, e da entrega de diplomas.

Com completo êxito, como tem se verificado em anos passados, tiveram lugar os exames nas diversas séries, nas Escolas Reunidas 'MANOEL RIBAS', desta Instituição. Prestaram exames, todos os pequenos jornaleiros e Engraxates, com grande aproveitamento, o que é bem justificado, porque, residindo na Instituição, não podem os alunos faltarem as aulas, o que muito lhes favorecem no adiantamento. Provas orais e escritas, foram levadas a efeito, desde dia 28, 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro, e, à 2, dia seguinte, encerramento do ano letivo, entrega de diplomas e certificados. Para esta última cerimônia, foram reunidas na sala principal de aulas, tôdas as professôras da Instituição, alunos e diretores da Casa. (...) Falou em seguida, o Presidente da Instituição, que se congratulou com o corpo de professôras da Casa, tecendo os maiores elogios pelos resultados demonstrados na instrução e educação dos Pequenos Jornaleiros e Engraxates, os quais, na sua quasi totalidade, foram alfabetizados, mesmo os retardatários, que tiveram professôra especializada para seus preparos, a fim de que alcançassem as suas classes, para não perderem ano. (...) Terminadas as cerimônias, as professôras ofereceram aos seus alunos, em ambiente de alegria e satisfação, salgados, doces e refrigerantes (...).⁹²

Percebemos, mais uma vez, os alunos *retardatários* sendo alfabetizados, através de uma intervenção pedagógica específica. O presidente da Casa comenta que quase todos os alunos foram alfabetizados, isso significa, implicitamente, que a minoria dos pequenos jornaleiros não foram alfabetizados e, conseqüentemente, não poderiam ser promovidos de classe.

⁹⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. p. 47.

⁹¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 47.

⁹² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 61 e 62.

As fotos abaixo se referem à entrega de diplomas, descrito acima, e à festividade de encerramento do ano letivo. As fotos acompanham o seguinte texto:

Entregas de diplomas do 4º ano primário, pelas professoras (...).
Reunião das professoras e alunos. Pequenos jornaleiros e pequenos engraxates, após a cerimônia da entrega de diplomas e certificados. Reunião festiva e cordial entre os mesmos, comemorando o êxito obtido durante o ano.⁹³

A foto 10 nos mostra um pequeno jornaleiro recebendo o seu diploma, explicitamente foi aprovado no exame e promovido de classe ou concluiu o ensino primário. O relatório não é claro, mas possivelmente os certificados eram distribuídos aos alunos promovidos de classes, já os diplomas eram para alunos que concluíram o ensino primário.

Foto 10



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 52.

Percebemos na foto, à esquerda, o presidente da instituição participando da entrega de diplomas e certificados, e, finalmente, na foto abaixo, a festividade de encerramento com doces e salgados para os pequenos jornaleiros.

⁹³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 52.

Foto 11



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 52.

A Casa, portanto, tinha objetivos explícitos em moralizar o comportamento dos pequenos jornaleiros, através da educação, da religião e da disciplina militar implementada e coordenada pelo presidente da instituição, simbolizado pelos relatórios como pai e comandante dos pequenos jornaleiros. Os menores, vendedores de jornais, assistidos pela Casa eram representados como *futuros trabalhadores*, de acordo com a transcrição feita do Correio da Manhã no relatório: *a criança representa o cidadão do futuro, o operário, o soldado; o homem, enfim, sob cujos ombros recairá a conservação do próprio país.*⁹⁴

Além de implementar a educação formal e religiosa, a Casa oferecia os serviços de saúde (médico e odontológico) e uma alimentação regular aos pequenos jornaleiros. Ambos os serviços, como o de educação e de religião, eram vinculados ao projeto político do governo, criado por Vargas e que permaneceu, na política da Casa e de outras instituições criadas naquele período, até o início da Ditadura Militar de 1964.

O Estado, por meio de seus ministérios, tentou promover modificações substanciais na capacidade produtiva dos atuais e dos futuros trabalhadores, simbolizados pelas crianças. Para promovê-las, alguns mecanismos foram criados, tais como saúde e educação. O Estado, no campo da saúde pretendia *preservar a saúde do trabalhador, descobrir-lhes as deficiências funcionais, restituir-lhe a capacidade de trabalho, retorná-lo a vida normal, readaptá-lo ao trabalho* e, assim, garantir uma *invalidez menos infeliz e uma velhice menos despreocupada.*⁹⁵

⁹⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. p. 51.

⁹⁵ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 157.

O Governo Vargas havia intensificado também programas do campo da medicina social. Naquele momento, foram criados seguros contra invalidez, doença, morte, acidente de trabalho e seguro maternidade, todas estas medidas convergiam na proteção da *saúde do trabalhador*. O conceito de medicina social, introduzido por Jules Guerin em 1848, compreendia um conjunto amplo de medidas que envolvia saberes da higiene, da sociologia, da pedagogia e da psicopatologia. Havia um conjunto sanitário que procurava, não apenas a cura, a proteção do *corpo* e da *mente* do trabalhador. A medicina social foi fruto das mudanças históricas ocorridas a partir do final do século XVIII, ela sintetizava as novas relações entre saúde e sociedade e procurava focar os problemas sociais através de sua relação com a saúde e a doença. Jules Guerin viu a medicina como *'a chave para os mais importantes assuntos de nosso período de regeneração e a profissão médica como grupo mais apropriado para usar este instrumento'*.⁹⁶

O Estado tentou incorporar definitivamente o conceito de medicina social que se desenvolveu na Europa desde o século XIX.⁹⁷ O trabalhador brasileiro passava a ser assistido pelo Estado, que ideologicamente se preocupava não somente com a sua saúde física, mas também com a sua adaptação psíquica ao trabalho. Dentro da concepção ideológica do governo, o trabalhador que exercesse uma profissão compatível com seu temperamento e habilidade poderia produzir mais.

Portanto, para implementar o *progresso* no Brasil, o Estado deveria vincular estreitamente a legislação social com a intervenção sanitária, pois o objetivo de ambas era construir trabalhadores *fortes e saudáveis* para terem suas capacidades produtivas ampliadas. A medicina social, concretizada por órgãos estatais, institutos sociais e assistência social, pretendia explicitamente preservar, recuperar e aumentar a capacidade produtiva do trabalhador brasileiro. A saúde do homem brasileiro era enquadrada como peça fundamental para o desenvolvimento da *nação*.

O Estado criou um conjunto de medidas *concretas* para tentar intervir na proteção do trabalhador e, conseqüentemente, do trabalho – pois a relação entre política social e proteção ao trabalho não poderia se esgotar em pagamento de benefícios. Este conjunto de medidas acionadas pelo Estado procurava impedir a perda da saúde e estimular a capacidade produtiva dos trabalhadores brasileiros. Neste sentido, o Governo Federal, por meios destas medidas,

⁹⁶ FONSECA, op. cit., p. 22.

⁹⁷ GOMES, O trabalhador brasileiro..., p. 157.

buscava atingir as *causas mais profundas da pobreza / doença, promovendo a satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, habitação e educação.*⁹⁸

Os serviços de saúde implementados por Vargas estiveram marcados por forte teor ideológico, que se apoiou na educação em saúde como instrumento para atingir a criança e formar cidadãos mais saudáveis. Isto porque a doença era vista como responsável pela situação de pobreza em que vivia boa parte da população brasileira. E a educação, por outro lado, era considerada uma das medidas capazes de melhorar as condições de saúde no Brasil.

Para solucionar os problemas de saúde pública era necessário educar a população, ensinando-lhe os conhecimentos de higiene para que pudesse adquirir hábitos mais saudáveis. Especificamente, para as mães durante a gestação e as crianças – desde os primeiros anos de escolaridade –, era ministrada educação sobre higiene com intuito de formar indivíduos mais saudáveis. Além da educação enquanto prática preventiva, havia debates naquele momento *sobre a importância da implementação de exames médicos regulares, não só para tratar das crianças doentes, mas também daquelas aparentemente saudáveis, e assim poder diagnosticar problemas de saúde a tempo.*⁹⁹

Neste sentido nos perguntamos, como a Casa, instituição inserida nas preocupações com a criança pobre que trabalhava, tentou preservar a saúde do pequeno jornaleiro? Quais eram os objetivos implícitos que estavam inseridos nestas preocupações?

No contexto da criação da Casa haviam questões debatidas em torno da compatibilidade ou não do trabalho infantil com a educação, a carga horária exercida por crianças e a idade mínima permitida ao trabalho infantil. Este debate era apoiado, muitas vezes, por um discurso direcionado à preocupação em preservar a saúde dos menores trabalhadores. Os ideais do *novo homem* e a preocupação com as crianças estão presentes nas

propostas governamentais, a saúde da criança que trabalha ganha conotações muito próprias, pois dependendo do esforço físico a que era submetida numa fase de crescimento, o seu futuro enquanto ‘novo cidadão’, nos moldes sonhados pelo Estado poderia ficar comprometido.¹⁰⁰

Portanto, a saúde da criança que trabalhava se constituía em um campo onde tais ideais, muitas vezes, se contrapunham. O Estado, através de instituições e órgãos especializados no tratamento da saúde do menor, procurou tratar das contradições entre o seu projeto político

⁹⁸ Ibid., p. 157 e 158.

⁹⁹ FONSECA, op. cit., p. 92.

¹⁰⁰ Ibid., p. 7.

ideológico e a realidade imposta pela utilização do trabalho infantil, ou seja, era necessário preservar a saúde do menor trabalhador.

Para garantir a saúde dos menores, a Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba tinha em seu próprio prédio ambulatórios médico e dentário. A instituição, por meios de seus relatórios, descrevia o seu *estado sanitário*, especificando as enfermidades de cada menor e as soluções adotadas pela médica e dentista da Casa, conforme trecho:

Durante o ano de 1953, foi excelente o estado Sanitario da Casa do Pequeno Jornaleiro. Ocorreram durante o ano, somente as seguintes baixas:
Hospital das Creanças
Em 28-3-953 Jornaleiro numero 3 (...) - Pneumonia.
Hospital da Santa Casa
Em 5-4-953 Jornaleiro 41 (...) Pneumonia
Alem dessas baixas, apenas alguns casos de gripe medicados internamente.
Falecimento: Nenhum.¹⁰¹

Este texto, mais uma vez, apresenta características de uma linguagem militar. Uma delas é a utilização do termo *baixa* que é recorrente na cultura militar. A outra é a utilização de números para designar os pequenos jornaleiros, embora a utilização não seja exclusivamente adotada em instituições militares, sendo amplamente usado em escolas.

Embora o serviço de saúde oferecido pela Casa estivesse vinculado ao projeto político do governo em cuidar e preservar a saúde do futuro trabalhador, apresentava algumas particularidades, devido ao trabalho diário dos pequenos jornaleiros e dos pequenos engraxates.

Os Pequenos Jornaleiros e os Pequenos Engraxates pelas profissões que exercem, estão sujeitos a contaminação de doenças corriqueiras, como sarna, varicela e outras, através do dinheiro miúdo que recebem de mãos sujas e do pó que respiram ao lustrarem calçados, diariamente e seguidamente. Mas através do Serviço de Saúde, recebem êsses meninos, instruções consecutivas de higiene e cuidados que evitam contaminação. O serviço profilático aconselhado e aplicado pelas médicas, dentista e também professoras, produzem efeito compensador. O estado sanitário dos internados e mesmo da Casa, foi ótimo no decorrer do ano.¹⁰²

Portanto, o trabalho exercido pelos menores poderia provocar algumas moléstias descritas acima. Mas através do serviço de saúde – exercido pela médica e dentista e também pelas professoras na orientação pedagógica –, a Casa pretendia eliminar as possíveis contaminações. O objetivo em expor o tratamento de saúde dos menores em relatórios que eram distribuídos, sugere que a Casa pretendia divulgar, além dos seus serviços, a sua

¹⁰¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 85.

¹⁰² CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. p. 40.

importância e eficácia no tratamento dos menores que até então não tinham nenhuma assistência.

Seguindo a sua proposta em expor o serviço de saúde em relatórios, a Casa descrevia o gabinete médico e dentário como sendo *modelar* e o trabalho diário dos profissionais de saúde na instituição: *Os menores Internos são atendidos pela Médica da Casa em qualquer dia ou à noite.*¹⁰³ A médica e a dentista foram encaminhadas pela Secretaria da Saúde Pública, o que denota a presença do Estado na instituição.

A Secretaria da Saúde Pública, em ofício numero 676 de 6 de abril do corrente ano, fez apresentar á ésta [sic] Instituição, a Médica (...) para exercer as funções de Médico-Tarefairo, tendo assumido o cargo com a apresentação do mesmo ofício. (...) Vinha exercendo as funções de Dentista nesta Instituição, o Dr. Almicar de Medeiros Crespo, até que em data de 30 de setembro de 1952, o Departamento de Saúde, pela Secretaria de Saúde Pública do Estado, em ofício numero 1.517, apresentou a Dra. Glycinia de França Borges, para prestar seus serviços profissionais na casa.¹⁰⁴

Portanto, há uma relação entre o Estado e a instituição, pois os órgãos estatais mantêm e encaminham os profissionais de saúde e educação à Casa do Pequeno Jornaleiro.

A foto abaixo, com a legenda (...) *Médica da Instituição, em plena função de seu cargo*, mostra o atendimento médico a um pequeno jornaleiro. O menor está deitado, sem a parte superior do uniforme, sendo examinado pela médica através de um estetoscópio.

Foto 12: *Gabinete Médico*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 40.

¹⁰³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 37.

¹⁰⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 37 e 38.

Em outra foto, logo abaixo, nos mostra o serviço odontológico da instituição, através do qual era realizado o tratamento dentário nos pequenos jornaleiros.

Foto 13: *Gabinete Dentário*



Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 41.

Nesta foto, cuja legenda: (...) *Dentista da Instituição, em plena função de seu cargo*, percebemos também o aparato instrumental que a dentista utilizava na realização do tratamento dentário aos menores. O objetivo em expor estas fotos no relatório era para endossar o texto referente ao trabalho diário das profissionais de saúde. A relação entre as fotos e suas respectivas legendas – médica e dentista da instituição em plena função do seu cargo – sugere que a instituição se preocupava com a saúde dos pequenos jornaleiros e cumpria os preceitos básicos de uma instituição filantrópica no tratamento das moléstias acometidas pelos menores.

Nos relatórios são descritos as enfermidades tratadas pela médica, no decorrer do ano, no gabinete da Casa. Através do quadro abaixo, temos uma noção das enfermidades que acometiam os pequenos jornaleiros. Deste modo, podemos problematizar em que medida estas doenças estavam associadas à pobreza na qual os pequenos jornaleiros viviam.

Quadro 1: Moléstias que acometera os pequenos jornaleiros *

Casos	Doença	Observação
3	<i>Abcessos: a) região plantar; c) calcanhar; c) pavilhão auricular</i>	Pus acumulado em consequência de um processo inflamatório.
3	<i>Acaríase.</i>	Sarna
4	<i>Artralgia (2 joelhos, um ombro e um cotovelo).</i>	Dores em articulações
1	<i>Adenite cervical.</i>	Inflamação de glândula
9	<i>Ascaríase.</i>	Infecção por ascarídeo (lombriga) = ascaridíase
1	<i>Apendicite (Apendicetomizado na Santa Casa de Misericórdia).</i>	Inflamação do apêndice.
1	<i>Choque Anafilático (internado na Santa Casa de Misericórdia).</i>	
3	<i>Blenenteria.</i>	Diarréia mucosa = Blenenterite
3	<i>Desinteria.</i>	
5	<i>Estomatite Impetiginosa nos cantos da boca.</i>	Inflamação da membrana mucosa da boca
1	<i>Teníase.</i>	
10	<i>Perturbações gastro-intestinais.</i>	
3	<i>Furunculose.</i>	
4	<i>Calos arruinados.</i>	
2	<i>Glossite.</i>	Inflamação na língua
4	<i>Traumatismo por acidente, sem fratura (2 no rosto, 1 na perna esquerda e 1 no braço esquerdo).</i>	
3	<i>Terçol.</i>	Pequeno abscesso na borda das pálpebras
39	<i>Gripe.</i>	
3	<i>Conjuntivite.</i>	
2	<i>Perturbações hepáticas.</i>	
1	<i>Ferimento no nariz.</i>	
2	<i>Ferimentos no pé.</i>	
1	<i>Reumatismo articular agudo (joelho direito).</i>	Várias afecções acompanhadas de dores nos músculos, articulações e tendões.
7	<i>Frieiras (3 nas mãos e 4 nos pés).</i>	
4	<i>Cieiro.</i>	Dermatite (inflamação da pele) localizada nos lábios e produzida pelo frio.
3	<i>Parotidite.</i>	Inflamação na parótida. (glândulas salivares)
6	<i>Amigdalite (um amigdalectomizado na Santa Casa de Misericórdia).</i>	
3	<i>Dermatite (no rosto).</i>	Inflamação na pele

* Não fiz adaptações ortográficas, mantive a ortografia das enfermidades de acordo com o relatório. Na observação utilizei o Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa do Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, edição de 1988.

1	<i>Deslocamento do polegar direito.</i>	
3	<i>Alergia.</i>	
5	<i>Enurése noturna.</i>	Incontinência urinária.
5	<i>Sarampo.</i>	
3	<i>Varicéla.</i>	
1	<i>Decistite.</i>	
4	<i>Epistaxe.</i>	Sangramento pelo nariz.

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 75 e 76.

Nos casos mais graves, os internos eram submetidos a um tratamento fora da instituição, nos hospitais de Curitiba: *Em 15 de Outubro, baixou a esse hospital [Hospital das Crianças], o jornaleiro numero 9 (...), para tratamento do fígado, proveniente de maleita [Sinônimo de malária, infecção causada pelo protozoário do gênero Plasmodium], adquirida anteriormente, tendo tido alta no dia 3 de Novembro, já restabelecido.*¹⁰⁵

Além do Hospital da Criança, os menores eram também atendidos no Hospital da Santa Casa.

(...) baixou a esse Hospital, o jornaleiro número 43 (...) acometido de apendicite, tendo sido operado com sucesso, achando-se já em convalescença. – Vitimado por acidente de automovel, baixou ao pronto socorro e em seguida transferido para o Hospital da Santa Casa, no dia 25 de Dezembro, o jornaleiro número 33 (...) que continúa em tratamento em quarto particular, achando-se quasi restabelecido.¹⁰⁶

O gabinete dentário, por sua vez – segundo o relatório, era *perfeitamente dotado de todo o material necessário*¹⁰⁷ –, realizou as seguintes intervenções, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Intervenção odontológica nos pequenos jornaleiros *

Casos	Tratamentos	Observação
643	<i>Curativos.</i>	
30	<i>Obturações de canais.</i>	
163	<i>Obturações de canais com materiais diversos.</i>	
67	<i>Extrações.</i>	
80	<i>Tratamentos em 4º grau.</i>	
20	<i>Pulpectomia.</i>	Tratamento de inflamação da polpa dentária.
7	<i>Tratamentos de fístulas.</i>	Lesão adquirida ou congênita
19	<i>Tratamentos de abscessos.</i>	Pus acumulado em conseqüência de um processo inflamatório.
37	<i>Tartarotomia.</i>	Tratamento de tártaros

Fonte: CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 77.

¹⁰⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 79.

¹⁰⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 79.

¹⁰⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. p. 77.

* Não fiz adaptações ortográficas, mantive a ortografia de acordo com o relatório. Na observação utilizei o Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa do Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, edição de 1988.

A Casa tinha, também, relações com os órgãos estatais no tratamento e vacinação dos pequenos jornaleiros: *A SAUDE PUBLICA DO ESTADO, visitou esta CASA, no dia 6 de Dezembro, vacinando todos os pequenos jornaleiros, contra tuberculose, sendo aplicada a famosa B. C. G., até mesmo nos adultos funcionários da Casa.*¹⁰⁸

Esta relação é bem estreita, quando o presidente da Casa solicitou, por meio de ofício, à Superintendência de Higiene Dentária, subordinada à Secretaria de Saúde, um novo dentista para auxiliar a cirurgiã-dentista da Casa. Em resposta, o órgão estatal encaminhou o profissional à instituição: *Com o presente, apresento à V. S [presidente da Casa], o Senhor João de Freitas Miranda, Dentista desta Secretaria, que vae prestar serviços no Gabinete Dentário, em atendimento ao seu pedido datado de 31 de agosto próximo passado.*¹⁰⁹ Tal solicitação sugere um aumento da demanda, exigindo um segundo profissional.

Mas quais eram os objetivos implícitos no tratamento das doenças acometidas pelos pequenos jornaleiros? No Governo Vargas, com a criação do Laboratório de Biologia Infantil em 1936, médicos, apoiados na teoria da antropologia criminal, acreditavam que a delinqüência infanto-juvenil teria causas biológicas, ou seja, crianças com tuberculose ou sífilis teriam predisposições à criminalidade. Entretanto, já na década de 1940, o estado de saúde física e mental dos menores indicava que as crianças rotuladas de menores delinqüentes eram antes de tudo crianças doentes, isto é, segundo a concepção daquele momento, elas poderiam delinqüir porque estavam abandonadas e doentes.

A extensa lista de doenças (quadro 1 e 2) que atingiam os meninos naquela época demonstrava que a delinqüência infanto-juvenil poderia não ser o maior problema do Estado, mas o estado de saúde que vivia a maioria das crianças pobres no Brasil. Entretanto, a descoberta dessas moléstias foi consequência direta do interesse do governo pela criminalidade infanto-juvenil.

A Casa do Pequeno Jornaleiro não associava doenças, muitas delas corriqueiras, com a delinqüência infantil, pois esta idéia já havia sido revista no final da década de 1930. Portanto, muitas moléstias poderiam ser relacionadas com o estado de privações que estas crianças viviam e com as condições de trabalho. Pois uma alimentação irregular poderia prejudicar o desenvolvimento biológico das crianças e torná-las mais suscetíveis a doenças.

A Casa mencionava também, por meio de seus relatórios, algumas intervenções da médica e dentista nos problemas cotidianos, como dores, além de realizar conselhos sobre higiene.

¹⁰⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. p. 79.

¹⁰⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. p. 45.

Aliviando dôres, calando gemidos, carinhosamente ambas [médica e dentista] tem empregado todos os seus esforços, em horas de expediente e fóra dessas horas, até mesmo altas horas da noite, com a mais expressiva boa vontade e prontidão, atendem os chamados urgentes e comuns. Fóra de horas de expediente mesmo, comparecem para exames, visitam compartimentos, aconselham higiene, trazendo a Casa em condições higiênicas e fóra de perigos contagiosos.¹¹⁰

Além do tratamento profilático das doenças, a Casa enfatizava os cuidados da higiene de cada menor. Segundo os relatórios da instituição, os pequenos jornaleiros recebiam *para higiene do corpo: Pijamas, Toalhas de banho, Toalhas de rostos, Sabonete, Escovas para Dentes e Pastas.*¹¹¹ O jornal Gazeta do Povo destacou, também, a higiene implementada pela Casa: *Fornece-lhes as Casa alimentação farta e sadia, assistência medica e dentaria, possui cada uma cama limpa, com boas cobertas, obedecem as prescrições de higiene, não lhes faltando roupa interior e exterior, calçado, meias, pijamas, pasta de dentes e escovas.*¹¹²

O dormitório da instituição utilizado pelos internos era descrito como *um alojamento amplo e apropriado, fartamente arejado e higienico. Contém 50 camas arrumadas com colchões e travesseiros de crina vegetal, lençóis e fronhas e dois cobertores para cada cama.*¹¹³ Com as ampliações sofridas em 1953, o relatório destacou que:

Dentro em breve, com a ultimação das obras da ampliação da casa já em acabamento, novo dormitório será instalado, para separação dos menores, em três idades: para os maiores, médios e menores. Nessas condições, **entrará a casa numa fase de melhor higiene, satisfazendo completamente as exigências salutareas dos regulamentos e leis sobre menóres.** Existem no dormitório, armários com compartimentos para guarda de roupas e objetos de **higiene.**¹¹⁴

A instituição, com a instalação de um novo dormitório, separou os menores em três faixas etárias. Com isso, a Casa alegou estar satisfazendo os preceitos higiênicos estabelecidos na lei do menor, sem contudo citar a lei. A Casa destacou ainda a estrutura do banheiro utilizado pelos menores: *Banheiros esmaltados, chuveiros e privadas, existem em todos os andares da Casa, havendo também lava-pés, em compartimento junto ao dormitório.*¹¹⁵

Outro destaque mencionado nos relatórios da Casa, que tem relações com os serviços acima, era a alimentação regular. O contexto no qual a Casa foi instalada, o Governo Federal

¹¹⁰ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961.** Curitiba, 1961. p. 38.

¹¹¹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 43.

¹¹² **Visita á casa do pequeno jornaleiro.** Gazeta do Povo. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348.

¹¹³ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 38.

¹¹⁴ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 43. Sem grifo no original.

¹¹⁵ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953.** Curitiba, 1953. p. 43.

criou o S. A. P. S. (Serviço de Alimentação da Previdência Social), pelo qual pretendia oferecer uma maior vitalidade física aos trabalhadores e, deste modo, possibilitar uma melhor condição de saúde. Especificamente, a Casa, que amparava os futuros trabalhadores, ressaltava a importância da alimentação regular aos pequenos jornaleiros.

A alimentação está a cargo do **cozinheiro profissional**. É atendida por cardápio organizado pela Diretoria, para cada dia, sendo refeições servidas á vontade, sem racionamento, dada a situação e condições dos menores **que estão em franco desenvolvimento e crescimento físico**. Na alimentação é usado somente temperos naturais: cebolinha, alho, cebola, tomate azeite doce, salsa, etc. Diariamente, arroz, carne fresca, alternadamente com carne seca, bacalhão e peixe, feijão, batatas e verduras – são os pratos comuns da casa tendo dias determinados para sopas e macarrão.¹¹⁶

Conforme já discutido no capítulo anterior, o horário das refeições era da seguinte maneira: às 6 horas havia café, leite e pão, às 11 horas havia o almoço e finalmente das 18 horas às 19 horas o jantar.¹¹⁷ O objetivo ideológico, vinculado ao projeto político do governo, era garantir uma *formação* mais saudável aos *futuros cidadãos*.

Por fim, o refeitório da Casa era *constituído de um salão bem arejado, cheio de luz, com mesas higiênicas e com assentos de banco envernizados, dotado de bebedouros de água por esguicho, espelho e pia*.¹¹⁸ Portanto, a instituição ressaltava a importância da higiene em seu refeitório. A cozinha da instituição, por sua vez, era ressaltada nos relatórios como:

Ótima cozinha grande, antecipada por uma cópa destinada aos empregados, revestida de azulejos brancos, piso ladrilhado, pias de azulejo sistema meza com instalações de água quente e fria, armários adequados, bancos, fogão econômico com capacidade para 200 pessoas, de fabricação ‘Wallig’ de Porto Alegre.¹¹⁹

A foto abaixo nos mostra a cozinha da Casa, espaço utilizado para o preparo da alimentação que era direcionada aos pequenos jornaleiros.

¹¹⁶ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 44. Sem grifo no original.

¹¹⁷ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 44.

¹¹⁸ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 38. Sem grifo no original.

¹¹⁹ CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. p. 44.

Foto 14



Fonte: Acervo da Casa da Memória (s/d).

Nesta foto, percebe-se o preparo da alimentação que, segundo a Casa, tem implicações no desenvolvimento físico dos menores. Segundo a revista *A Divulgação* a hora das refeições era *sempre ansiosamente esperada, depois da correria dos meninos pelas ruas, dos pregões típicos que lançam a todo instante*.¹²⁰

Portanto, a política paternalista e moralista da Casa era uma permanência e não uma ruptura dos projetos políticos e ideológicos, criados durante o Estado Novo, que pretendiam criar uma *Nação*, através da revalorização do trabalho e do trabalhador brasileiro. Neste sentido, a Casa possuía um conjunto de serviços especializados, de cunho filantrópico e religioso – médico, dentário, pedagógico –, que pretendiam moralizar o trabalho infanto-juvenil e se enquadrava no projeto político do Estado: *transformar* prováveis *delinqüentes* em *cidadãos úteis* para a *Pátria*. Entretanto, parte significativa dos menores que ingressavam na Casa não permanecia por muito tempo na instituição, sugerindo, assim, que a instituição apresentava algumas limitações em colocar em prática o seu discurso moralizador, inserido neste projeto político, pois o *jornaleiro do ano* era uma representação exemplar, mas que não correspondia à realidade da Casa.

¹²⁰ *O lar dos jornaleiros*. *A Divulgação*, setembro de 1954. p. 19.

Conclusão

O objetivo desta dissertação é discutir a política assistencial implementada pela Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba. A política da Casa era polissêmica, pois abrangia um conjunto de serviços especializados que pretendia moralizar o *menor*, através dos quais se idealizava, após a assistência, um *trabalhador honesto, cristão e útil*, um indivíduo aceito socialmente. Com esta política filantrópica, a instituição obteve o título de *Utilidade Pública* em 1945.

A instituição, criada pelo Estado, era uma *Sociedade Civil*, declarada *Utilidade Pública*, administrada por indivíduos representativos da sociedade, eleitos por três anos por seus sócios. Entretanto, o seu corpo técnico – médicos e professoras normalistas – era mantido e designado pelo Governo Estadual e o seu departamento religioso, por sua vez, era mantido pela Arquidiocese de Curitiba. A instituição era, assim, gerenciada por um grupo de pessoas sem vínculo com o governo, mas com a participação efetiva do Estado e da Igreja Católica nos seus quadros técnicos e religiosos.

Ao estudar uma instituição em específico, nos deparamos com questões mais amplas, como a preocupação do poder público e da Igreja Católica com o *menor*, principalmente o *abandonado*. Esta preocupação se refletiu, em muitos casos, em medidas concretas, na construção de estabelecimentos disciplinares como a Casa do Pequeno Jornaleiro que tinha um público específico: meninos que sobreviviam da venda de jornais. Conforme as fontes pesquisadas e pela literatura pertinente, eram menores *desorganizados e indisciplinados* e sua visibilidade e presença nas ruas, sem assistência familiar ou institucional, incomodava e oferecia perigo à sociedade. Neste sentido, a Casa era inserida num duplo discurso: cuidar do *menor* e proteger a sociedade.

O trabalho de venda de jornais, após a institucionalização dos menores na Casa, era revestido de atribuições morais, pois era visto como a melhor forma de se evitar a mendicância ou a criminalidade infantil e simbolizava o dever para com a *Pátria*. Portanto, o trabalho moralizado, naquele momento, foi considerado um agente pedagógico fundamental, porque pretendia livrar a criança do ócio e de seus reflexos degenerativos. Desta forma, as atividades propostas pela Casa pretendiam formar o *espírito* de cooperação e o cultivo das qualidades morais e cívicas. Encontramos vários indícios da valorização do trabalho nas fontes pesquisadas, em uma delas está presente no hino do pequeno jornaleiro que ressaltava as virtudes morais suscitadas pelo trabalho e simbolizava o pequeno jornaleiro num *soldado* – esta representação também é evidenciada através das fotos nos relatórios, através das quais a

Casa procurava demonstrar o sucesso disciplinar de sua política assistencial, onde os menores estavam uniformizados no espaço físico da Casa e na rua vendendo jornal.

O depósito do pecúlio de cada pequeno jornaleiro pode ser interpretado como uma estratégia pedagógica na educação dos menores, pois deveriam aprender que o trabalho deve ser recompensado com um salário e, sobretudo, a economizar para o seu futuro.

O contexto no qual a instituição foi construída se apoiava em preocupações políticas e ideológicas que buscavam soluções para o problema do *menor* através do trabalho e da assistência, com isso o poder público procurava prevenir o crime infanto-juvenil e recuperar a infância. As políticas implementadas a partir do Estado Novo resultaram numa significativa mudança na compreensão do problema da pobreza, na qual o *menor* se enquadrava. O Estado, no entanto, não conseguiu conter o contingente de *excluídos*, resultante do capitalismo, cuja característica era de uma forte concentração de renda, e também dos problemas administrativos recorrentes na política pública brasileira.

A Casa, portanto, não estava isolada do seu meio, mas em sintonia com as políticas sociais implementadas a partir do Estado Novo, as quais se enquadravam em uma ampla discussão que remontava há várias décadas antes da instalação da Casa. Momento pelo qual juristas *descobriram* o *menor* e propunham um conjunto de serviços e leis, muitas delas de influência estrangeira, que pudessem intervir na questão do *menor*. Guardando, neste sentido, as devidas proporções históricas o fenômeno da *descoberta* da criança que ocorreu na Europa a partir dos séculos XVII e XVIII vai se repetir no Brasil, com a descoberta do *menor*, no final do século XIX e, sobretudo, no decorrer do século XX, com a intensificação da urbanização e do capitalismo industrial. A Casa do Pequeno Jornaleiro se projetou, naquele momento, como instituição filantrópica e moralizadora no tratamento de menores, sobretudo os moralmente e materialmente abandonados, cuja tônica discursiva pretendia intervir na gravidade do problema do menor.

Para implementar a sua política, a Casa impôs uma disciplina que visava enquadrar e modificar o comportamento do menor ali abrigado. Apresentava um discurso moralizador e disciplinador que se enquadrava no projeto político recorrente naquela época, o qual pretendia transformar meninos pobres em *cidadãos dóceis*. Mas isso significou que efetivamente a Casa produzia *corpos dóceis*? Ao analisar o fluxo de jornaleiros através das relações contidas nas fontes, percebemos os limites da Casa em impor a sua política aos meninos que ingressavam anualmente na instituição, pois parte significativa dos pequenos jornaleiros não ficava por mais de dois anos na instituição. Os limites da Casa aparecem de maneira muito sucinta, bem diferente da visibilidade dos *jornaleiros do ano* que recebiam grande destaque tanto nos

relatórios como na imprensa, evidenciando as limitações desta forma de intervenção, pois os menores não pareciam sempre dispostos a se submeterem à disciplina moralizadora da Casa, preferindo assim fugir da instituição, ou, então, saíam por vários motivos não especificados nos relatórios. Este é um bom exemplo de leitura das fontes pelo que ela não diz, são poucas as referências aos fugitivos nos relatórios e na imprensa. Sendo que na historiografia esta referência é forte para locais que possuem uma variedade maior de fontes sobre o tema do *menor*.

Os menores, entretanto, que ficavam por mais tempo, que tinham visibilidade nos relatórios, eram mais *dóceis* que os *fugitivos*? Acreditamos que a permanência de vários anos de alguns pequenos jornaleiros era devido mais pelas suas reais necessidades, como fugir das possíveis privações e contribuir na sustentação familiar que muitos eram também responsáveis, do que a eficácia da política da Casa na produção de *corpos dóceis*, facilmente manipulados pela disciplina. Além disso, estas evidências podem nos sugerir que a disciplina e a ordem não são sempre experimentadas como algo positivo e negativo pelos indivíduos.

O conceito foucaultiano de *disciplina*, que aborda várias instituições disciplinares dos séculos XVIII e XIX na Europa, não deve ser utilizado sem reserva, sobretudo na questão do menor. Pois, devemos, pelas diversidades contextuais, utilizar o termo *disciplinas* em vez de *disciplina*, por mais que o seu significado seja genérico, ela poderá ter várias especificidades de acordo com a época em que o objeto de pesquisa se insere. No caso específico da Casa do Pequeno Jornaleiro, a disciplina empregada era de forte conotação militar-escolar que visava a formação de trabalhadores juvenis, ancorada ainda em um projeto político ideológico que pretendia formar cidadãos disciplinados para a *Pátria*. Entretanto, conforme dito anteriormente, esta disciplina apresentou várias limitações, pois parte considerável dos pequenos jornaleiros saía da Casa com apenas um ou dois anos de internamento.

Apesar das limitações evidenciadas, o discurso da Casa, através dos relatórios, era enfático e recorrente, cuja tônica pretendia moralizar o trabalho infanto-juvenil, mediante um processo pedagógico analítico e disciplinar. A Casa se caracterizava como uma instituição filantrópica – oposto da concepção cristã de caridade que pretendia amenizar e corrigir as desigualdades sociais, mas nunca suprimi-las – que visava uma assistência científica e pedagógica, capaz de modificar o comportamento do menor.

Para isso, o departamento médico e dentário, exercido por profissionais mantidos pelo Estado, cuidava da saúde dos pequenos jornaleiros. Naquele momento, estava consolidada a idéia de que o estado de saúde física e mental das crianças pobres indicava que elas poderiam ser antes de tudo doentes, ou seja, esta concepção indicava que as crianças poderiam delinquir

porque estavam abandonadas e doentes. O serviço educativo, outro serviço filantrópico, por sua vez – visto como provedor dos bons costumes –, da Casa, denominado *Escola Manoel Ribas*, se preocupava na formação, além de ensinar a ler e escrever, cívica e dos bons costumes dos menores.

A Casa, além dos serviços já mencionados, também criou o departamento religioso de orientação exclusivamente católica, cujo objetivo se enquadrava na proposta religiosa mais ampla: na formação moral e religiosa do menor, enfatizando as qualificações do *bom cristão* e a necessidade da crença nos preceitos católicos.

Portanto, a política moralista da Casa era uma permanência e não uma ruptura dos projetos políticos e ideológicos, criados a partir do Estado Novo, que pretendiam criar uma *Nação*, através da revalorização do trabalho, do trabalhador brasileiro e da assistência social, com destaque para a infância. Neste sentido, a Casa possuía um conjunto de serviços especializados, de cunho filantrópico e religioso, que pretendia moralizar o trabalho infanto-juvenil e se enquadrava no projeto político do Estado: *transformar* prováveis *delinqüentes* em *cidadãos úteis* para a *Pátria*. Entretanto, a Casa apresentava limitações em colocar em prática o projeto ideológico, pois o *jornaleiro do ano* era uma representação exemplar, mas que não correspondia à totalidade dos meninos que ingressavam na Casa.

Fontes:

Documentação pesquisada na Casa da Memória e na Divisão de Documentação Paranaense – Biblioteca Pública do Paraná (B.P.P.)

Fontes impressas

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1953**. Curitiba, 1953. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1954**. Curitiba, 1954. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1955**. Curitiba, 1955. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1956**. Curitiba, 1956. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1957**. Curitiba, 1957. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1958**. Curitiba, 1958. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1959**. Curitiba, 1959. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1960**. Curitiba, 1960. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1961**. Curitiba, 1961. (B.P.P.)

CASA DO PEQUENO JORNALEIRO. **Relatório anual 1962**. Curitiba, 1962. (B.P.P.)

Documento apresentado ao Governador do Estado do Paraná. Curitiba, 22 de setembro de 2004. (Casa da Memória).

Discurso oficial pronunciado por ocasião da colocação da pedra fundamental do edifício da Casa do Jornaleiro. Curitiba, natal de 1942. (B.P.P.)

Extrato dos Estatutos da “Casa do Pequeno Jornaleiro”, 21 de setembro de 1942. (Casa da Memória)

BRASIL. Decreto nº 18.205 de 28 de março de 1945. (Casa da Memória)

BRASIL. Decreto nº 17.943 A (Código de Menores) de 12 de outubro de 1927.

BRASIL. Lei nº 3071 (Código Civil) de 1º de janeiro de 1916. Artigo nono.

Jornais e revistas (disponíveis na Biblioteca Pública e na Casa da Memória)

O Estado do Paraná, 29 de dezembro de 1993.

A Divulgação. Setembro de 1954, ano VIII.

Gazeta do povo, 27 de dezembro de 1942.

Gazeta do Povo. Curitiba. 28 de dezembro de 1943. Ano XXV. Nº 7120.

Gazeta do Povo. Curitiba. 25 de dezembro de 1943. Ano XXV. Nº 7120.

Gazeta do Povo. Curitiba. 27 de setembro de 1944. Ano XXVI. Nº 7348.

Gazeta do Povo. 27 de dezembro de 1944.

Gazeta do Povo, 10 de junho de 1991.

Gazeta do Povo, 16 de abril de 1995.

Gazeta do Povo. 3 de agosto de 2003.

Diário da Tarde. 4 de dezembro de 1940.

Diário da Tarde. Curitiba. 27 de dezembro de 1943. Ano 45. Nº 14894.

Diário da Tarde. Curitiba. 24 de dezembro de 1943. Ano 45. Nº 14893.

Revista Rumo Paranaense, setembro de 1982.

Panorama, outubro de 1956, ano VI, número 53.

Fotos

Fotos do acervo do Museu Paranaense.

Fotos impressas nos relatórios da Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba.

Fotos do acervo da Casa da Memória.

Foto pertencente à Fundação Darcy Vargas.

Foto impressa no jornal *Gazeta do Povo*

Consulta eletrônica:

Casa do Pequeno Jornaleiro. Disponível em: <http://www.fdv.org.br> Acesso em: 17 de fevereiro de 2009.

<http://www.ims.uerj.br/psicorio/?tbl=4&view=105>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2009.

Referências bibliográficas:

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- AZEVEDO, Gislane Campos. “**DE SEBASTIANAS E GEOVANNIS” o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**. São Paulo, 1995. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no Vargasismo e no Peronismo**. Campinas, SP: Papirus, 1998
- CASTRO, Elizabeth Amorim. **A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha**. Curitiba: Maxigráfica e Editora Ltda, 2004.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1995.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. “**Modelando a ‘cera virgem’: a Saúde da criança na política social de Vargas**”. Niterói, 1990. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Editora Schwaetz, 1991.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005
- GOMES, Ângela Maria de Castro. O trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982
- JENKINS, Keith. **História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do Conceito Menor. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 129 – 145.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prático da Linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

KARVAT, Erivan Cassiano. **A Sociedade do Trabalho: Discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933**. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, Sylvania Damacena. **Reformando a Casa Imperial: Assistência Pública e a Experiência do Asilo de Meninos Desvalidos na Corte (1870-1888)**. Rio de Janeiro, 2004. 97 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOURA, Esmeralda Blanco Bosonaro de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 112–128.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **PEQUENOS APRENDIZES: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX**. Pernambuco, 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

PASSETI, Edson. O menor no Brasil Republicano. In: PRIORE, Mary Del (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 146–175.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

PEREIRA, André Ricardo. Criança x Menor: a origem de dois mitos da Política Social Brasileira. In: ROLLEMBERG, Denise. **Que História é essa?: Novos temas e Novos problemas em História**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198. 1999.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)**. Niterói, 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense.

RAGO, Margareth. **O efeito-foucault na historiografia brasileira**. Tempo social: Ver. social. USP, São Paulo. 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RIZZINI, Irma. Meninos Desvalidos e Menores Transviados: A Trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico: A construção do “Menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene (Organizadora). **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1993.

RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Editora Universidade Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1997.

RIZZINI, Irene. Crianças e Menores do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: Um Histórico da Legislação para a Infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. Editora Universitária Santa Úrsula: Rio de Janeiro, 1995.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **Infância esquecida (Salvador 1900 – 1940)**. Salvador, 1998. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Maria Conceição dos. **Estado, Menores, Juristas e Políticos**. São Paulo, 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

SANTOS, Rita Brancato. **O FOGO DA MODERNIZAÇÃO: tradição e tecnicismo no Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1940-1980)**. Florianópolis, 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Renato da. **“Abandonados e Delinquentes”:** A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – O Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941). Rio de Janeiro, 2003. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: A trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **“Janela da Alma”**: Cinejornal e Estado Novo — **fragmentos de um discurso totalitário**. Franca, 2004. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose: de criança para menor (Curitiba – início do século XX)**. Curitiba, 1998. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

VEIGA, Cynthia Greive e FARIA, Luciano Mendes de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. São Paulo, 2001. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)